



ÉRICA ANNE DOS SANTOS OLIVEIRA

Os camponeses e a luta pela água no semiárido baiano

São Paulo – SP

2024

ÉRICA ANNE DOS SANTOS OLIVEIRA

Os camponeses e a luta pela água no semiárido baiano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientador: Paulo Roberto Raposo Alentejano

São Paulo – SP

2024

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Oliveira, Érica Anne dos Santos.

O482 Os camponeses e a luta pela água no semiárido baiano / Érica Anne dos Santos Oliveira. – São Paulo, 2024.
153 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Roberto Raposo Alentejano.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Abastecimento de água no campo – Bahia. 4. Camponeses – Bahia.
I. Título.

CDD 333.91098142

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa tem potencial para contribuir significativamente para o entendimento das estratégias de acesso à água em regiões semiáridas, alinhando-se ao ODS 6 ao destacar a importância da gestão sustentável da água. Além disso, pode influenciar políticas públicas e práticas econômicas, promovendo a inclusão social, a soberania alimentar e o fortalecimento das comunidades camponesas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has the potential to significantly contribute to the understanding of water access strategies in semi-arid regions, aligning with ODS 6 by highlighting the importance of sustainable water management. Furthermore, it could influence public policies and economic practices, promoting social inclusion, food sovereignty, and the strengthening of peasant communities.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta investigación tiene el potencial de contribuir significativamente al entendimiento de las estrategias de acceso al agua en regiones semiáridas, alineándose con el ODS 6 al destacar la importancia de la gestión sostenible del agua. Además, puede influir en políticas públicas y prácticas económicas, promoviendo la inclusión social, la soberanía alimentaria y el fortalecimiento de las comunidades campesinas.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ÉRICA ANNE DOS SANTOS OLIVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2024, às 10:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ÉRICA ANNE DOS SANTOS OLIVEIRA, intitulada **OS CAMPONESES E A LUTA PELA ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO BAIANO..** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Geografia / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Profa. Dra. LETÍCIA CHIMINI (Participação Virtual) do(a) . / LEMARX/TMD-ESS-UFRJ. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO

Documento assinado digitalmente
 PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO
Data: 18/11/2024 15:48:29-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

A minha família, razão de minha existência.

Ao meu filho e ao meu companheiro de vida.

Aos camponeses, especialmente do semiárido baiano.

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Dedico este trabalho a Pe. Luiz Tonetto¹ e a Horácio Martins de Carvalho²

¹ Apresentado no Apêndice A.

² Apresentado no Apêndice B.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que me apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço primeiramente ao meu orientador, Prof. Paulo Roberto Raposo Alentejano, pela paciência, orientação e valiosas sugestões ao longo deste percurso acadêmico. Aos meus pais e familiares, pelo apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim. Aos meus amigos e colegas da Turma Zacimba Gaba e da Turma Maria Trindade, pelo companheirismo e pelas trocas de experiências que enriqueceram minha jornada. A todos os professores que, com seus ensinamentos e conselhos, contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Gostaria de agradecer aos coordenadores do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na região centro-norte da Bahia, cuja participação e apoio foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Agradeço imensamente a Damásio, Edivagno, Eulália, Anderson, José Jesus, Leomárcio, Lindalva, Marli e Saiane por sua dedicação, tempo e colaboração. Suas contribuições enriqueceram este trabalho.

Desejo expressar minha profunda gratidão às famílias camponesas das comunidades dos municípios de Jacobina, Caém e Ponto Novo, que participaram e colaboraram com esta pesquisa. Agradeço especialmente a Pedro, Lindalva Santos, Erasmo, Maria (Eminha), Romilson, Ebson Danilo, Alesandra, Neide, Rualino, Givalda, Lucineide, Manoel, Marilene, Leonídia, Sueli, Geisa, Ueliton, Cartilo, Abeir e Sirlane. Sem suas contribuições e a partilha de experiências, este trabalho não teria sido possível.

E, finalmente, ao Movimento dos Pequenos Agricultores, pela luta pelos direitos dos camponeses e pela transformação social, política, econômica, cultural e ambiental.

RESUMO

A água é essencial para atender às necessidades fisiológicas dos seres humanos, dos animais e da natureza. No entanto, no atual modelo de produção, esse recurso vital se transformou em mercadoria, restringindo o acesso, especialmente nas regiões mais afetadas pela escassez, como o semiárido brasileiro. Este estudo analisa a luta das famílias camponesas do semiárido baiano pelo acesso à água, com foco nas comunidades atendidas pelo projeto "Água em Minha Casa". O objetivo é compreender as estratégias adotadas por essas famílias para garantir a sustentabilidade e a soberania alimentar, diante da escassez hídrica agravada pelas secas recorrentes. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utiliza revisão bibliográfica e documental, além de questionários, para ampliar o entendimento sobre o tema. A dissertação também busca contribuir para a visibilidade do plano de desenvolvimento do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o campesinato no semiárido baiano, destacando a organização e a luta das famílias camponesas na defesa de seus direitos.

Palavras-chave: semiárido baiano; desenvolvimento rural; agricultura familiar camponesa; movimentos Sociais.

ABSTRACT

Water is essential to meet the physiological needs of humans, animals, and nature. However, in the current production model, this vital resource has been turned into a commodity, restricting access, especially in regions most affected by scarcity, such as the Brazilian semiarid region. This study analyzes the struggle of peasant families in the semiarid region of Bahia for access to water, focusing on the communities served by the "Água em Minha Casa" project. The goal is to understand the strategies adopted by these families to ensure sustainability and food sovereignty in the face of water scarcity, exacerbated by recurrent droughts. The research, which adopts a qualitative approach, uses bibliographical and documentary review, as well as questionnaires, to expand understanding of the topic. The dissertation also aims to contribute to the visibility of the development plan of the Movement of Small Farmers (MPA) for the peasantry in the semiarid region of Bahia, highlighting the organization and struggle of peasant families in defense of their rights.

Keywords: semi-arid Bahia; rural development; peasant family farming; social movements.

RESUMEN

El agua es esencial para satisfacer las necesidades fisiológicas de los seres humanos, los animales y la naturaleza. Sin embargo, en el modelo actual de producción, este recurso vital se ha convertido en mercancía, restringiendo el acceso, especialmente en las regiones más afectadas por la escasez, como el semiárido brasileño. Este estudio analiza la lucha de las familias campesinas del semiárido bahiano por el acceso al agua, con énfasis en las comunidades atendidas por el proyecto "Agua en Mi Casa". El objetivo es comprender las estrategias adoptadas por estas familias para garantizar la sostenibilidad y la soberanía alimentaria, frente a la escasez hídrica agravada por las sequías recurrentes. La investigación, de enfoque cualitativo, utiliza revisión bibliográfica y documental, además de cuestionarios, para ampliar la comprensión sobre el tema. La tesis también busca contribuir a la visibilidad del plan de desarrollo del Movimiento de los Pequeños Agricultores (MPA) para el campesinado en el semiárido bahiano, destacando la organización y la lucha de las familias campesinas en la defensa de sus derechos.

Palabras clave: semi-arid Bahia; desarrollo rural; agricultura familiar campesina; movimientos sociales.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROVALE	Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ASA	Articulação do Semi-Árido Brasileiro
APAMC	Associação dos Pequenos Agricultores do município de Caém
APASBA	Associação dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia
AVAP	Associação dos Pequenos Produtores rurais de Várzea Nova, Paudarquinho e Adjacências
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CERB	Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CLOC	Confederação Latino-americana de Organizações Camponesas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão do PRONAF
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PMDB	atual Movimento Democrático Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SIHS	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	O SEMIÁRIDO E A QUESTÃO DA ÁGUA.....	22
2.1	Questão Agrária na América Latina e no Brasil.....	22
2.2	Breve reflexões sobre a questão agrária no Brasil.....	28
2.3	Camponeses e agricultura familiar camponesa.....	34
2.4	As desigualdades no campo brasileiro: uma leitura a partir do investimento no agronegócio e agricultura camponesa.....	43
2.5	Camponeses no semiárido baiano.....	45
3	A SECA E O PAPEL DO ESTADO.....	50
3.1	As políticas públicas e sociais.....	55
3.2	A experiência do Semiárido baiano na construção das cisternas.....	56
3.3	A fome e a sede como projeto do capital.....	58
3.4	Resistências: a história do MPA.....	61
3.5	O MPA na Bahia.....	64
4	A LUTA DOS/AS CAMPONESES/AS PELO ACESSO À ÁGUA NA REGIÃO DO CENTRO NORTE DA BAHIA: O PROJETO “ÁGUA EM MINHA CASA” NOS MUNICÍPIOS DE CAÉM, JACOBINA E PONTO NOVO.....	65
4.1	Comunidade Quilombola Várzea Queimada, Caém.....	66
4.2	Comunidade Camponesa Fazenda Várzea Nova, Jacobina.....	74
4.3	Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo.....	86
4.4	O MPA e a luta pelo acesso à água encanada no semiárido baiano. O Projeto “Água em Minha Casa” na Comunidade Faz. Várzea Nova, Comunidade Quilombola Várzea Queimada e no Assentamento Terra Nossa.....	102
4.5	A estrutura fundiária dos/as camponeses/as nas três localidades.....	112
4.6	Sobre as condições socioeconômicas e tamanho das famílias.....	113
4.7	Sobre as fontes de águas nas três localidades e em casa.....	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERENCIAS.....	125
	APÊNDICE A – PE. LUIZ TONETTO, SEMENTE, PRESENTE.....	134

APÊNDICE B – HORÁCIO MARTINS DE CARVALHO, SEMENTE,	135
PRESENTE.....	
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS	136
COORDENADORES/AS.....	
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA AS FAMÍLIAS	142
CAMPONESAS.....	

INTRODUÇÃO

Este texto é uma reflexão sobre a realidade vivenciada pelas famílias camponesas no semiárido baiano, faz parte deste objeto de pesquisa a Comunidade Camponesa Fazenda Várzea Nova. Eu sou Érica Anne dos Santos Oliveira, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e morei na comunidade até o ano de 2019. Minha trajetória pessoal e política se entrelaça com as lutas e reivindicações dessas famílias, que enfrentam desafios climáticos e econômicos e buscam soluções coletivas.

A Comunidade Camponesa Fazenda Várzea Nova está localizada a 45 km do município de Jacobina, no Semiárido Baiano, uma região que enfrenta condições climáticas adversas, com índices pluviométricos baixos e períodos prolongados de estiagem. A comunidade está situada próxima ao rio Itapicuru Mirim e à barragem de Pedras Altas, e compartilha a luta por água encanada com mais de 35 outras comunidades rurais na região.

As famílias da comunidade enfrentam a escassez hídrica que afeta diretamente seu modo de vida, tornando a busca por soluções uma prioridade. Além disso, durante os períodos de estiagem, a agricultura e a criação de animais sofrem provocando diminuição da renda. As políticas compensatórias, como o Bolsa Família, representam uma renda complementar para a maioria das famílias, através da organização e luta, aumentaram os investimentos estatais na produção de alimentos o que tem contribuído com a melhoria da qualidade de vida.

Eu comecei a minha participação como liderança jovem no grupo “Revolucionários” da comunidade. Entre 2005 e 2014, esse grupo contribuiu significativamente para a organização local. A minha formação política possibilitada pelo MPA teve início em 2008, e contribuiu para assumir algumas tarefas no movimento, atuei como coordenadora regional e contribuí com o coletivo de comunicação do MPA. Em 2012, assumiu a coordenação do Coletivo de Formação no Estado e participou de várias formações nacionais. De 2011 a 2019, fiz parte da direção estadual do MPA/BA e em 2016, coordenei o coletivo estadual de comunicação.

Este trabalho, portanto, é um olhar sobre a questão agrária no semiárido baiano, através das lentes de uma militante que viveu essa realidade. É uma reflexão sobre a resistência e a busca por soluções coletivas das famílias camponesas diante dos desafios impostos pelo clima, pela economia e pela falta de políticas públicas.

Considerando a importância do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente, este estudo propõe analisar as experiências das famílias camponesas integrantes do MPA no semiárido baiano no que tange ao acesso à água para atender às demandas do uso doméstico e da agricultura familiar. Saber a disponibilidade de água em suas propriedades e na localidade

que reside, tende de ser o caminho, para verificar como o acesso ao projeto “Água em Minha Casa” modificou o dia-a-dia destas famílias e se ainda existe demanda relacionado ao acesso à água. A necessidade de água encanada surge da dificuldade das famílias camponesas em obter água para consumo, agricultura e criação de animais. A falta de recipiente para armazenamento, acesso a água tratada, resultou em inúmeros desafios diários, principalmente, de ter de percorrer longas distâncias para obtê-la.

De forma geral, a luta dos camponeses pelo acesso à água, no Centro Norte da Bahia, tem possibilitado a melhoria na qualidade de vida e é fundamental para garantir sua permanência no campo, especialmente no Semiárido. O MPA iniciou o projeto “Água em minha casa” em 2008, beneficiando mais de 10 mil camponeses em oito municípios. Essa iniciativa confronta propostas de combate à seca por meio de megaprojetos na região.

A luta trata da distribuição de água das barragens através de adutora, ou seja, sistema de abastecimento de água na zona rural, proporcionando a desestruturação da lógica política que colocava as famílias camponesas em situação de dependência em relação aos grupos políticos, especialmente no período eleitoral, que exploravam a seca como meio de controle. A luta por água tem sido também uma forma de questionar o papel do Estado no desenvolvimento do semiárido baiano. Ao disputar o acesso à água, as famílias camponesas pautam a distribuição justa da água, já que são famílias ribeirinhas que utilizavam da água do Rio Itapicuru-Mirim e do Rio Itapicuru- Açú sem tratamento. De igual maneira, confrontam os projetos de mineração, hidrelétricas e agricultura irrigada, que monopolizam os recursos hídricos na região.

A exploração predatória dos recursos naturais pelo capital na região intensifica a disputa por terra e água. A falta de investimento na agricultura familiar camponesa contribui para o êxodo rural, com jovens se tornando mão de obra para megaprojetos. A questão central deste estudo é compreender como as famílias camponesas buscam a soberania hídrica e alimentar, destacando sua importância atualmente e os desafios enfrentados.

No entanto, a pobreza continua sendo um desafio significativo para muitos camponeses. A conciliação entre a vida camponesa e a superação da pobreza é uma questão contemporânea em que os dados demonstram a situação de vulnerabilidade a que estes públicos estão submetidos.

O Nordeste é a segunda região mais populosa do país (IBGE, 2022) e compreende a maior parte do Semiárido, segundo informação do Instituto Nacional do Semiárido – INSA. Como resultado das desigualdades regionais, é uma das regiões historicamente mais impactadas pela fome, sendo que 29,1% sofre com insegurança alimentar leve, 15,6% sofre com insegurança alimentar moderada e 15,7% sofre com insegurança alimentar grave. (Rede

PENSSAN, 2022). Diante das intempéries nesta região, além da fome, um dos principais problemas da população é a falta de acesso à água, dados da pesquisa feita pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no ano de 2022, apontam que 18,4% foram atingidos com a insegurança hídrica leve, 19,5% foram afetados pela insegurança hídrica moderada e 41,2% com insegurança hídrica grave. Em 2022, a fome esteve presente nos lares de 21,8% agricultores familiares e produtores rurais afetados como consequência das perdas de políticas públicas que atendia ao setor e pela pandemia do coronavírus. (Rede PENSSAN, 2022).

A baixa disponibilidade hídrica e ausência da quantidade suficiente deste bem necessário provoca mazelas sociais que dificultam a vida do sertanejo, como, por exemplo, a marcha diária de mais de horas em busca de água, função ocupada, principalmente, por mulheres e jovens. A situação é ainda agravada nos longos períodos de estiagem, em que pode faltar água para atender as necessidades mais básicas, como cozinhar alimentos e demais usos domésticos, cujo elemento pode ser destacado com uma das principais razões do êxodo rural. Desse jeito, a fome e a sede fazem parte das vidas de muitas pessoas desta região.

Esta pesquisa visa obter respostas para problemas sociais por meio da utilização de procedimentos científicos. Em outras palavras, ao realizar a pesquisa, espera-se obter respostas da realidade social vivenciada, de modo que possamos contextualizar sobre o campo temático de conhecimento. De acordo com Minayo, a produção científica é permeada pela visão ideológica do pesquisador; suas escolhas e a maneira como a pesquisa é realizada fazem dele parte do objeto pesquisado. Ou seja, as escolhas técnicas fazem parte das motivações e concepções políticas dos sujeitos. A pesquisa é necessária para contribuir para a compreensão de questões da vida prática, aliando pensamento e ação (MINAYO, 2015). A investigação de tal problema geralmente parte do interesse em resolver, solucionar com o propósito de dar os próximos passos como frutos de reflexões, a partir da análise de tal situação e contexto.

Esta pesquisa segue uma perspectiva teórica marxiana, que busca o conhecimento a partir da aparência, para chegar à essência do objeto pesquisado. Ou seja, através do estudo de caso sobre as comunidades beneficiárias do projeto “Água em minha casa”, podemos demonstrar os desafios das famílias do semiárido para obter o direito à água, assim como, desnudar as relações sociais no campo brasileiro, no qual a distribuição desigual de água e de terra afeta diretamente a vida dos sertanejos. José Paulo Netto, ao comentar acerca do método de Marx, afirma que:

Como bom materialista, Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento

operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se se quiser, o método. (Paulo Netto, 2011, p.42).

Na produção do conhecimento científico, o pesquisador deve levar em consideração que é preciso observar que a pesquisa é uma prática (Centro Universitário La Salle, 2000), que se vai aprendendo e dominando os instrumentos dessa prática que são teóricos, metodológicos e técnica.

Neste trabalho, a teoria estabelece um diálogo com a realidade empírica que será investigada, pretende dar continuidade neste objeto de pesquisa, pois, vale ressaltar que, o meu trabalho de conclusão de curso/graduação, tem como tema: O MPA na luta por água encanada nos municípios baianos de Jacobina, Capim Grosso e Quixabeira, que trouxe como resultado, a história da luta por água neste municípios, e com estudo bibliográfico, podemos observar que a “indústria da seca” no semiárido vem como um fator para manipulação desta população, sendo que as mazelas sociais que vivem as comunidades camponesas, objeto da pesquisa, são resultado da estrutura social, econômica e política do capitalismo.

Nota-se que o método adotado não é uma mera escolha, mas se trata, sobretudo, de uma aproximação da concepção de mundo e da teoria que norteia a vida militante dentro de uma organização política. Nas palavras de José Paulo Netto:

O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (Paulo Netto, 2011, p.53).

Analisar o que já foi feito, permite fazer novas perguntas, observar o que ainda precisa ter um trato melhor e ao utilizar como objeto de pesquisa, sem dúvidas, possibilita gerar novas perspectivas, inclusive, refletir sobre a metodologia utilizada.

A pesquisa qualitativa tem a finalidade de aproximar o pesquisador do objeto pesquisado, oportunizando os conhecimentos das experiências que ambos estarão desenvolvendo no decorrer de todo processo de elaboração da mesma. Por esta razão observe:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1999, p.22).

Ao utilizar a pesquisa qualitativa como uma abordagem que se dedica à compreensão profunda e interpretativa das realidades sociais, destaca-se a importância dos significados, valores e experiências individuais e coletivas. Essa abordagem é particularmente valiosa para explorar as complexidades das interações humanas, onde a quantificação pode não capturar totalmente a riqueza dos fenômenos em estudo.

Nesta pesquisa, adotamos uma abordagem metodológica que incluiu uma revisão bibliográfica sobre o tema e o uso de informações secundárias. Especificamente, revisamos documentos do arquivo do MPA – BA e registro áudio visual referentes aos objetivos da pesquisa. Além disso, aplicamos questionários aos coordenadores do MPA e às famílias camponesas residentes em três localidades na região Centro Norte da Bahia.

Este estudo teve como propósito analisar a história de luta pelo acesso à água e simultaneamente discutir a questão da demanda hídrica das famílias camponesas para a sustentabilidade e soberania alimentar nas comunidades base do Movimento dos Pequenos Agricultores atendidas pelo projeto “Água em minha casa” no estado da Bahia.

Os objetivos específicos incluem refletir sobre a escassez hídrica no semiárido baiano, contextualizar a seca e o papel do Estado, nesse cenário, além de dar visibilidade à luta pelo acesso à água e as demandas hídricas na região do Centro Norte da Bahia, com foco nos municípios de Caém, Jacobina e Ponto Novo em comunidades que foram contempladas pelo projeto.

Num universo de mais de 50 comunidades camponesas atendidas, fizemos a pesquisa em três localidades, na comunidade quilombola Várzea Queimada, Caém; comunidade Fazenda Várzea Nova, Jacobina; e Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, que faz parte do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – Bahia e que a mais de uma década vem melhorando as condições de vida das famílias camponesas em acordo com a proposta de desenvolvimento de convivência com o semiárido. Além disso, as comunidades possuem investimentos em diversos segmentos obtidos através da luta e organização no movimento, construção de unidades habitacionais, cisternas de consumo e produção, investimento em apicultura e roças coletivas, participam do projeto pró-semiárido, entre outras ações que melhora as condições de vida das famílias. As três localidades são ideais para amostragens devido serem anfitriões das diversas lutas com conquistas, garantindo assim um resultado mais próximo sobre o tema e da realidade das famílias camponesas envolvidas no MPA da Região Centro Norte da Bahia.

A motivação para a realização desta pesquisa foi identificar as demandas hídricas das comunidades camponesas do semiárido baiano que são atendidas pelo sistema de abastecimento de água (água encanada), por meio das lutas promovidas pelo Movimento dos Pequenos

Agricultores na região. Além disso, o estudo buscou entender como as famílias camponesas do MPA estão buscando a soberania hídrica e alimentar na região. As respostas obtidas por meio do questionário nos permitiram coletar informações e opiniões sobre as mudanças na comunidade e na região, principalmente após a implementação do abastecimento de água encanada, em relação ao acesso à água e ao atendimento das demandas hídricas da família e da comunidade.

A pesquisa foi conduzida por meio de questionários virtuais, disponibilizados através de um link. Os questionários foram elaborados utilizando o Google Forms, uma ferramenta que permite a criação, compartilhamento e disponibilização de formulários na web. Estes foram encaminhados aos camponeses e coordenadores do Movimento dos Pequenos Agricultores. Para aplicação junto às famílias camponesas, devido às dificuldades de acesso à internet e de manuseio da ferramenta, contamos com a colaboração de militantes do movimento que contribuíram com a tarefa de escrever as respostas no formulário. Os coordenadores conseguiram responder diretamente sem intervenções. As respostas foram coletadas entre os meses de junho e setembro de 2023. A pesquisa resultou em 8 respostas dos coordenadores e 13 respostas dos camponeses envolvidos no projeto “Água em Minha Casa” nas três localidades. Os questionários serviram como a principal ferramenta metodológica para direcionar a pesquisa. Sua elaboração teve como objetivo identificar, descrever, discutir e apresentar as demandas hídricas das famílias camponesas beneficiadas pelo Projeto “Água Em Minha Casa”, com base nas experiências de algumas famílias e coordenadores do Movimento.

O questionário para os coordenadores do MPA teve como objetivo coletar informações abrangentes sobre o projeto “Água em Minha Casa” e sobre a atuação do movimento na Região Centro Norte da Bahia. A partir das respostas dos coordenadores conseguimos obter informações sobre a atuação do movimento referente ao acesso à água e atendimento da demanda hídrica das famílias camponesas, bem como, conhecer o plano de desenvolvimento do campesinato no semiárido baiano.

As perguntas abordam desde detalhes pessoais do entrevistado até aspectos específicos do projeto, como a elaboração, implementação, participação das comunidades, contribuição dos beneficiários, impactos sociais e ambientais, ações de luta, mobilização e envolvimento dos poderes Executivo e Legislativo. Cada pergunta visa obter informações sobre o papel do MPA e os resultados alcançados pelo projeto, proporcionando uma melhor compreensão de sua implementação e impacto nas famílias camponesas.

O questionário direcionado para as famílias nas três localidades teve como objetivo obter informações e opiniões sobre as mudanças na comunidade e região após a conquista da

água encanada, referente ao acesso à água e atendimento da demanda hídrica da família e comunidade.

Ainda na construção deste questionário foram elencados alguns critérios para a participação da família na pesquisa que citaremos a seguir: morador da comunidade antes da execução do projeto e famílias contempladas pelo sistema de abastecimento de água (água encanada). As respostas nestes questionários tinham como pretensão alcançar um número entre 15 e 20 famílias para responder o questionário, o qual temos como tarefa a análise das respostas. Para coleta de dados utilizou-se perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de obter informações mais abrangentes sobre o assunto da pesquisa. Inicialmente para conhecer o perfil dos camponeses/as entrevistados foram disponibilizados na primeira seção 7 questões: nome, endereço, tempo que reside na localidade, quantas famílias vivem na localidade, membros da família e renda. Na realização, buscou valorizar e envolver todos os membros, estimulando a participação de mulheres e jovens. A sequência segue uma lógica, iniciando com dados demográficos e socioeconômicos, passando pela percepção sobre o MPA, fontes de água, estrutura fundiária, até chegar às ações hídricas e demandas por água.

A utilização de questionários nesta pesquisa qualitativa teve seus méritos, mas também apresentou certos limites. A priori, uma metodologia qualitativa busca, geralmente, compreender conclusões de forma mais profunda e contextualizada. Embora as perguntas tenham sido bem formuladas, as famílias que responderam aos questionários enfrentaram dificuldades relacionadas ao acesso à internet. Muitas delas não sabiam como preencher o formulário online. Nesse caso, contamos com a contribuição de militantes do MPA para realizar o preenchimento. Esses fatores impactaram a quantidade de participantes, incluindo as diferentes localidades, reduzindo o alcance da amostra pretendida.

Apesar de o questionário conter 35 perguntas para as famílias e 19 para os coordenadores, observamos que algumas respostas foram superficiais e não conseguiram captar de maneira completa e aprofundada os aspectos que a pesquisa buscava explorar, sobretudo no que diz respeito à perspectiva de contar a história de como ocorreu a luta pela água encanada. Acreditamos que a entrevista, com seu caráter mais flexível e interativo, poderia ter proporcionado um resultado mais rico, permitindo uma exploração mais detalhada das nuances das respostas e das experiências dos participantes.

A escolha do questionário como uma das ferramentas a serem utilizadas se justifica pela distância da pesquisadora em relação ao objeto de estudo. Atualmente, ela mora no estado de Rondônia, enquanto a luta por água encanada ocorreu no semiárido baiano, o que tornou inviável economicamente a realização de pesquisas de campo. No entanto, a pesquisadora

decidiu prosseguir com a pesquisa, uma vez que ela é a continuidade de um estudo iniciado em sua graduação.

Uma característica importante a ser enfatizada é que o questionário foi aplicado de forma a permitir que a família formulasse suas respostas. Esse procedimento rompe com a lógica tradicional, sendo justificado pela forma de organização das famílias camponesas no que diz respeito ao acesso à água encanada. Muitas vezes, nem todos os membros da família participavam de reuniões, audiências, mobilizações e outras ações; por isso, havia uma representação da família. Dessa forma, para obter as informações necessárias no questionário, a participação da família foi fundamental, o que ampliou e qualificou as respostas. Portanto, as respostas do questionário são familiares e não individuais.

Ainda a esse respeito, apesar dos desafios mencionados acima, é importante destacar que a análise desses dados exigiu muita dedicação e conhecimento específico para produzir a sistematização. Apesar das limitações, acreditamos que cumprimos com os objetivos propostos por esta pesquisa. É um tema que não se esgota aqui e que poderá ser explorado sob vários aspectos.

Essa dissertação está estruturada em cinco capítulos. Na “introdução”, são apresentadas informações sobre a autora, as justificativas do estudo, a metodologia adotada e a estrutura da dissertação. O segundo capítulo, intitulado “o semiárido e a questão da água”. Nesta parte do texto, a autora apresenta a concepção da história da América Latina, reflexões sobre a história do Brasil na perspectiva da agricultura familiar camponesa. Sobre as desigualdades no campo brasileiro com foco nos investimentos no agronegócio e na agricultura camponesa. Os impactos nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais, o papel dos camponeses na agricultura familiar e sua importância para a economia rural. Ainda, traz uma breve análise sobre a fome e a sede na região que concentra a maioria da população camponesa do Brasil, destacando os desafios enfrentados em termos de acesso à água e segurança alimentar.

No terceiro capítulo, “a seca e o papel do Estado”, o texto visa contextualizar a seca e examina o papel do Estado na região do Semiárido baiano, analisando como ele tem desempenhado suas funções para atender as demandas da agricultura familiar e do agrohídronegócio. Este capítulo investiga as políticas públicas e ações governamentais relacionadas à distribuição da água no semiárido baiano.

O quarto capítulo, que tem como tema “a luta dos/as camponeses/as pelo acesso à água na região do Centro Norte da Bahia: o projeto “Água Em Minha Casa” nos municípios de Caém, Jacobina e Ponto Novo”, destaca situação do acesso à água pelas famílias e descreve os resultados da luta dos camponeses/as beneficiários do projeto, destacando as demandas hídricas

existentes e se já foram todas supridas. Dessa forma, oferece uma análise dos impactos e resultados dessa iniciativa, evidenciando os desafios superados e as melhorias alcançadas na garantia do direito à água para as comunidades envolvidas.

Por fim, nas “considerações finais”, são apresentados os principais achados da pesquisa e uma reflexão sobre o impacto das políticas e iniciativas analisadas ao longo da dissertação. O trabalho conclui com os Referenciais Bibliográficos, que sustentam a pesquisa e oferecem um suporte teórico para as discussões apresentadas.

2 O SEMIÁRIDO E A QUESTÃO DA ÁGUA

O semiárido brasileiro é uma das regiões mais desafiadoras do país, especialmente em relação à questão da água. Com longos períodos de seca e chuvas irregulares, a população camponesa enfrenta dificuldades para garantir o acesso a recursos hídricos tanto para o consumo humano quanto para a produção agrícola. Nesse contexto, a convivência com o semiárido se torna uma questão central para a sustentabilidade e a sobrevivência das famílias que dependem da terra, exigindo soluções que vão além da tradicional dependência de grandes obras hidráulicas, promovendo alternativas locais e sustentáveis.

Neste capítulo, serão abordadas as complexidades da questão agrária tanto na América Latina quanto no Brasil, com reflexões sobre as raízes históricas e os desafios contemporâneos. A agricultura familiar camponesa, muitas vezes esquecida em políticas públicas, contrasta com o poder concentrado do agronegócio, intensificando as desigualdades no campo brasileiro. Ao explorar a realidade dos camponeses no semiárido baiano, discutiremos como a fome e a sede afetam a maioria da população camponesa da região.

2.1 Questão Agrária na América Latina e no Brasil

O termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra”. (Stedile, 2012, p.639). Em se tratando deste conceito numa abordagem histórica, mas, também a partir da luta de classes da história na América Latina, trata-se de “um processo histórico de saqueio, roubo, pilhagem, violências estruturais, torturas, genocídios, etnocídios, em nome da era da acumulação do capital” (Traspadini, 2018).

A questão agrária sempre esteve no centro da função social que a América Latina e o Caribe desempenham na dinâmica geral de produção e reprodução do capital. Essa é uma afirmação da professora Roberta Traspadini no seu artigo “Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente”. Ela questiona qual é a função da questão agrária a partir das lógicas inerentes à dinâmica mercantil, ao longo de mais de cinco séculos, considerando que a América Latina é uma construção territorial demarcada pela invasão colonial no século XVI. Ela sugere que, mesmo em tempos de discussões contemporâneas sobre os problemas gerais das paisagens periféricas do século XXI, a questão agrária continua sendo

central para entender a dinâmica socioeconômica da região:

A questão agrária no século XXI está entre três trincheiras: a) a trincheira do agronegócio, faceta mais avançada da apropriação de terras pelos capitais financeiros nacionais e internacionais; b) a trincheira dos Estados Nacionais que, na maior parte do continente trabalham a serviço do capital estadunidense e responde às ordens de suas forças armadas; c) a trincheira religiosa-ideológica que refaz de tempos em tempos as ideias dominantes das classes dominantes de cada território. Essas trincheiras demarcam o teor da luta de classes de nosso tempo e a possibilidade, ou não, de ruptura da ordem vigente dada a intensificação dos conflitos sociais presentes na dificuldade de reprodução social da vida de ampla maioria dos trabalhadores sem terras do campo e da cidade no continente. (Transpadini, 2018, p. 20).

Ainda neste artigo, ela descreve que no século XXI, o termo Abya Yala passou a ser utilizado por diferentes organizações e comunidades indígenas de todo o continente para substituir a designação eurocêntrica “América”. Segundo a autora, este modo de produção abrangia diferentes grupos étnicos, cada um com suas próprias concepções de território, vida e sociabilidade. A descoberta não foi por acaso, mas pela intencionalidade de disputas comerciais do ocidente com o oriente, portanto, descoberta-invadida-destruída em sua alteridade, pelas guerras comerciais, tornou-se América Latina por um ato de violência e guerra. (Transpadini, p.1699). Ainda ela argumenta que o que era um território diverso na produção de vida se transformou em território privado de alguns grupos em guerras de domínios políticos territoriais. Para além de compreender a função que essa região desempenha na dinâmica geral de produção-reprodução capitalista, traz como reflexão, um olhar sobre essas possíveis formas de viver e ser através da história dos modos de produção que já foram destruídos, mas também, pela história dos povos que são contemporâneos e continua existindo, mesmo que em situação de miserabilidade.

Fernando Báez, em seu livro explicita que a “A História da Destruição Cultural da América Latina”, vai além da perda de territórios para os colonizadores. Ele também destaca a destruição de bibliotecas, arquivos e peças de arte, muitas vezes esquecidas ou vendidas para indivíduos que passaram a deter sua posse particular. Como recuperar a história da América Latina dado memoricídio³ sobre nós? Essa é uma questão crucial para definir este conceito, trata-se do processo de extermínio, soterramento e substituição dos valores religiosos e culturais dos povos originários, da violência brutal ao ponto que para contar a história dos povos da América Latina é preciso consultar as fontes históricas ainda existentes que estão em posse de países colonizadores. Exemplo, várias construções da igreja católica foram construídas em cima

³ O conceito memoricídio compreende “o desastre cultural sofrido por milhões e milhões de latinos americanos durante séculos, simultaneamente ao saque econômico”. (Baez, 2010, p.29).

dos templos dos povos originários, ou seja, houve um processo de destruição do modo de ser e de viver desses povos através da substituição feita pelos colonizadores, de fato um soterramento histórico. “Num ato inesperado, a nova Cidade do México se edificou sobre Tenochtitlan”. Ou ainda no mesmo parágrafo, “As igrejas substituíram os templos astecas, os mosteiros, as casas de sabedorias, e as mansões deslocaram antigos palácios”. (Baez, 2010, p.127).

Com essa demarcação histórica, é importante enfatizar alguns conceitos centrais para entendimento da abordagem, seja do processo histórico, assim como, para a compreensão na atualidade. Além dos que já foi dito, elencamos: o nascimento da América Latina marca o início da história oficial de violência material e simbólica sobre os povos originários. A invasão da América não foi apenas uma violência, mas uma imposição de guerra sanguinária. Segundo Baez (2010), foi a destruição econômica, política e cultural dos modos de produção encontrados que deu margem à transição europeia.

O colonialismo na América Latina é um tema complexo que tem sido abordado por várias referências. Segundo Cardoso e Brignoli (1979), a colonização da América foi, em última análise, uma consequência da expansão comercial e marítima europeia, um aspecto do grande processo de constituição de um mercado mundial.

O colonialismo demarca a história da América Latina como o período de conformação da questão agrária nos termos que a entendemos na atualidade, em que há a propriedade privada da terra pelos invasores e os pequenos proprietários de terra com ou sem demarcação. Segundo Transpadini, Angileli, Montiel (2020), os vencedores constroem a sua narrativa como sendo superiores, mas, para os vencidos, esse período também resultou no apagamento, na invisibilidade e na estigmatização dos povos originários como “bárbaros”, “incultos” e “seres inferiores”. Isso forjou uma contínua sensação de “inferioridade” frente ao mundo aparentemente mais desenvolvido. A cultura da dominação arrasta consigo o sentido de quem terá acesso ao banquete e quem jamais deixará de servi-lo.

A luta anticolonial e anti-escravagista, que corresponde a consolidação do capitalismo mundial, dá vitória do capital industrial. É a conformação de outro modo operante, na ideia de nacional e nacionalismo e configurar na exportação de mercadoria e depois na importação de capitais. Rompe com a gênese do capital (capital comercial), a fase de acumulação primitiva e demarca de fato, acumulação de capital. É a conformação dos Estados nacionais.

A história da independência na América Latina é reflexo das disputas das colônias, é resultado das disputas que estão ocorrendo na Europa. As guerras travadas aqui forjadoras da independência tiveram apoio dos Estados Unidos, soma da guerra de movimento e posição contra a Europa e contra os povos da América Latina, após a conquistas das independências é

que o Estados Unidos se tornará imperialista. As independências aqui são guerras e oportunidade capitalista, que se tornou hegemônica, por tanto, trata-se de uma guerra para divisão internacional do trabalho.

As lutas pelas independências formais, expressam assim uma nova etapa do capitalismo sob a égide da intensificação da composição orgânica do capital, em que, nas economias ditas avançadas o capital constante (trabalho morto: máquinas, equipamentos, matérias-primas) destaca-se frente ao capital variável (trabalho vivo, força de trabalho empregada), enquanto na América Latina, o capital variável sobressai frente ao constante. E quanto mais se amplia a produção industrial na Europa e nos Estados Unidos, maiores os dilemas relativos à questão agrária, seus conflitos e as interposições político-jurídicas contra os povos. (Transpadini, 2018, p.1703).

A nova fase de acumulação de capital, centrada no trabalho livre, em parte assalariado, no continente, sem com isso deixar de tratar com centralidade a acumulação primitiva na forma de apropriação de pedaços de terras cada vez maiores pelos donos do capital. A terra, mercadoria, os trabalhadores e trabalhadoras sem terras como futuros operários, consolidavam a nova matriz de desenvolvimento que despontaria em meio à crise de 1929. (Transpadini, 2018, p.1703).

Para situar a seguinte teoria baseada nas leituras, entendemos que as independências na América Latina demarcam “fim do regime hegemônico de escravidão, em 1888,” e traz a “perspectiva de um urbano “moderno” frente a um rural “atrasado” no Brasil. Mais do que guerras, a história das independências na América Latina é a construção de uma sociedade capitalista em todos os aspectos: econômico, político, cultural, social e etc. é a construção no imaginário da ideologia dos vitoriosos.

O capitalismo, como modo de produção dominante, pressupõe uma divisão internacional do trabalho. Isso ocorre quando as forças produtivas atingem um certo grau de desenvolvimento. A saber, a Divisão Internacional do trabalho é a forma de reprodução do capital que estabelece relação de dependência entre países do centro com as periferias. Forma desenvolvida para dar continuidade à subordinação de países periféricos que conquistaram independência no período de surgimento de grandes indústrias nos países do centro. De um lado, países periféricos que produzem e exportam bens primários e obtém dívidas com países do centro, de outro, países que exportam bens de consumo.

No contexto da concorrência imperialista, a divisão internacional do trabalho intensifica a dependência da América Latina, dada a sua função como fornecedora de matérias-primas e importadora de produtos industriais. Esta divisão internacional do trabalho engloba

produtores de matérias-primas e produtos agrícolas, bem como produtores de manufaturas. Este cenário é caracterizado por uma combinação de desigualdades entre os países.

A América Latina como região dependente? Importante trazer como elementos, o que significa a Teoria da Dependência. A Teoria da Dependência, de acordo com Katz (2021), desenvolvida por pensadores latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, buscou explicar a posição subordinada da América Latina no sistema capitalista mundial. Segundo Claudio Katz, em seu livro “A Teoria da Dependência: 50 anos depois”, existem duas principais correntes dessa teoria: a marxista – de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra e a weberiana – de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

A vertente marxista, argumenta que a dependência é uma condição estrutural que perpetua o subdesenvolvimento, enfatizando a exploração da força de trabalho e a extração de recursos naturais para os países centrais. Eles criticam a visão de que o subdesenvolvimento é uma fase transitória, propondo que a dependência é um resultado histórico da inserção desigual no capitalismo.

Segundo Wasserman (2009), a teoria da dependência, em sua vertente marxista, faz uma contraposição à visão de que os países latino-americanos têm um atraso histórico estrutural devido às colônias terem sido as últimas a entrar no processo de acumulação do capitalismo. Essa corrente da teoria evidencia que a inserção da América Latina neste modo de produção é dependente, ou seja, os países latino-americanos reproduzem o desenvolvimento do subdesenvolvimento, ocupando um papel subalterno na acumulação primitiva capitalista como fornecedores de matéria-prima e manufaturas, a despeito das necessidades e potencial da região em determinadas áreas e setores da economia.

Argumenta que o subdesenvolvimento da América Latina não é uma etapa atrasada do desenvolvimento, mas uma consequência da inserção dependente da região no sistema capitalista mundial, o que perpetua uma estrutura que favorece os interesses do capital estrangeiro em detrimento do desenvolvimento autônomo da região.

Ainda segundo Wasserman (2009), a teoria da dependência, em sua vertente weberiana, os países latino-americanos têm um atraso histórico estrutural, devido as colônias serem as últimas a entrar no processo de acumulação do capitalismo. De modo que, o subdesenvolvimento é uma etapa transitória e o desenvolvimento aconteceria na América Latina como nos países do centro.

Concordando com a vertente da teoria da dependência marxista, a perpetuação do capitalismo consiste em produzir desigualdades, uma lógica de reprodução do capital. Países desenvolvidos x países subdesenvolvidos, ricos x pobres, cidade ou rural etc., onde países

periféricos estão presos no desenvolvimento/progresso/modernidade que não permite torná-los desenvolvidos, portanto, produz o seu subdesenvolvimento e uma desigualdade discrepante.

Neste contexto, a exploração da força de trabalho nos países periférico de economia dependente se dá de forma diferente, forma que se aplica para América Latina, por exemplo, para conseguir obter mais taxa de mais-valia e fazer concorrência com outros países, existe um aumento da exploração da força de trabalho, ou seja, é para além da exploração do pagamento do salário, enquanto valor de produção e reprodução. Valor abaixo, do patamar da sociedade, da economia como um todo, situação que cria a categoria analítica super-exploração.

Segundo Lênin (2012), a evolução do capitalismo se deu em fases, culminando no imperialismo, que ele considera sua fase superior. Ele identifica cinco características principais desta etapa: (1) a concentração da produção e do capital gera monopólios; (2) a fusão entre o capital industrial e financeiro domina as decisões econômicas e políticas; (3) a exportação de capitais, em vez de mercadorias, fortalece os países imperialistas; (4) há uma divisão global entre as potências imperialistas, que exploram as economias periféricas; (5) intensifica-se a exploração de colônias e países dependentes, perpetuando o subdesenvolvimento. Assim, o imperialismo marca uma transição crítica no capitalismo.

O capitalismo, em seu estágio imperialista, conduz praticamente à socialização integral da produção; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disse tenham consciência, para uma nova ordem social, de transição, entre a mais livre concorrência e a completa socialização. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível mais insuportável. (Lênin, 2012, p.30).

O imperialismo, de acordo com Lênin, consiste na fase monopolista de desenvolvimento do capitalismo, com o surgimento do capital financeiro, que demarca a união entre capital industrial e bancário; a exportações de capitais; formação de associações internacionais monopolistas que repartem o mundo entre grandes potências.

Podemos citar como exemplo na atualidade, a proposta de créditos de carbono, que visa mitigar os impactos ambientais, é uma estratégia que beneficia grandes empresas e países desenvolvidos, enquanto perpetua a exploração das comunidades locais e a degradação ambiental nas regiões periféricas. As iniciativas de créditos de carbono podem ser vistas como uma forma de as grandes corporações se apropriarem de recursos naturais e de compensações financeiras. A esse respeito, foi um tema denunciado pela Via Campesina na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no ano de 2012.

Nos países, subdesenvolvidos/periféricos, o mecanismo de valorização do capital (produtivo/financeiro) consiste na deterioração da condição de trabalho/emprego, para que tenha uma renda que possa valorizar-se na possibilidade da rentabilidade financeira atual, com isso, a produção e reprodução da exploração das forças de trabalho em níveis alto. Com esse mecanismo próprio do capitalismo e do capitalismo periférico, a ruptura com o mercado mundial é praticamente inviável, limitado. A forma de produção e reprodução interna sanciona este processo, dificultando a emancipação econômica e social da classe trabalhadora.

2.2 Breve reflexões sobre a questão agrária no Brasil

Todas as mudanças que ocorreram no país desde o período colonial até os dias atuais não alteraram a estrutura fundamental e as bases sociais da sociedade brasileira: o latifúndio, o modelo agroexportador e a exploração continuam presentes. Trazemos aqui para evidenciar tal questão, a contribuição de Ruy Moreira que explora o tema do espaço agrário, analisando os ciclos espaciais de acumulação e a importância de mudar para manter a mesma essência.

Moreira destaca a diversidade dos modos de produção – as diferentes maneiras pelas quais as pessoas produzem bens e serviços – que foram acontecendo desde a época colonial até os dias atuais. Ele vê isso como parte do processo de formação da sociedade brasileira.

A estrutura da formação social brasileira a partir da combinação de três modo de produção: o capitalista avançando (hegemônico), o pequeno modo de produção e o modo de produção comunitário. A reprodução do grande capital, tecida e integrada por forte mediação do Estado, é o movimento que reproduz essa estrutura como um todo. (Moreira, 2018, p.13).

A formação social brasileira é vista como um sistema complexo e interconectado de relações socioeconômicas que são continuamente reproduzidas e transformadas ao longo do tempo. Para ele, uma combinação destes três modos de produção também destaca o papel do Estado. O Estado desempenha um papel crucial na manutenção do equilíbrio entre esses modos de produção e na garantia de que a estrutura socioeconômica como um todo seja reproduzida.

Ele vê a reprodução – a maneira como as relações sociais, econômicas e políticas são recriadas – como a chave para entender essa dinâmica. Moreira descreve que o espaço e o tempo estão intimamente ligados e que mudanças em um afetam o outro. Há na história do país uma linha contínua de desenvolvimento, também há rupturas e mudanças. Ou seja, os efeitos espaciais deste processo perduram, permanece.

O ciclo espacial de acumulação é o movimento unitário-integrativo de reprodução da totalidade da diversidade de áreas e setores de atividade

identificada com a forma de capital dominante de cada contexto. A relação que integra e incorpora a diversidade na unidade da formação espacial no marco de território total da reprodução hegemônica aí está estabelecida. Tem, pois, no circuito de reprodução – o todo centrado na relação de produção dominante: a escravista no ciclo canavieiro-açucareiro, o assalariado-parceiro no ciclo do cafeeiro e o assalariado no ciclo da cadeia soja-óleos-carnes – sua viga de ossatura. (Moreira, 2018, p.25).

Nesta parte do texto, o autor colabora com uma outra forma de ver a formação social do Brasil numa perspectiva geográfica, demonstra que no país foi sendo formado ao longo do tempo um sistema complexo e interconectado através do processo de acumulação espacial e reprodução. Em outro trecho, faz uma crítica à forma que os historiadores abordam sobre a formação social do país, porque foca a análise somente na estrutura dominante, por exemplo, sobre o ciclo da cana, estudar somente os engenhos, o ciclo do café, estudar basicamente as fazendas cafeeiras. Para além desta maneira, busca compreender outras dimensões dos setores de cada ciclo a uma relação mais ampla que se estabelece. Ou seja, refere-se à maneira como diferentes formas de produção e atividade econômica são integradas.

Segundo Moreira (2018), os ciclos espaciais de acumulação no Brasil desempenharam um papel significativo em sua história econômica e moldaram o espaço geográfico do país. Existe uma interconexão entre as esferas da economia, política e cultura que influenciam a produção e a organização do espaço, sendo essencial para analisar as transformações contemporâneas. Atualmente, o ciclo espacial é mantido pela produção e exportação de commodities agrícolas, como soja, óleos vegetais e carnes. A cidade-região emerge como uma manifestação desse processo, representando uma nova escala privilegiada para a acumulação capitalista. Investimentos intensificados ocorrem nas áreas próximas às cidades, reconfigurando o espaço geográfico.

Alguns autores afirmam que a economia verde, caracterizada por ser de baixo carbono e empregar tecnologias sustentáveis, está emergindo como o próximo ciclo espacial de acumulação da vez. Atualmente, os mercados ambientais estão a todo vapor, e evidente que se trata de geração de lucro e um processo de acumulação do capital. O funcionamento é simples: no mercado de carbono, empresas e governos podem comprar e vender créditos de carbono, que representam o direito de emitir uma quantidade específica de gases poluentes. Por exemplo, uma empresa que investe em projetos de reflorestamento ou adotar tecnologias limpas pode vender seus créditos de carbono para outras organizações que necessitam compensar suas emissões. Isso permite que empresas continuem poluindo, destruindo e causando desastres ambientais, enquanto compensam suas emissões comprando créditos de carbono de outras

empresas, mesmo que o suposto reflorestamento seja na verdade o plantio de eucaliptos.

O artigo “Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza” aborda a transição da perspectiva de desenvolvimento sustentável para a economia verde, destacando como o capital continua a impactar o meio ambiente. Os autores, Maria Ceci Misoczky e Steffen Böhm, discutem a importância dessa mudança de paradigma e suas implicações para o futuro. (Misoczky, M. C., & Böhm, S. 2012).

Durante o século XX, o Brasil foi um dos países que mais desenvolveu a sua economia e se modernizou na América Latina, porém, aumentaram as desigualdades regionais e sociais. Reflexo do modelo capitalista, vemos que no mundo a riqueza está concentrada na América do Norte e na Europa Ocidental, enquanto nos países que foram colonizados a pobreza é realidade, um problema crônico. Há uma combinação entre a parte “atrasada” com a parte “moderna/desenvolvida”. No caso brasileiro, tem o moderno convivendo com o atraso. A pobreza é funcional ao sistema. As desigualdades são extremamente necessárias.

Dando um passo à frente, trazemos aqui a colaboração de Sampaio Jr. Sobre o tema da globalização, de como as demandas do capital internacional tem afetado as economias da América Latina e como as estratégias de modernização podem moldar o futuro dessas nações.

Há pelo menos duas décadas, vem sendo inculcada à sociedade latino-americana a idéia de que as economias da região estão condenadas a curvar-se ante a inelutabilidade da globalização dos negócios e a ajustar-se o mais rapidamente possível às exigências do capital internacional e das potências hegemônicas. (Sampaio Jr., 2004).

O autor argumenta que as economias latino-americanas estão sendo forçadas a se adaptar rapidamente às exigências do capital internacional e das potências hegemônicas. Dentro desta concepção, o espaço de manobra das economias da região está limitado à definição do ritmo e da intensidade de assimilação das transformações irradiadas pelo capitalismo central.

A globalização é um fenômeno bastante amplo que influencia em diferentes esferas da sociedade. A partir dessa ideia, podemos analisar, em escala global, questões como relações de poder, organização da produção, apropriação de padrões culturais e ideológicos, entre outros. No texto, ele identifica duas facções geradas a partir da polarização da luta política entre as facções “modernizadoras” e “conservadoras” das burguesias latino-americanas. Os que apoiam a Globalização Radical são os Ultra-Modernistas, estes estão alinhados com as tendências do capitalismo internacional e colocam as exigências do “mercado” acima de tudo, ignorando os custos econômicos, sociais e culturais. Havendo a outra facção que pensa numa Globalização Responsável, sendo os Pseudo-Conservadores. Estes para o Sampaio Jr não têm condições de sobreviver à concorrência externa, defendem uma modernização lenta, segura e gradual.

Reconhecem que, dentro da dependência, não é possível resistir indefinidamente às imposições externas.

O subdesenvolvimento no Brasil, expressa questões históricas, está intimamente ligado a questões históricas que remontam ao período colonial e à forma como se deram eventos como a abolição da escravidão e a independência política. A abolição da escravidão em 1888, por meio da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel, foi resultado de uma longa luta do movimento abolicionista e da pressão popular. Os escravos libertos, não receberam nenhum apoio ou incentivo do governo para se integrarem à sociedade. Além disso, não houve uma reforma agrária que permitisse o acesso à terra. Isso perpetuou uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos.

Existe dinâmicas e lógica de funcionamento que coloca a pobreza, as desigualdades sociais como funcional ao sistema, que alia dois pólos: o moderno convivendo com o atraso, o abismo entre os mais pobres e mais ricos. Numa visão pessimista a partir deste texto, “Apesar de se situam em pólos opostos, ambos concordam em relação a uma questão fundamental: a combinação do moderno e do atraso constitui o único meio das regiões periféricas participarem dos ritmos desiguais do desenvolvimento capitalista.”. (Sampaio Jr., 2004, p.2). O liberalismo acontece na economia, porém, se mantém a estrutura oligárquica, a produção primária. Apesar do país ter se modernizado a estrutura fundiária não muda, com avanço do agronegócio, há mais concentração de terras.

O Brasil é produtor e exportador de matérias primas, significa dizer que vendemos toneladas de minérios, produtos da agropecuária para comprar/trocar por tecnologias. O país não é referência em produção de tecnologias, até porque, a industrialização não é foco para o desenvolvimento tornando assim dependente de tecnologias dos países desenvolvidos. Numa sociedade heterogênea, o país tem uma dependência do padrão de consumo internacional e está concentrado em poucas mãos, ou seja, quem pode comprar automóveis, celulares, computadores, entre outros, ou seja, tem renda superior ao salário da maioria da população. Neste país, um pequeno grupo de pessoas tem acesso a um padrão de consumo parecido com o dos países desenvolvidos.

Como resultado desta heterogeneidade estrutural, o padrão de consumo causa diferenciação social, a classe média, por exemplo, economicamente tem acesso a vários bens de consumo que se comparado com quem vive de um ou menos de um salário mínimo não tem. É constante a distância do nível de vida das massas e da elite.

Dentro da longa transição da Brasil colônia de ontem para a Brasil nação de amanhã, a conjuntura atual caracteriza-se pelo fato de que a globalização dos

negócios transformou em antagonismo aberto e secular contradição entre o desenvolvimento do sistema capitalista mundial e a consolidação do Estado nacional como uma entidade relativamente autônoma. Uma formulação sintetiza a essência do momento histórico brasileiro: dependência e barbárie. (Sampaio Jr., 2024).

O autor descreve que a dependência do Brasil em relação ao sistema capitalista global pode levar a condições bárbaras, possivelmente referindo-se a desigualdades sociais e econômicas, exploração e perda de controle sobre os recursos e políticas nacionais. Ele reflete que o Brasil está em uma transição contínua de uma colônia para uma nação.

Ainda alguns elementos que gostaríamos de enfatizar trata-se dos movimentos de resistência camponesa ao longo da história brasileira que revelam um padrão recorrente de lutas contra a opressão e as desigualdades sociais. Esses movimentos, que surgiram em resposta à desigualdade social e à opressão, desafiaram as estruturas estabelecidas e buscaram justiça social e igualdade. Eles representam a luta contínua dos marginalizados contra a opressão e a exploração, e a busca constante por dignidade e justiça. (Oliveira. É. A. S, 2018).

Canudos, liderado por Antônio Conselheiro no final do século XIX, foi um exemplo marcante dessa busca por justiça social, desafiando a oligarquia e o Estado. A resposta violenta do Exército evidenciou o medo da elite diante de uma ameaça representada por essa resistência. No início do século XX testemunhou uma série de movimentos, como a Revolta da Chibata, a Guerra do Contestado e o Tenentismo, todos sintomas da insatisfação generalizada. Entre 1926 e 1936, o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, liderado por José Lourenço no Ceará, trouxe uma experiência única de resistência baseada no catolicismo popular, oferecendo uma alternativa de vida digna aos camponeses. Em um cenário de profunda desigualdade, a história de Pau de Colher, nos anos 1937/38, destacou-se como uma resistência ancorada na miséria, religiosidade e busca por justiça, revelando a complexidade das demandas sociais naquele período. (Oliveira. É. A. S, 2018).

As Ligas Camponesas, entre 1955 e 1964, representaram uma fase intensa de mobilizações, culminando em um papel precursor na conscientização nacional pela reforma agrária. O golpe militar, porém, silenciou temporariamente essas vozes, encerrando um capítulo significativo na luta por direitos e justiça social no cenário rural brasileiro. Esses episódios históricos convergem em sua resistência contra estruturas injustas, ilustrando a tenacidade do povo brasileiro na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. (Oliveira. É. A. S, 2018).

A estrutura fundiária no Brasil permanece desigual, inclusive, no último censo, aumentou a concentração de terras, refletindo a complexidade das relações socioeconômicas em constante transformação ao longo do tempo. A base social da sociedade brasileira ainda é

marcada pelo latifúndio, pelo modelo agroexportador e pela exploração. Nesse contexto, a reforma agrária mantém sua relevância, dada a persistência dessas estruturas.

A manutenção do capitalismo hegemônico no Brasil resulta na falta de regularização fundiária em áreas rurais, favorecendo a grilagem de terras e a especulação imobiliária. Isso exclui comunidades tradicionais e degrada o meio ambiente. Conflitos fundiários, especialmente com populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, frequentemente resultam em desalojamentos sem compensação adequada. A regularização fundiária, incluindo demarcação de terras indígenas e quilombolas, é crucial para garantir seus direitos territoriais e preservar a diversidade cultural do país.

Sobre a atualidade da questão agrária, destacamos que durante o governo Bolsonaro, a reforma agrária foi reduzida a entrega de títulos, priorizando a consolidação dos atuais assentamentos em detrimento da desapropriação e distribuição de terras. Os títulos concedidos, como o TD, possibilitam a venda da terra, favorecendo interesses do agronegócio em detrimento dos assentados. Embora a titulação seja recorde sob esse governo, contribuiu com o aumento da mercantilização da terra e a concentração de terras. (CNN Brasil, 2022). A política agrícola atual enfrenta desafios como a modernização conservadora, que não promove mudanças estruturais na agricultura, afetando a ocupação rural, a sustentabilidade ambiental e a distribuição de renda.

Segundo o Incra, existem 729 pessoas físicas e jurídicas no Brasil que se declaram proprietárias de imóveis rurais com dívidas acima de R\$ 50 milhões à União cada. No total, esse grupo deve aproximadamente R\$ 200 bilhões, com propriedades de área suficiente para assentar 214.827 famílias – quase duas vezes o número de famílias que estão acampadas hoje no Brasil esperando por reforma agrária. (Oxfam Brasil, 2024).

Neste sentido, houve uma desestruturação e paralisação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pela gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. E atualmente, há um processo de reconstrução deste importante órgão (Brasil, 2024).

Na questão agrícola, o governo atual implementou políticas públicas como o PAA, PNAE e Pronera, porém, há críticas ao Pronaf por não atender adequadamente os agricultores familiares mais pobres, favorecendo os integrados ao sistema capitalista. Quanto à questão ambiental e climática, houve mudanças pós-2022, com uma abordagem mais rentável que visa beneficiar empresas, pessoas e natureza. Apesar disso, a política ambiental pode entrar em conflito com povos que protegem o meio ambiente, e a produção agrícola é vista como uma preocupação nas mudanças climáticas. Propõe-se uma agricultura regenerativa e sustentável, mas há receios de

greenwashing ⁴ corporativo e é necessário impor limites ao consumo de alimentos ultraprocessados e à concentração de terras. Uma transição para um novo modelo de políticas públicas e a valorização da agroecologia são apontadas como necessárias. (MPA, 2023).

2.3 Camponeses e agricultura familiar camponesa

Estima-se que existam cerca de mais de 608 milhões de agricultores familiares em todo o mundo ocupando entre 70% e 80% das terras agrícolas e produzindo cerca de 80% dos alimentos do mundo em termos de valor. (FAO, 2021). Ainda de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), essa parcela da população desempenha um papel crucial na produção de alimentos.

O censo agropecuário do ano de 2017, indica que 15 milhões de pessoas estão ocupadas com atividades agropecuárias em 351 milhões de hectares, destes, 77% estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, ou seja, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos. Os dados evidenciam que a agricultura familiar (camponesa) corresponde a 67% de todo o pessoal ocupado, sendo, cerca de 10,1 milhões de pessoas. (IBGE, 2017).

Na Bahia, os estabelecimentos agropecuários ocupam 28 milhões de hectares, sendo o total dos 762,8 mil estabelecimentos agropecuários do estado. São 2,1 milhões de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. (IBGE, 2017). Na Economia Baiana, a produção agropecuária corresponde 73,7% no Semiárido baiano. (Fonte: Censo Demográfico (2022); IBGE (2022); SEI (2022). Elaboração Coest / Distat em 29/06/2023). A saber, são inúmeras as vantagens da agricultura camponesa para si e para a sociedade. Seja na geração de emprego e renda, desenvolve a segurança e soberania alimentar, e fornece alimentos com qualidade para a sociedade.

De acordo com um relatório das Nações Unidas, o número de pessoas afetadas pela fome globalmente aumentou para até 828 milhões em 2021. Isso destaca a importância da produção de alimentos e o papel crucial que a agricultura camponesa desempenha nesse

⁴ Greenwashing é uma prática na qual uma empresa ou organização tenta apresentar uma imagem de responsabilidade ambiental mais favorável do que realmente possui. Isso pode envolver a promoção de produtos, políticas ou práticas que são anunciadas como ecologicamente corretas, sustentáveis ou amigas do meio ambiente, mas que, na realidade, têm um impacto ambiental negativo significativo ou não são tão benéficas quanto são retratadas. O greenwashing é muitas vezes usado como estratégia de marketing para atrair consumidores preocupados com questões ambientais, sem que haja uma mudança real nas práticas da empresa. De acordo com a CNN, “essa maneira de omitir, mentir ou camuflar as reais informações sobre os impactos da empresa ao meio ambiente é um problema investigado em empresas do mundo todo”. (CNN, 2023).

aspecto. Ainda no relatório deste mesmo ano, a ONU enfatiza que a maior parte dos investimentos através de políticas comerciais e de mercado e subsídios fiscais foram para os agricultores individuais, ou melhor, para empresários do agronegócio que prejudicam o ambiente e não promovem a produção de alimentos nutritivos que compõem uma alimentação saudável. (ONU, 2021).

Na definição geral, entende-se que as famílias camponesas ao terem acesso a tudo o que a natureza pode oferecer, como terra, água, florestas, a biodiversidade, a fauna e flora, utilizam desses recursos naturais para atender às suas necessidades básicas e produz alimentos. A organização do trabalho das famílias camponesas é baseada na cooperação e num sistema integrativo, de modo que estes tomam as decisões do que produzir, criar e extrair para gerar renda que supra as necessidades familiares. Essas famílias desenvolvem padrões distintos de consumo, práticas laborais específicas e estabelecem formas singulares de interação com a natureza, conferindo-lhes características únicas em sua maneira de ser e viver no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas. (Carvalho, 2009). Os camponeses do semiárido historicamente tem como desafios o acesso à terra e à água. Tal situação ao longo dos tempos tem se modificado com as ações através da organização popular nas organizações e movimentos sociais.

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (Costa al it, 2012, p. 116-130).

Sobre o campesinato, estamos de acordo com a teoria que afirma que o campesinato é uma forma não-capitalista de produção, baseado em lógica produtiva na qual se trabalha para atender às necessidades básicas da família e, não para gerar lucros. Portanto, a sua definição corresponde a uma forma social de produção, a um modo de vida e a uma cultura. Na atualidade, pode-se observar as suas formas de resistências e contribuições para a sociedade.

Desse modo, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais. (Carvalho, 2008/2009, p.12)

Portanto, neste trabalho observamos experiências da agricultura familiar camponesa

no semiárido baiano. Considerando as peculiaridades desta região seja nas condições edafoclimáticas, política e social. Bem como, essa forma de agricultura camponesa que certamente não é a mesma do século passado, mas que ainda persiste e sobrevive apesar das constantes adversidades que rodeiam a sua atividade. (Ploeg, 2016). Neste sentido, entenderemos como tem se dado os processos de resistências na região Centro Norte da Bahia das famílias camponesas que fazem parte do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), seu potencial e a transformação dentro desta forma de agricultura.

Para falar sobre os desafios do campesinato nos dias atuais, faz-se necessário entender o funcionamento do modo de produção hegemônico. Se tratando do capitalismo, enfatizamos que o conceito de acumulação primitiva formulado por Karl Marx foi um evento histórico é um processo contínuo que pode ser observado nos dias atuais com suas especificidades. Compreende-se a acumulação primitiva como fase inicial para desenvolvimento do modo de produção capitalista. Segundo Transpadini (2018), na América Latina significou a expropriação dos recursos naturais para desenvolvimento dos países do Centro, daqui saiu toneladas de minérios. Demarca um processo histórico da propriedade privada, latifúndio e a produção de monocultivos para atender as necessidades dos países do centro com a destruição de modos de produção existentes e a utilização da escravização de povos, o uso de todos tipos de violências para consolidação do capitalismo. Ela argumenta que a acumulação primitiva de capital, a colonização e a acumulação de capital são indissociáveis. A autora destaca a relação entre terra, trabalho e violações do direito à vida na produção de riqueza capitalista.

Um dos acadêmicos cujas contribuições são relevantes também para esta reflexão é David Harvey, que, por meio do conceito de acumulação por espoliação, descreve as práticas capitalistas contemporâneas que persistem na expropriação de recursos e riquezas. Harvey destaca que o capital não se limita à exploração da força de trabalho; ele também se envolve em atos de espoliação, invasão e saque dos recursos naturais, bem como dos direitos dos trabalhadores e das diversas comunidades na América Latina. Essa abordagem inclui a privatização de bens públicos, a intensificação da financeirização da economia e a manipulação das crises econômicas para acentuar a concentração de riqueza e poder. (Harvey, 2005). Sendo assim, este aspecto da teoria crítica ao capital, evidencia que a apropriação dos bens da natureza é uma peça chave para continuidade do modo de produção capitalista.

Nesta mesma perspectiva, refletimos a partir da contribuição do Armando Bartra, “no capitalismo, todo produto lançado no mercado assume a forma de mercadoria capitalista independente do processo específico de produção que lhe deu origem” (Vergés Bartra, 2011, p.2). Vale ressaltar que a obtenção da mais-valia não está restrita apenas ao capital produtivo,

responsável pela produção de bens materiais e serviços. Ela também é derivada do capital financeiro especulativo, que utiliza o dinheiro como intermediário das mercadorias, transformando-o não apenas em meio de troca, mas também em uma mercadoria em si. Este tipo de capital especula e manipula de acordo com seus interesses. Além disso, a mais-valia é obtida pelo capital rentista, seja por meio da extração da mais-valia da propriedade da terra ou dos recursos naturais, como água potável, terra, minerais e florestas (Vergés Bartra, 2015).

Sobre a natureza do sistema capitalista em grandes crises, o autor descreve que em tempos de declínio dos lucros competitivos e de crescente escassez, o capital tende a procurar oportunidades em setores favoráveis ao monopólio e à especulação. Procuram obter lucros através do rendimento, da especulação e da concentração em sectores específicos. Período esse em que as invasões dos territórios do campesinato são mais recorrentes, em que os povos ficam mais vulneráveis e propensos a vários tipos de violências.

Así las cosas, rentista, especulativo, parasitario y predador son los términos que definen al capitalismo de la gran crisis. Y cuando las ganancias competitivas disminuyen y la escasez incrementa las rentas, los capitales buscan los nichos favorables al monopolio y la especulación, ubicados en las actividades extractivas y en los servicios. (Vergés Bartra, 2015, p.125.).

A degradação da natureza e do trabalho acompanha o desenvolvimento do capitalismo. O seu crescimento econômico é um processo de contradições internas, que se manifestam na busca por excedentes de força de trabalho, para obter outros meios de produção e até mesmo na busca por novos mercados para absorver as quantidades crescentes de mercadorias. Essas contradições frequentemente desencadeiam crises. Para impulsionar o capital, a expansão ocorre em territórios ainda não homogêneos e que estão ocorrendo a todo vapor. Os recursos naturais que atualmente pertencem aos territórios camponeses têm se tornado alvos do capital, seja para o uso da terra pelo agronegócio, para exploração de minerais, na compra e venda de crédito de carbono ou mesmo pela ocupação do espaço por megaempreendimentos para as ditas “energias renováveis”.

Ainda segundo Vergés Bartra (2015), o capitalismo na sua forma atual enfrenta desafios significativos que refletem a sua própria lógica interna de acumulação e crise, onde a especulação e o rentismo se tornam estratégias predominantes num contexto de crescente desigualdade e exploração. Ele é caracterizado por uma dualidade: procura a privatização de recursos para obter lucros, mas também se inclina para a especulação financeira quando o investimento produtivo não é tão rentável.

El capitalismo de los tiempos de la gran crisis es de nuevo un capitalismo ferozmente territorial, porque en tiempos de escasez la privatización de los

recursos naturales promete enormes rentas; pero es también un capitalismo radicalmente desterritorializado pues cuando caen las utilidades de la inversión productiva no hay mejor negocio que la especulación financiera. El de hoy es, como ha dicho Claude Serfati, un capitalismo financiero-rentista. Y en los dos extremos: el etéreo y el pedregoso, el gran dinero resulta predador y destructivo. (Vergés Bartra, 2015, p. 128).

A este fenômeno, de um capitalismo financeiro-rentista, o autor destaca a natureza predatória e destrutiva para obter lucros em ambos os extremos: o etéreo (especulação financeira) e o pedregoso (privatização dos recursos naturais). Para ele, o capitalismo se adapta e opera em tempos de crise, com ênfase na exploração tanto dos recursos naturais quanto dos mercados financeiros, muitas vezes em detrimento do bem-estar social e ambiental.

Ao se tratar dos problemas ambientais provenientes das ações do capitalismo no campo, devemos enfatizar que os indivíduos não têm igualdade de acesso aos bens naturais – como ar puro, água limpa e áreas verdes. Normalmente, as populações em situação de vulnerabilidade são as mais afetadas por fenômenos como enchentes, deslizamentos e poluição. Além disso, devido ao pouco poder aquisitivo, são os mais pobres que se alimentam de produtos ultraprocessados. Portanto, cabe no âmbito deste trabalho, o conceito de desigualdade ambiental.

O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre os grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se aos grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos. (Coletivo brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental, 2012, p.165).

Ressaltamos que este modelo de produção afeta a todos os seres humanos e os bens da natureza para beneficiar a poucos em detrimentos da maioria da população do mundo. É importante salientar que existem narrativas, principalmente, da grande mídia que responsabilizam a todos pelos danos ambientais. Porém, não podemos esquecer que não existe a distribuição “democrática” dos benefícios, portanto, igualmente não devemos responsabilizar a todos pelos efeitos dos males gerados, principalmente, pelas grandes corporações.

A mudança climática é a grande questão da vez, como era de se esperar, através deste tema as grandes corporações internacionais estão criando suas narrativas, seus produtos para gerar lucros e entendem que é nos países subdesenvolvidos que devem implementar tais alternativas. Sim, a proposta é combater a crise climática e o aquecimento global mudando a matriz energética, para isso, no Brasil, por exemplo, através do Estado brasileiro está sendo

construído o incentivo para implementar as “energias limpas” e adotar as medidas da compra e venda de carbono. Impactam desta forma, os territórios dos povos do campo, das águas e das florestas. Segundo Breno Bringel e Maristella Svampa, autores do artigo “Do ‘Consenso das Commodities’ para o ‘Consenso de Descarbonização’”, esse novo consenso implica em uma nova forma de colonialismo, que eles chamam de “colonialismo energético”. Isso se refere à expansão de projetos de energias renováveis, especialmente em países do Sul Global, que muitas vezes ocorre sem considerar adequadamente os impactos sobre as populações locais e o meio ambiente.

El «Consenso de la Descarbonización» moviliza continuamente el discurso de las potencialidades tecnológicas y de la innovación. A la vez, aboga explícitamente por los «negocios verdes», la «financiación climática», las «soluciones basadas en naturaleza», la «minería climáticamente inteligente», los «mercados de carbono» y diversas formas de inversión especulativa. Casi sin solución de continuidad, las políticas de «responsabilidad social» de las empresas extractivas se han convertido en las últimas décadas en políticas de «responsabilidad socioambiental», en un intento de construir una imagen de responsabilidad ecológica que contrasta fuertemente con la realidad. En definitiva, se propone un tipo de transición basada en una lógica fundamentalmente mercantil y con una interfaz hiperdigitalizada, lo que genera nuevas mercancías y formas sofisticadas de control social y territorial. (Bringel; Svampa, 2023, p.7).

Bringel e Svampa destacam que esse “colonialismo energético” se baseia na extração de minerais e terras raras necessários para as tecnologias de energia limpa, o que pode gerar novos conflitos socioambientais e aprofundar desigualdades. Eles defendem a necessidade de uma transição justa e democrática, que valorize os saberes e práticas das comunidades afetadas.

No contexto brasileiro, o avanço da agricultura capitalista tem levado a uma apropriação indevida dos recursos naturais, resultando em um aumento significativo de conflitos relacionados à posse de terra, territórios e água. Esses conflitos envolvem não apenas os povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, os camponeses, mas também incluem questões como o arrendamento de terras em assentamentos rurais. (Alentejano, 2020). Essa realidade evidencia um processo de destruição dos bens naturais e expulsão do campesinato em prol da produção de commodities, com práticas que envolvem a apropriação e especulação de terras, assim como outros recursos.

Ainda sobre a questão ambiental no contexto do capitalismo, podemos destacar a partir desta reflexão e dos textos mencionados, como a privatização de espaços não mercantis e a expropriação de áreas de uso comum contribuem para a desigualdade ambiental e a acumulação por espoliação. Sabemos que a expropriação envolve a tomada de terras e recursos de camponeses, ribeirinhos e comunidades tradicionais para valorizar capitais excedentes. Esses

processos de privatização geralmente provocam destruição, poluição que torna esses espaços inapropriados para uso posteriormente. Neste texto, também ressalta o papel crucial do Estado na promoção dessa desigualdade e acumulação. Os autores discorrem que o Estado garante a operação dos mercados, muitas vezes em detrimento do meio ambiente e dos direitos das comunidades locais. A partir de inúmeros exemplos, o capital e o Estado interagem para promover a exploração ambiental e a desigualdade. Isso é evidente em vários casos que envolvem negócios capitalistas e os conflitos ambientais associados a eles. (Coletivo brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental, 2012).

Os processos de produção das desigualdades ambientais, associados às dinâmicas da acumulação por espoliação, através da qual se mercantilizam bens não mercantis, tendem a favorecer a eclosão de conflitos territoriais e ambientais, uma vez que inviabilizam a existência de diversos grupos cuja reprodução social depende das suas relações com o território, com a diversidade biológica e geofisiográfica. (Coletivo Brasileiro De Pesquisadores Da Desigualdade Ambiental, 2012, p.169).

Ainda neste sentido, podemos citar como exemplo, o caso de conflito por água município de Correntina (BA), no ano de 2017. Na ocasião, a população realizou manifestações para denunciar o baixo nível do rio Arrojado em consequência do intenso desmatamento, e do uso abusivo das águas, sobretudo pelas empresas do agronegócio. (MAB, 2017). Esta situação mostra claramente os interesses das grandes empresas, apoiadas pelo Estado. Uma vez que as empresas do agronegócio foram autorizadas a explorar os recursos hídricos, ocasionou conflitos e a degradação do rio, prejudicando assim, a comunidade local.

A agricultura camponesa é cotidianamente afetada pelo modo de produção capitalista. Neste trabalho ainda falaremos sobre a experiência dos camponeses do semiárido que tem buscado saída para melhoria da qualidade de vida e permanência na terra. Como citados acima, os autores Ploeg, Bartra e Carvalho abordam que o campesinato teima em continuar existindo e se recriando atualmente. Embora os camponeses operem dentro de um contexto capitalista, suas decisões e ações não são diretamente governadas por ele. A unidade de produção camponesa, na perspectiva chayanoviana, é regida por um conjunto de equilíbrios com princípios organizacionais que modelam e remodelam a maneira como os campos são cultivados, o gado é criado, o trabalho de irrigação é construído e como as identidades e relações mútuas se desenrolam e se concretizam. Isso resulta em uma grande diversidade na agricultura camponesa. Além disso, apesar das dificuldades e desafios, os camponeses nutrem o sentimento de identidade, autonomia e resistência.

O âmbito e a complexidade dos equilíbrios envolvidos, que são constantemente reavaliados, dão origem à notável heterogeneidade da

agricultura camponesa e criam uma ambiguidade permanente. Por um lado, o camponês é oprimido e não compreendido, por outro lado, é indispensável e ativo. O camponês sofre e resiste: às vezes em momentos distintos, às vezes simultaneamente. (Ploeg, 2016, p.9).

Esses autores afirmam que não se entende a economia camponesa com os mesmos métodos do agronegócio. Pois, o camponês produz a sua própria existência, portanto, é central e estratégico a luta por autonomia e por seus direitos. No atual momento, o campesinato luta contra a invisibilidade, contra a desterritorialização, descampesinação, a industrialização de parte da agricultura familiar e vive o processo de inclusão produtiva. Importante salientar que o campesinato para garantir o preço dos alimentos acessíveis, questão possível de ser verificada no decorrer do tempo, por exemplo, no Brasil, ao passo que diminui as áreas de produção de feijão e arroz, consequentemente, os preços nos mercados destes itens principais da alimentação dos brasileiros aumentam.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a área plantada de arroz e feijão apresentou uma redução significativa, alcançando o menor nível dos últimos 47 anos (CONAB, 2023). Essa situação suscita uma reflexão importante: o aumento nos preços dos alimentos não pode ser atribuído apenas a fatores climáticos. A própria análise indica que a produção de alimentos foi severamente afetada pelas recentes políticas de corte nos incentivos agrícolas destinados às famílias camponesas. Como resultado, a sociedade enfrenta um aumento nos preços de itens básicos, uma questão que tem sido amplamente denunciada por movimentos sociais. No ano de 2020, o MPA publicou no seu site através das palavras do Frei Sérgio, dirigente do movimento, a seguinte opinião:

E isto foi desmontado sem piedade nem dó, desde 2016 com Temer, e, com mais intensidade, a partir de 2019, quando o “elemento” entrou palácio adentro. Extinção do Ministério que cuidava da produção de alimentos, desmonte da CONAB que faz estoques públicos, fim das compras públicas, crédito só para grandes produtores que cultivam soja, preços baixos para quem produz alimentos, importação forçando queda de preços aos agricultores. (MPA, 2020).

Em diversos veículos de comunicação, nos noticiários também falaram como os preços altos da cesta básica afetaram as famílias em condições socioeconômicas que não ultrapassam um salário mínimo, situação comprovada pela pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN). Neste período (2016-2022), a alta dos preços dos alimentos, a situação de insegurança alimentar e diminuição de área de cultivo não é apenas coincidência, corresponde a um tipo de governança.

Conforme o artigo que tem como tema, as políticas do Governo Bolsonaro para o

campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada, (Alentejano, 2020) em que ele para refletir a situação do campo brasileiro, demonstra que o fortalecimento do agronegócio brasileiro iniciou com as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, e com o passar dos anos, houve continuidade até o governo de Bolsonaro. Ele ainda no texto define que o agronegócio é uma associação entre grande capital agroindustrial, propriedade fundiária e apoio estatal.

Com uma análise aprofundada sobre a redução da área de plantio de alimentos, o autor destaca que “a área destinada à produção de feijão caiu de 5,3 para 2,95 milhões de hectares, a de arroz de 4,16 para 1,87 milhões de hectares e a de mandioca de 1,98 para 1,22 milhões de hectares no período de 2000 a 2020” (Alentejano, 2020). Ao priorizar o agronegócio, o volume de recursos destinados a esse setor em comparação à agricultura familiar é imenso. Ao longo dos anos, a área dedicada ao cultivo de alimentos tem diminuído para dar espaço à produção de commodities. Como mencionado no texto, essa situação provoca inúmeros problemas no cenário brasileiro, abrangendo questões ambientais, econômicas e territoriais.

Recentemente representantes desta empresa pública mostraram preocupação sobre a redução da área de cultivo e sinalizaram ações governamentais, como por exemplo, a retomada de políticas públicas de apoio à produção e de formação de estoques públicos.

Assim como no caso do arroz, a CONAB também prevê uma recuperação de área para o feijão, podendo atingir 2,78 milhões de hectares, somando-se os três períodos de cultivo dentro do ano-safra. O plantio da primeira safra da leguminosa já está em andamento, com 61% da área estimada já semeada no Paraná, 32% em Santa Catarina, 34% no Rio Grande do Sul e 30% em São Paulo, como indicado no Progresso de Safra publicado nesta semana. A expectativa para a produção total da cultura é de 3,1 milhões de toneladas, crescimento de 0,8% em relação à temporada anterior caso o resultado se confirme ao final dos 3 ciclos. (CONAB, 2023).

Produzir alimentos diversificados, em uma área pequena de terra, com dificuldades de acesso a tecnologias adequadas para manejo e para diminuir a penosidade do trabalho, quem faz é os camponeses no Brasil. Inclusive, o alto preço do feijão, da farinha, do arroz e outros itens alimentícios proveniente da forma de produzir do agronegócio aumenta o custo de produção, exige ter tecnologias pesadas e uso de muito agrotóxico e adubo químico. Podemos exemplificar, o caso das famílias camponesas da região Centro Norte da Bahia, em sua grande maioria, tem como fonte de renda principal, a venda de farinha de mandioca. Para plantar, a colher conta com a força de trabalho familiar, desde o processo de semeadura até a limpeza da área. Para beneficiar, as famílias contam com a colaboração de vizinhos (raspagem da mandioca) e utilizam a Casa de Farinha artesanais.

Segundo dos Santos, Da Silva e Maciel (2019), atualmente, dada as disputas econômicas, política e ideológicas no campo brasileiro, há a propaganda que tenta incorporar o campesinato ao agronegócio, afirmações possíveis de serem observadas a partir da propaganda do agronegócio “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. A campanha é veiculada pelo maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil, a Rede Globo. No entanto, essa tentativa de criar consenso na sociedade brasileira e que afirma a agricultura camponesa como parte do agronegócio trata-se de uma tentativa de mascarar as desigualdades e conflitos existentes entre o agronegócio e o campesinato.

Neste sentido, enfatizamos que a teoria afirmada por Abramoway sobre a concepção da transformação do campesinato em agricultura familiar reforça tal propaganda e vai de encontro com a teoria chayanoviana e de outros teóricos que reafirmam o campesinato. Sobre a natureza econômica e social do campesinato, ele para definir o conceito faz perguntas sobre a forma de rendimento que corresponde ao camponês, levando em consideração que atribuir lucro, salário ou renda da terra ao camponês o transforma, respectivamente, em capitalista, operário ou proprietário fundiário. (Abramoway, 1990).

Mas da apropriação de que parte do trabalho social vive o campesinato? Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe corresponde? Se ao camponês for atribuído o lucro, ele se torna capitalista. Se receber salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem dos seus rendimentos demonstram que o conceito de camponês no capital é logicamente impossível. A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto social e é nesse sentido que o campesinato pode se constituir naquele grupo de bárbaro de que falava Marx. (Abramoway, p.28, 1990).

Portanto, o autor faz a tentativa de conciliar a existência contínua do campesinato com a ideia de que ele deve ser definido e compreendido dentro de um contexto capitalista, o que não reconhece a complexidade e a especificidade das relações sociais e econômicas que caracterizam o campesinato.

Ao abordar sobre essa questão, não temos a pretensão de esgotar esse debate e nem é a intencionalidade neste trabalho, porém, importante reforçar que existe uma concepção do capitalismo agrário que não contempla a concepção já aqui citada sobre o campesinato. De modo geral, enfatiza que as teorias em torno do conceito de questão agrária são variáveis e, portanto, não é possível não ter em conta.

2.4 As desigualdades no campo brasileiro: uma leitura a partir do investimento no agronegócio e agricultura camponesa

Não tenhamos dúvidas sobre a importância do investimento do Estado brasileiro para o desenvolvimento do agronegócio. Em termos numéricos, há uma diferença gigantesca quando se comparado com o investimento na agricultura camponesa. A diferença de investimento entre o agronegócio e a agricultura familiar no Plano Safra 2023/2024 é de aproximadamente R\$ 292,62 bilhões. (BRASIL, 2017). Isso demonstra a disparidade de recursos alocados para esses dois modelos de produção no país.

Enquanto a agricultura familiar tem como foco a produção de alimentos, o agronegócio produz commodities. O que é produzido e a maneira como é produzido diferenciam esses modos de produzir, assim como os resultados finais dessa produção. A agricultura camponesa tem como objetivo a reprodução familiar, enquanto o agronegócio visa principalmente o lucro. Essas diferenças fundamentais refletem as distintas prioridades e estratégias de cada um.

O Plano Safra 2023/2024 destinou um total de R\$ 364,22 bilhões para o agronegócio. Este valor é destinado ao crédito rural para produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e outros. (BRASIL, 2017).

Por outro lado, para a agricultura familiar, o Plano Safra 2023/2024 disponibilizou R\$ 71,6 bilhões em crédito para custeio e investimentos dos pequenos produtores por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Este valor é 34% superior ao anunciado no início da temporada atual. Essa política pública visa atender 3,8 milhões de famílias camponesas. (MDA, 2023).

É a retomada do apoio do Governo Federal à produção sustentável de alimentos saudáveis para a população brasileira por meio de políticas públicas que valorizam o trabalho de 3,8 milhões de famílias rurais, em 77% dos estabelecimentos agropecuários, distribuídos nas cinco regiões do País. (MDA, 2023).

O investimento no desenvolvimento do capitalismo agrário é o resultado da intensa luta de classes no campo brasileiro. De acordo com Alentejano (2020), “a participação máxima da agricultura familiar jamais ultrapassou 17% do volume total de crédito e foi reduzindo-se gradativamente ao longo do tempo”. Apesar da agricultura camponesa possuir um poder aquisitivo limitado e ter pouca influência nos poderes legislativo, executivo e judiciário, ela tem adotado diversas estratégias para ser reconhecida como sujeito político significativo e demonstrar sua potencialidade econômica. Essas estratégias têm sido fundamentais para garantir o reconhecimento e a valorização da agricultura camponesa em meio à predominância do capitalismo agrário.

Contribuindo com esse debate, destacamos a importância da Via Campesina enquanto instrumento político que organiza as famílias camponesas no mundo. Um movimento global

que constrói uma estratégia que se afirma num processo anti-imperialista, anticapitalista; anti-patriarcal e antirracista. Neste sentido, se constitui na afirmação do campesinato, os povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo e sujeitos políticos e construtores da história.

A Via Campesina é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da biodiversidade. (Fernandes, 2012, p.765).

Com 30 anos do seu surgimento, a Via Campesina é uma importante articulação mundial das organizações camponesas, como definiu Fernandes (2012), no dicionário da Educação do Campo. Ao longo de duas décadas, houve intensas mobilizações da Via Campesina e seus apoiadores para o entendimento da importância do campesinato. No ano de 2018, a 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 73), em Nova Iorque, adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais. Essa declaração além de ser um marco histórico, é uma conquista.

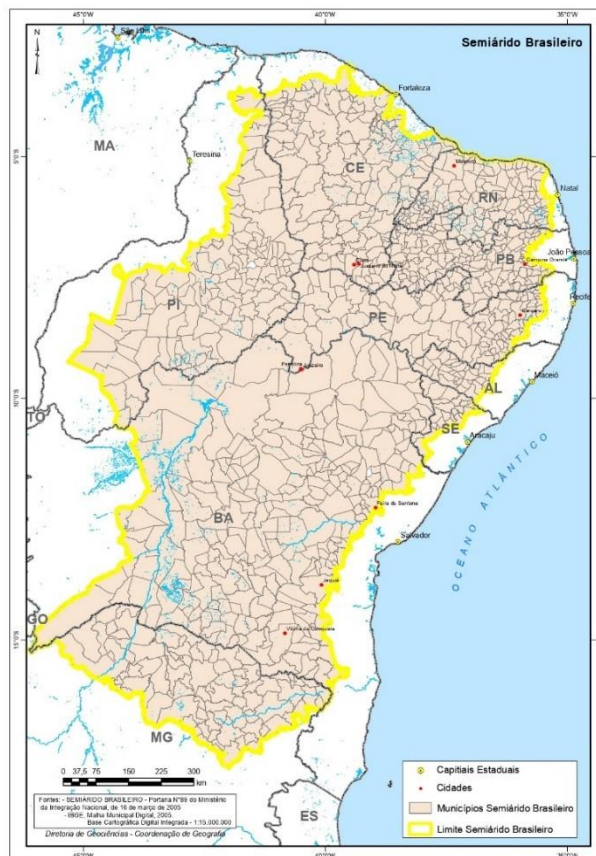
Apesar de nos governos progressistas, os investimentos na agricultura camponesa serem uma pauta atendida, os dados demonstram pouco volume de recursos destinado para este modo de produção essencial para a sociedade. Pouquíssimos destes recursos são destinados para as políticas públicas estruturantes. Segundo Ploeg e a Via Campesina, as unidades camponesas conseguem produzir alimentos diversificados, em quantidade e com qualidade para o mundo, aliás, a FAO já declarou que mais de 80% dos alimentos são produzidos pelos camponeses. (FAO, 2021). Para isso, ainda de acordo com o autor, “e poderiam fazê-lo de uma maneira ainda melhor se pudéssemos restringir a quantidade de valor agregado que atualmente é dilapidada pelos impérios alimentícios.” (Ploeg, 2016, p.149).

2.5 Camponeses no semiárido baiano

Segundo o Instituto Nacional do Semiárido – INSA, o semiárido compreende 12% do território nacional, se estende pelos nove estados do território nordestino e Norte de Minas Gerais. Segundo os dados do IBGE, são Trinta e um milhões, trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e três (31.035.363) de habitantes divididos entre zonas urbanas (64%) e rurais (36%).

Soma o total de 1.477 municípios. (IBGE, 2022). O semiárido no estado da Bahia, é formado por 283 municípios, compreendendo uma área de 480,9 mil km², com uma população de 7,4 milhões de pessoas. Isso significa dizer que esta área corresponde a 85,2% do território do Estado e 52,6% de sua população. Censo Demográfico (2022); IBGE (2022); SEI (2022). Elaboração Coest / Distat em (2023).

Figura 1 - Mapa do Semiárido Brasileiro



Fonte: Semiárido brasileiro. Portaria Nº 89 do Ministério da Integração Nacional, de 16 de março de 2005 IBGE, Malha municipal digital 2005.

A água é imprescindível para satisfazer as necessidades fisiológicas dos seres humanos, assim como dos demais seres vivos da natureza. Todavia, como tudo no atual modo de produção hegemônico, este recurso natural também foi transformado em mercadoria, realidade que impede a universalização do seu acesso. No caso do Nordeste brasileiro, a irregularidade das chuvas no semiárido, em decorrência das secas, é utilizada como um instrumento político e econômico para justificar as situações de falta de água para agricultura familiar e garantia de poder para oligarquia agrária, bem como, é motivo de conflitos devido à apropriação indevida da água pelo agrohidronegócio.

Parafraseando Josué de Castro que escreveu *Geografia da Fome* e nesta sua principal obra rompeu com falsas convicções que justificava a fome e a miséria no mundo, como teorias do excesso populacional e da escassez de recursos naturais, esse trabalho, tem por objetivo reafirmar os estudos de vários professores pesquisadores de que há uma falácia quando afirma que a falta de água para famílias no semiárido é resultante das condições edafoclimáticas.

O espaço geográfico só é possível através da ação dos seres humanos, de modo que, os embates entre os modos de produção vigentes definem-no. Segundo (Santos, 1996, p.39), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Falar sobre a disputa territorial por modelos de desenvolvimento no semiárido, nos coloca no desafio de entender como se dá a produção deste espaço social. Pois, se apresenta dificuldade de armazenamento de água durante todo o ano, a estocagem existente passa por uma gestão que prioriza muitas vezes determinadas situações em detrimento de outras.

A questão da disputa territorial para continuidade do campesinato no semiárido brasileiro compreende dois elementos centrais: primeiro, o modelo agrícola, baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, principalmente, do solo e das águas. Podemos citar como exemplo, a exploração de minério e a produção de monoculturas pelo agronegócio, ou seja, existe a concentração de terra, sobretudo, das mais produtivas, mas, também, existe a concentração de água quando as tecnologias desenvolvidas pelo Estado estão voltadas para o desenvolvimento deste modelo em detrimento da agricultura familiar camponesa.

Segundo, o camponês se depara com soluções por parte do Estado que não resolvem a questão da estiagem. Como sendo um acontecimento natural da região semiárida, a dificuldade de acesso a água pelas famílias camponesas é uma constatação evidente, em algumas áreas, camponeses recebem ajuda (abastecimento com carro-pipa) de governos para passar por este período. A política de combate às secas, são projetos emergenciais e assistenciais que, em suma, não atacam a questão central, ou seja, as desigualdades sociais, a concentração fundiária e de água. Então, porquê e a quem interessava essa política de combate às secas?

Como visto, a água é símbolo de poder na região semiárida. Dito isso, podemos analisar como a água ou a falta dela produz este espaço. Neste caso, as construções para armazenamento de água construído pelo Estado, são, muitas das vezes, grandes obras voltadas para atender o abastecimento urbano, mineração e agronegócio, excluindo o campesinato. De acordo com Malvezzi (2007), as oligarquias agrárias exercem uma significativa influência sobre o Estado no Nordeste do Brasil.

Esse domínio reflete-se na orientação das políticas e tecnologias desenvolvidas, as quais frequentemente se alinham aos interesses dessas oligarquias. Isso pode ser devido a uma variedade de fatores, incluindo a riqueza e o poder político dessas oligarquias, bem como a estrutura histórica e social da região. A disputa territorial no semiárido, portanto, é pela terra, mas também, se dá na perspectiva de como universalizar o acesso à água.

Água é poder. O controle da água, associado ao controle da terra, resulta na sociedade nordestina que conhecemos. Nessa região, o controle da terra, da água e da saúde pública é o fundamento do poder das oligarquias nordestinas, antigas e modernas, sobre uma população que não tem conseguido sair da miséria. (Malvezzi. 2007. P. 62)

Ao longo da trajetória do campesinato no semiárido, diversas tecnologias voltadas para o armazenamento de água emergiram, juntamente com iniciativas que buscam garantir sua distribuição equitativa, para enfrentar os desafios impostos pela escassez de chuvas. Este processo abrange uma série de questões, destacando-se a problemática do abastecimento de água para as populações rurais dispersas. Para compreender o acesso à água encanada pelas famílias camponesas no semiárido e a construção de cisternas de placas, é essencial não apenas estudar esses elementos isoladamente, mas também analisar as ações e mobilizações que possibilitaram tais conquistas.

Essa abordagem integrada permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas que envolvem a gestão da água na região. Tem-se como intenção ao fazer essa investigação considerar o contexto mais amplo para examinar objetos ou ações. “Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos”. (Santos, 1996, p.66). De modo que, para pensar sobre as técnicas e tecnologias que colaboram para sanar a questão da estiagem precisa relacionar aos porquês e para quem foram construídas, a intencionalidade dos sujeitos envolvidos.

São duas as visões de como viver no semiárido: a ideia de convivência nasce da população que sofre seriamente com a situação de miserabilidade e vulnerabilidade social, de quem sente na pele as injustiças de uma elite agrária ou de representante do Estado que contribui com a afirmação de que a seca era o problema da região, porém, o problema consiste na concentração da água e da terra, e a palavra convivência é a chave.

Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, afirmou que o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Essa força é particularmente evidente ao abordarmos os camponeses, especialmente na região semiárida, que enfrentam desafios sociais, políticos e condições climáticas e edáficas

adversas. Essa população, em algum momento de suas vidas, optou por permanecer na terra diante da possibilidade de migração e outras variáveis.

No contexto do semiárido baiano, os camponeses e camponesas diariamente enfrentam a questão da escassez de água, atualmente, principalmente, para garantir a produção de alimentos. A disponibilidade hídrica, é fundamental para a agricultura familiar camponesa. A qualidade da água potável, é um elemento a ser discutido pela falta de infraestrutura adequada para armazenamento, ou seja, pela disponibilidade de fontes d'água nas proximidades da unidade familiar. Salientamos que o consumo de água sem tratamento e contaminada, coloca em risco a saúde e o bem-estar dessas famílias. Além disso, as dificuldades no acesso à água, seja pela distância até as fontes (rios, açudes, poços) ou pela falta de meios para o transporte, acentuam a vulnerabilidade dessas nesta região. Nesse cenário, as demandas hídricas das famílias camponesas emergem como uma pauta crucial, exigindo políticas públicas eficazes que assegurem não apenas o acesso, mas também a gestão sustentável deste recurso vital para a subsistência e o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades.

3 A SECA E O PAPEL DO ESTADO

A seca no semiárido brasileiro é um fenômeno cíclico e devastador que historicamente tem exigido respostas do Estado. No entanto, a atuação estatal muitas vezes reflete soluções pontuais e de curto prazo, sem enfrentar as causas estruturais da vulnerabilidade das populações afetadas. Este capítulo explora o papel do Estado no enfrentamento da seca, analisando as políticas públicas implementadas e suas limitações, além de destacar as iniciativas que buscam promover a convivência sustentável com o semiárido.

Neste capítulo, serão discutidas as políticas públicas e sociais voltadas para o semiárido, com destaque para a experiência bem-sucedida da construção de cisternas no semiárido baiano. Além disso, será abordado como a fome e a sede podem ser compreendidas como parte de um projeto do capital que perpetua a desigualdade. Por fim, examinaremos as resistências organizadas pelos camponeses, como a história do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que luta pela dignidade e soberania no campo.

A água sempre foi um objeto de disputa no semiárido, historicamente controlada pelos latifundiários e pela oligarquia agrária. Atualmente, embora novos atores tenham surgido, a lógica subjacente não mudou. Segundo Thomaz Júnior (2022), “agricultura familiar camponesa que fica à margem das políticas públicas”. Apesar dos avanços na garantia do acesso à água pelas famílias camponesas, como a construção de cisternas e a implementação de políticas públicas, a água continua sendo apropriada para a acumulação de riquezas por determinados grupos, muitas vezes à custa da desapropriação e expropriação dos camponeses de suas terras e recursos hídricos. Essa dinâmica de concentração da água nas mãos de grandes proprietários e empresas agropecuárias aprofunda as desigualdades e ameaça a reprodução social do campesinato no semiárido. É fundamental que as lutas pela democratização do acesso à água se articulem com a defesa dos territórios camponeses e a construção de modelos alternativos de desenvolvimento rural, baseados na agroecologia e na soberania alimentar.

O projeto pensado para o Semiárido brasileiro, e consequentemente para o país, está atrelado com as demandas de uma política externa que atribui ao Brasil (e demais países da América Latina) a responsabilidade por fornecer matérias-primas para que os países desenvolvidos possam continuar produzindo produtos bens com alto valor agregado. (Dourado, 2013, p. 131).

Essa lógica prioriza a produção de commodities, resultando em concentração fundiária, degradação ambiental e dependência tecnológica, além de expropriar as populações tradicionais de seus territórios.

A escassez de água no semiárido, historicamente, foi usada por grupos políticos locais

para se perpetuar no poder. Podemos dizer que quem detinha o uso da máquina pública controlava a distribuição da água pelo carro-pipa, sendo um elemento central no período eleitoral. Essa prática era uma das formas de compra de votos, que consistia na declaração de apoio das famílias rurais necessitadas ao candidato para, assim, serem contempladas com o abastecimento de água. Como estratégia de alguns políticos beneficiarem-se da situação de seca, esse fenômeno, denominado "Indústria da Seca", contribuiu para o fortalecimento de grupos políticos e a ampliação das riquezas de muitas famílias tradicionais.

Esse contexto de manipulação da escassez de água e do uso político da seca não é algo que tenha permanecido estático ao longo do tempo. Com o passar dos anos, novas abordagens começaram a surgir, refletindo uma mudança nas perspectivas sobre o semiárido. Silva, no seu livro, aborda a mudança de paradigma do “combate à seca” para a “convivência com o semiárido” e discute a construção de uma narrativa que envolve a região. Compreende-se que a criação do conceito de "espaço-problema" — que caracteriza o semiárido como uma terra de seca e miséria — é uma narrativa que influencia, até mesmo, a formulação de políticas públicas. Nesta perspectiva, ambos os autores, Silva (2012) e Dourado (2013), evidenciam que a contribuição do Estado por meio dos grandes projetos estatais tem, na realidade, acentuado as desigualdades e favorecido às elites.

Segundo Oliveira. F. (1981), a política de Combate à Seca evidencia o poder da elite brasileira em utilizar o Estado para atender seus interesses e que reforça as desigualdades sociais, econômicas e regionais. Sobretudo, colabora com a concentração fundiária, da água e dos recursos naturais frente à miséria para a maioria da população, principalmente, no Nordeste. Este cenário está sendo combatido através das ações de movimentos sociais e organizações populares nas últimas décadas que colaboraram com a elaboração de políticas públicas de convivência com o semiárido, em contraponto às políticas de combate à seca. Porém, recentemente, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, esvaziou o orçamento para construção de cisternas e reativou a “indústria da seca”, (ASA, 2022), colocando como desafio para o próximo período, a retomada dos investimentos em políticas de convivência com o semiárido.

A relação entre o Estado e o campesinato é vital para garantir a produção diversificada de alimentos e manter os preços acessíveis para os consumidores. A agricultura camponesa tem papel significativo na produção de alimentos e na solução de problemas de escassez, conforme destacado por Ploeg (2016). Não se pode deixar de mencionar a importância das políticas públicas e do investimento estatal na agricultura familiar camponesa, mas, para que isso ocorra depende do interesse do governo e de suas prioridades. Bem como, a pressão social e força

política para pautar e conseguir êxito.

A saber, a Política de Combate à Seca corresponde a medidas emergenciais que colaboram com agricultores familiares que vivem no semiárido nos períodos longos de estiagem. São contempladas com o Garantia-Safra, Bolsa Estiagem, milho para consumo animal, abastecimento com carro-pipa, linhas de créditos, há também no âmbito desta política a construções de açudes e poços artesianos, e recentemente, a construção de cisterna de placas. (BRASIL, 2017). É importante recordar que houve a distribuição de cisterna de polietileno, tecnologia que foi recusada pelos movimentos sociais e organização populares devido a contaminações da água para o consumo humano por substâncias químicas orgânicas e inorgânicas. (Borja et al., 2022, p.328). Destas ações do Estado que colaborou com as populações da zona rural, podemos afirmar que os açudes comunitários, poços e construção de cisternas de placas foram medidas duradouras, as demais são emergências, e que em certas medidas, são ineficientes e insuficientes diante das estiagens prolongadas para os pequenos agricultores.

Sendo a água fundamental e com a situação das irregularidades das chuvas no semiárido, foram sendo construídas narrativas para justificar as injustiças sociais e econômicas desta região, tornando-se arcabouço teórico e político para oligarquia agrária que detém o controle das águas e da terra frente às dificuldades de acesso pela agricultura familiar. Como visto, as políticas de combate são medidas emergências que contribuem com a população e ao mesmo tempo criaram o assistencialismo, a dependência política e que não solucionava a situação de falta de água. (Oliveira, É. A. S. 2018). Aliás, a falta de água é um motivador para continuidade da situação de vulnerabilidade social, e consequentemente, fortalecimento das oligarquias agrárias.

Com estudos sobre esta realidade, as instituições do Estado efetivaram políticas de combate à seca (Oliveira, É. A. S. 2018) e esta política até os dias atuais não soluciona questões cruciais para a maioria da população, por exemplo, a migração sempre foi mais uma alternativa para fugir da seca e da fome.

A este respeito Roberto Marinho Alves da Silva enfatiza que

(...). As análises ultrapassam a descrição da problemática climática (seca) e socioeconômica (efeitos) e passam a enfatizar os mecanismos estruturais que criam e reproduzem a concentração fundiária, o domínio sobre a água armazenada, a apropriação privada das riquezas produzidas na região e o monopólio do poder político. São essas as verdadeiras causas da miséria da maioria da população sertaneja. (Silva, 2012, p.89).

A partir da vivência em terras semiáridas, as pessoas que são impactadas foram criando

soluções a longo prazo, se organizando e pautando ao Estado investimentos em técnicas e tecnologias que colaboram para a melhoria da qualidade de vida nesta região.

A serviço de quem está o Agrohídronegócio? Águas do Semiárido para quê e para quem? São perguntas necessárias que exigem estudos sobre as políticas públicas sociais e o papel do Estado no semiárido. É preciso ter em conta estes questionamentos ao passo que a situação das famílias camponesas consiste em não ter água suficiente para o consumo humano, enquanto, os grandes projetos de mineração, de barragens hidrelétricas, fruticultura irrigada e parques eólicos têm água em abundância. Desta forma, percebe-se a preocupação da disponibilidade hídrica e de água é tema de grande interesse dos empresários para o expansionismo do capital, até porque para o seu modo de produzir precisa de muita quantidade de água. Conforme estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a agricultura é a principal usuária de água, principalmente, pela agricultura irrigada, monocultura e pecuária, bem como, o uso de água pelas usinas nucleares, termoeletricas, siderúrgicas e refinarias de petróleo, sendo a população utiliza pouco da água disponível. (FAO, 2018). No dicionário Agroecologia e a Educação, no conceito Água como bem comum, aponta:

Os processos de apropriação da água pelo capital, transformando bens comuns essenciais à vida em mercadoria, em um contexto de ampliação da concentração de renda via capital financeiro, tende ao aprofundamento da pulsão de morte e à captura dos bens comuns. A tendência é que o povo da mercadoria amplie a concentração do capital via o binômio, indissociável, terra/água via os territórios de povos e comunidades tradicionais, bem como em áreas de proteção e preservação ambiental. (Costa, 2012, pág. 118)

Se falta água para agricultura familiar, não falta água para o agrohídronegócio. A política de combate à seca que colaborou para a construção de grandes barragens tinha por objetivo, por exemplo, armazenar água para a pecuária e irrigação do algodão dos latifundiários. Atualmente, as infra estruturas para armazenamento de água são exemplos de como o Estado continua a serviço do capital/agrohídronegócio, seja no uso de água das barragens, os perímetros irrigados, canal do sertão, a transposição do Rio São Francisco, entre outros, que colaboram com a monopolização de terra e da água.

Mas, o que é o agrohídronegócio? O conceito é aqui entendido como a concentração da terra e da água por empresários, que provoca destruição da fauna, flora, poluição do ar, dos rios e nascentes, através da agricultura e pecuária industrial. Tem a ver com a expansão do agronegócio na região semiárida, que se utiliza intensivamente de recursos hídricos, como a irrigação, para produzir em larga escala. (Thomaz Júnior, 2010).

Os conflitos por água no Nordeste de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

estão relacionados à apropriação da água pelo agronegócio, seja para criação de camarão de cativeiro, para o cultivo de cana de açúcar e para o cultivo de eucalipto, etc. A Bahia segue sendo um dos principais estados em que está havendo conflito por água e a pesquisa demonstra que o grande problema é pela água que sempre teve e está sendo apropriado indevidamente pelo agrohídronegócio. (CPT, 2022). Informações coletadas pelo MPA no ano de 2013, retratam a situação relacionadas ao consumo de água da Empresa Agrovale no município de Juazeiro-Bahia. A empresa utiliza água do Rio São Francisco equivalente ao consumo de água de três cidades e paga por este serviço menos do que os moradores pagam pelo uso de água no município. Trecho do panfleto de convocação para Jornada Nacional de Lutas que aconteceu nos dias 14 a 18 de outubro 2013 pelo MPA, destaca essa situação.

ÁGUA – a água tem sido um elemento de disputas entre comunidades e empresas, tudo isso mediado pelo estado. Em algumas regiões a água é totalmente utilizada para as atividades industriais, agricultura industrial, mineração, etc, enquanto que as populações ficam apenas com a imagem visual de um canal. Na região do Vale do São Francisco a AGROVALE utiliza água equivalente a cerca de 600.000 pessoas, o que equivale ao consumo dos moradores das cidades de Juazeiro, Petrolina e Casa Nova juntos, além disso, para cada R\$ 100,00 pago por cada morador a Agrovale paga apenas R\$ 1,12 pela mesma quantidade de água consumida. No município de Sento Sé tem famílias que por falta de perspectiva de água queimam as roupas sujas. Nessa região uma lata de água custa R\$ 2,50 com 20L, pagando R\$ 1.000,00 por um carro pipa de água de 8 mil litros, muitas destas famílias têm apenas o bolsa família como renda segura. Ao passo que o estado através da CODEVASF tem disseminado a famigerada cisterna de plástico. (MPA, 2013).

Diante de um cenário altamente desigual e com os processos de organização comunitária, as famílias camponesas prezam cada vez mais por políticas públicas que de fato respondam às suas demandas hídricas. As experiências desenvolvidas buscam se destacar pelas construções de tecnologias sociais que respondem às demandas básicas de água, seja para o consumo humano, para o cultivo, para os animais, para uso doméstico e demais gastos diários. Apresentamos neste contexto, o conceito de convivência com o semiárido, através de experiências exitosas frente a este problema secular, proporcionando uma nova visão sobre o semiárido nordestino, identificando as reais motivações da falta de água para as famílias camponesas e colaborando com soluções eficazes para melhoria da qualidade de vida, principalmente, para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Neste cenário, em que o combate à seca com a construção de grandes barragens não só para pecuária e algodão, mas também para a produção de energia e para irrigação, aliado com a modernização econômica conservadora, é incompatível com as reais necessidades da população local. Os movimentos sociais e organizações populares são pioneiros na formulação

das Políticas públicas no semiárido que atendam à agricultura familiar. As formas sustentáveis e viáveis de viver no semiárido passam pela implementação de políticas públicas de Convivência com o Semiárido. Os movimentos sociais e organizações populares têm sido pioneiros na formulação de políticas públicas que atendam à agricultura familiar. Ao pensar em tecnologias sociais e a distribuição de água por adutoras para populações rurais dispersas, esses movimentos e organizações estão disputando o orçamento do Estado para atender aqueles que mais precisam.

3.1 As políticas públicas e sociais

As políticas públicas e sociais desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar e na garantia de direitos para a população. Nesse contexto, as propostas baseadas na Política de Convivência com o Semiárido emergem como uma estratégia para enfrentar os desafios específicos dessa região.

A saber, as Políticas públicas são um conjunto de ações, programas e decisões do governo para melhorar a sociedade, visando garantir direitos e promover o bem-estar da população. Elas envolvem a participação de diferentes sujeitos nos âmbitos estatal e societal. Segundo Souza (2006, p.7), políticas públicas buscam “colocar o governo em ação” ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

As políticas sociais, por sua vez, são um subsetor das políticas públicas, focadas especificamente em assegurar direitos sociais e promover a inclusão social. Elas são essenciais para a redistribuição de benefícios e para a redução das desigualdades sociais. Como mencionado por Höfling (2001, p. 02), as políticas públicas são “de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade”.

Com isso, ambas, Souza (2006) quanto Höfling (2001) definem as políticas sociais como um conjunto de ações, programas e decisões do governo voltadas para melhorar a sociedade, garantir direitos e promover o bem-estar da população.

Na década de 1980, as políticas sociais no Brasil passaram por um processo de reorganização significativa, especialmente em resposta à ditadura militar. Maria Cristina Piana destaca que:

Na década de 1980, foram reorganizadas as políticas sociais contra a ditadura militar e têm sido, nos últimos anos, ocasião de debates no contexto das lutas

pela democratização do Estado e da sociedade no Brasil. Novos interlocutores e sujeitos sociais surgiram no campo das políticas sociais por meio da participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, implementação, gestão e controle social destas políticas. (Piana, 2009, p. 41).

As autoras aqui citadas, Höfling e Piana apontam que a partir da década de 1980, com a redemocratização, novos atores sociais e segmentos organizados da sociedade civil passaram a participar ativamente da formulação, implementação e gestão das políticas sociais. Portanto, entendemos que as políticas sociais como ações governamentais complexas, que evoluíram historicamente no Brasil e envolvem a participação de diferentes atores, refletindo disputas e interesses diversos na sociedade.

As propostas baseadas na Política de Convivência com o Semiárido têm como premissa combater as injustiças sociais. Os movimentos sociais e organizações populares com a participação e controle social, deram vários passos em relação à política pública que atende a agricultura familiar. Visa com isso, a correção dos déficits sociais; educação da convivência com o semiárido; segurança hídrica, alimentar e energética para abastecimento humano e pequena produção; manejo sustentável; acesso à terra e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, matriz produtiva agroecológica em múltiplos sistemas (pluriatividade). (SILVA, 2008).

A convivência com o semiárido nasce desta reflexão, como o Estado pode investir em políticas públicas que contribuam para solucionar a falta de água e de alimento das pessoas que vivem no semiárido. A proposta de convivência com o semiárido significa isso, trata-se da participação popular com ideias para solucionar questões que há séculos afligem esta população. (ASA, 2011).

3.2 A experiência do semiárido baiano na construção das cisternas

A técnica da cisterna de placas de concreto foi considerada a mais adequada à realidade do semiárido e implementada pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Importante constar que existe outras formas de construção de cisternas: Cisterna de Tela-Arame ou Tela-Cimento, Cisterna de Tijolos, Cisterna de Ferro-Cimento, Cisterna de Cal, entre outras, e por fim, a Cisternas de Polietileno. (ASA, 2011).

Figura 2 - Cisterna captação da água da chuva para consumo humano.



Fonte: Arquivo MPA (2012).

Figura 3 - Cisterna-calçada captação de água para produção.



Fonte: Arquivo MPA (2012).

Como resultado da organização popular, em 2003, foi criado o Programa Cisternas que atendeu 5 milhões de brasileiros de 1.200 municípios. (Brasil de Fato, 2022). A água que cai nas telhas das residências é utilizada para consumo humano. Outra forma também, é a construção de reservatórios para guardar água para o processo produtivo, neste caso, a cisterna é construída para apurar a água das enxurradas onde tem o terreno inclinado. No caso de terreno plano o indicativo é a tecnologia cisterna-calçada. Vale apenas destacar a luta e o incentivo, dos movimentos sociais e das organizações, para a construção de cisterna de concreto para estocagem de água da chuva e garantir o consumo de água limpa e potável.

Sobre este aspecto, é importante ressaltar que a produção e ordenamento do espaço capitalista implica em investimentos em grandes obras de infraestruturas, seja para extração do

minério ou para produção de commodities. Muitas vezes os investimentos são feitos pelo Estado e não por empresários. Mas, trataremos deste assunto ainda neste texto.

3.3 A fome e a sede como projeto do capital

O Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, revelou que o total da população em extrema pobreza no Brasil era de 5.584.364 pessoas. Dentre essas, destacam-se os seguintes grupos etários: crianças de 0 a 9 anos: 1.404.174 pessoas; jovens de 18 a 24 anos: 675.400 pessoas; idosos com 60 anos ou mais: 118.772 pessoas. Esses dados refletem a grave situação de vulnerabilidade social enfrentada por uma parte significativa da população que vive no semiárido, especialmente entre as crianças e os jovens.

Em agosto de 2024, o Cadastro Único, administrado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), registrou 9.250.362 famílias cadastradas. Dentre esses grupos populacionais, destacam-se no semiárido: agricultores familiares 1.808.994 famílias cadastradas, sendo 1.278.133 beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Seguido pelos quilombolas que são 146.082 famílias cadastradas, sendo 103.384 beneficiárias do PBF. Esses dados demonstram a situação de pobreza no campo, em que agricultores familiares e quilombolas se destacam como os grupos com maior representatividade no cadastro nesta região. (BRASIL, 2024).

A situação de fome e sede no Nordeste não se explica pelas questões naturais. Assim como Josué de Castro pontua no seu livro *Geografia da Fome*:

Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimentos, (Castro, 1984, p. 167).

Ele mesmo destaca que apesar da adversidade climática,

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional" (Castro, 1984, p. 249).

O autor ainda destaca a potencialidade da agricultura familiar na região, “não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo”. (Castro, 1984, p.180). No

livro ele critica a política agrária que favorece a monocultura e a concentração de terras, resultando em um atraso econômico e social:

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação [...] permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome" (Castro, 1984, p. 270).

Neste livro tão atual, ele enfatiza que a fome é uma expressão do subdesenvolvimento econômico e que a emancipação alimentar do povo deve ser uma prioridade das políticas públicas.

A questão camponesa é, de fato, uma das mais complexas do mundo. A maioria das famílias camponesas não têm acesso adequado a recursos essenciais como terra, água, sementes, crédito e tecnologia. Situação que limita sua capacidade de produzir alimentos e gerar renda. Outro fator, são as mudanças climáticas que estão causando condições climáticas extremas e imprevisíveis que impactam diretamente na produção, como exemplo, no Sul do Brasil, recentemente a enchente do Rio Jacuí atingiu a plantação de arroz, a produção nas hortas e a criação de pequenos animais das famílias do MST no RS. (MST, 2023).

No semiárido o desequilíbrio ambiental tem provocado maiores períodos de escassez de chuvas e aumento de onda de calor que tem afetado a produção de alimentos pelas famílias camponesas. Nos últimos meses, os noticiários apresentaram o cenário de extremos no país, recorde de chuvas e recorde de seca. (Portal da Globo - G1, 2023). No ano de 2021, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) publicou o texto sobre as Mudanças climáticas e o Semiárido brasileiro.

Os efeitos das mudanças climáticas no Semiárido podem ser percebidos, por exemplo, com aumento da sensação de calor, maior escassez ou concentração das chuvas, intermitência ou morte de rios, maior dificuldade em viabilizar a agricultura, sobretudo de sequeiro, e aumento de doenças epidêmicas ou relacionadas com a radiação solar. (IRPAA, 2021).

Os impactos das mudanças climáticas, especialmente para garantir a produção de sequeiros, é extremamente necessário e que garante a renda das famílias no semiárido. De modo geral, são vários os fatores que interferem e motivam a falta de água no dia-a-dia das pessoas que vivem no semiárido, sobretudo, para aqueles que estão situados nas zonas rurais, muita das vezes população difusa e que não detém o controle das grandes infraestruturas de abastecimento.

Dados sobre o panorama da água doce no Brasil apontam que o Nordeste conta com apenas 3,8% de disponibilidade hídrica, sendo que somente 18% na superfície e também é a

região mais pobre, enquanto, a sua população é de 39%. (ANA, 2022). É importante entender que a questão da falta de água não está ligada com a densidade demográfica, as áreas mais populosas no Nordeste estão no litoral e os problemas relacionados à seca afetam a área do polígono das secas em que as densidades demográficas são menores. Os principais usos da água no Brasil são de abastecimento de água para a indústria, geração de Energia Elétrica e Irrigação, sendo que a irrigação é a maior consumidora, utiliza 70% dos recursos utilizados. (ANA, 2022).

No semiárido, é de suma importância conhecer e reconhecer as características, potencialidades e possibilidades naturais em toda sua diversidade física e cultural. Neste sentido, as palavras captação, estocagem, conservação e armazenamento fazem parte do cotidiano das pessoas, desde técnicas e tecnologia para armazenar as sementes, os alimentos para humanos e animais até a construção de reservatórios de água. Já são inúmeras tecnologias produzidas e domínio de técnicas pelas famílias camponesas que demonstram a possibilidade da convivência com o semiárido.

Assim como existem diversas demandas por água, há também a diversidade das fontes de água, seja para o consumo, uso doméstico, para produção e animais. Em algumas localidades dispõe de rio, riacho, poços, nascentes, barreiros, barragens/açude/represa na superfície ou subterrâneos, cisternas, até mesmo água encanada e acesso ao carro-pipa que estão, muitas vezes longe das residências. A luta pela distribuição de água para os ribeirinhos e o desenvolvimento de tecnologias sociais para armazenamento deste precioso líquido, busca atrelar as características e disponibilidade de recursos naturais que a região possui às necessidades das famílias que vivem no campo. Na zona rural do Centro Norte da Bahia, a ampla maioria das famílias camponesas têm acesso e o uso da água proveniente desta variedade de fontes e a suficiência da disponibilidade de água é uma particularidade possível de ser averiguada em cada localidade.

Há situações em que as pessoas consomem a água do rio e de açudes sem tratamento e compreende a baixa qualidade da água. Diante da situação da variedade de fontes, mas, que não atende necessariamente a demanda básica por água para as famílias camponesas, um grande desafio é conseguir água potável.

A disponibilidade de água com qualidade adequada para o consumo é elemento crucial para ter saúde e uma busca cotidiana. Frente a esta problemática, podemos destacar aqui, exemplo de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, as cisternas que servem para coletar e armazenar água da chuva que se utiliza para o consumo humano.

3.4 Resistências: a história do MPA

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surgiu das lutas camponesas na segunda da metade da década de 1990, em resposta à falta de representação sindical, das contradições do modelo de agricultura vigente, da falta de políticas governamentais e do endividamento das famílias camponesas. No início, focado em responder às demandas da pauta econômica das famílias camponesas, logo o movimento percebeu a importância de abordar questões mais amplas, como educação no campo, cultura camponesa, e a preservação da biodiversidade.

Quem somos? O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. O MPA busca resgatar a identidade e a cultura camponesas, na sua diversidade, e se coloca, ao lado de outros movimentos, a formação do bloco histórico capaz de levar as forças populares à conquista do poder e à construção de uma nação soberana, animada pelo horizonte e pelos valores da sociedade socialista. (MPA, 2019).

O contexto político e o governo da época trouxeram desafios para obter as conquistas iniciais, já que o governo liderado pelo presidente FHC e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), via a agricultura camponesa como atrasada e a reforma agrária como não importante. Esse período histórico descreve-se como de ascensão da hegemonia neoliberal, em que houve acentuada diminuição das funções públicas do Estado e que começa a reestruturação econômica da economia do agronegócio, diretamente vinculada à expansão mundial das “commodities”. Isso possibilitou a criação do agronegócio em que articula os latifundiários, a grande agroindústria transnacional, a grande mídia, o Estado e o capital financeiro.

O surgimento do MPA foi motivado pela necessidade urgente de proporcionar respostas econômicas concretas diante da difícil situação enfrentada pelas famílias camponesas. O fato que deflagrou este entendimento para os pequenos agricultores foi a seca que castigou as plantações no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul. Enquanto os agricultores se angustiavam com a perda total das plantações, dirigentes de sindicatos e da Federação dos Trabalhadores faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores. (MPA, 2019).

Além das conquistas obtidas através dos Programas Nacionais de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAFs), sentiu-se a necessidade de organização, dando início a um processo organizativo, formativo e político. Em 1998, representantes de sete estados reuniram-se em Brasília e definiram a criação de um movimento de massa nacional com o objetivo de

organizar os camponeses para garantir seus direitos. Desse encontro, organizou-se um encontro nacional que envolveu os estados do Rio Grande do Sul, Rondônia, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, durante o qual foi deliberado que estava em curso a construção de um movimento nacional.

Reconhecendo a importância de disseminar essa organização por todo o país, militantes dos estados do Rio Grande do Sul e Rondônia foram enviados para a região Nordeste, marcando o início de uma trajetória de mobilização e consolidação do MPA em nível nacional. A partir de 2004, o debate sobre sementes, soberania alimentar, moradia camponesa, território, produção diversificada, agroecologia, educação e luta contra a lógica capitalista ganhou força. O MPA não nasceu para resolver problemas das famílias camponesas isoladamente, mas para debater questões maiores que envolvem a agricultura camponesa, a questão ambiental, a concentração da terra e o controle das transnacionais com o apoio do Estado brasileiro. Essas pautas ganharam destaques demonstrando a evolução do MPA para além das pautas econômicas.

Desta forma, tem contribuído para que as comunidades camponesas se vejam na história, façam a história e enfrentam inimigos como os transgênicos, transnacionais, agronegócio e latifúndio. O MPA busca ser um fermento na massa, enfrentando desafios e reinventando a luta, em constante diálogo com as comunidades camponesas. Dados de 2019, indicam que o MPA está organizado em 19 Estados brasileiros, organiza aproximadamente 100 mil famílias camponesas em todo o território nacional, faz parte da Via Campesina Brasil e Internacional, da Confederação Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC) e da Frente Brasil Popular. Atualmente, com 28 anos de luta.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) realizou quatro grandes eventos nacionais ao longo de sua história, de acordo com informações disponibilizadas no site:

1º Encontro Nacional (maio de 2000, Ronda Alta, RS): Este encontro reuniu cerca de 280 pessoas e estabeleceu a organização em grupos de base e a necessidade de formar militantes para o Movimento.

2º Encontro Nacional (fevereiro de 2003, Ouro Preto do Oeste, RO): Este encontro, que contou com a presença de 17 estados, consolidou as instâncias organizativas e destacou a necessidade de estudar e sistematizar a luta, história e organização do campesinato brasileiro.

3º Encontro Nacional (abril de 2010, Vitória da Conquista, BA): Este encontro fortaleceu a presença jovem e feminina no MPA e avançou no processo de construção do Plano Camponês como estratégia do Movimento.

I Congresso Nacional (2015): Este congresso reuniu quatro mil camponeses de 19 estados do país. O evento teve como tema “Plano Camponês Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar”. O Congresso é a estância máxima da Organização. (MPA, site, 2024).

Neste sentido, de forma resumida, o movimento apresentou a última resolução vigente no congresso e que faz as seguintes constatações: diante do contexto de crise global do capitalismo e da ameaça aos territórios camponeses, reafirma seu compromisso com a defesa da PETROBRAS, Soberania Nacional, Soberania Popular e Democracia. O Plano Camponês é reconhecido como projeto político estratégico para contribuir com a construção de um Brasil Popular e Socialista através da agricultura camponesa. O movimento compromete-se a lutar contra a destruição ambiental, promovendo cuidados com biodiversidade, sementes, solo, água, e se propõe a construir alianças com diversos setores sociais.

Com o objetivo de contribuir para uma sociedade socialista, afirmar o campesinato como classe social e produzir alimentos saudáveis, o movimento busca ampliar a participação das mulheres, massificar o trabalho da juventude e promover a educação camponesa. Além disso, compromete-se a ampliar o debate através de campanhas contra agrotóxicos, pela vida, pelas sementes, contra a violência às mulheres e contra o fechamento de escolas. A busca por auto sustentação organizativa, econômica e financeira é destacada, e o Plano Camponês envolve o desenvolvimento e controle da atividade produtiva e a promoção da educação camponesa. (MPA, 2015).

O que é o Plano Camponês - O Plano Camponês é sistematizado em cinco grandes eixos: 1) CAMPESINATO E HISTÓRIA: afirmação dos camponeses e povos originários e tradicionais como base do desenvolvimento do campo; 2) SOBERANIA: biodiversidade, hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial; 3) TERRA E TERRITÓRIO: reforma agrária, ocupação popular do território e projeto demográfico, cultura, educação, saúde e comunicação; 4) NOVA BASE PRODUTIVA: agroecologia camponesa e abastecimento popular; cooperação econômica, social e ecológica; agroindústria e nova ciência e tecnologia; 5) NOVA GERAÇÃO CAMPONESA E FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: a construção de uma nova geração camponesa com base ao acesso à terra e território, agroecologia camponesa e abastecimento popular, bem como pelo desenvolvimento de novas relações sociais que superem o capitalismo e o patriarcado; (MPA, 2019).

Soberania alimentar e abastecimento popular de alimentos - Defende política pública que garanta o direito universal à alimentação. Na luta contra a fome, militantes fizeram a Greve de Fome no ano 2018, em 2020, desenvolveu o Mutirão Contra a Fome, e atualmente, constroi a campanha Missão Josué de Castro.

Agroecologia - O MPA define que a agroecologia representa uma base científica e técnica para qualificar os sistemas camponeses de produção, eliminar o uso de agrotóxicos, superar as cadeias produtivas, construir a soberania alimentar, proporcionar autonomia das

famílias camponesas e fazer enfrentamento ao agronegócio. Assim, para o MPA a agroecologia tem um significado produtivo prático, mas também um significado político e ideológico, fazendo parte da luta de classes no campo e na cidade (MPA, 2012a, p.16).

3.5 O MPA na Bahia

O MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) estabeleceu suas raízes na Bahia em 1998, tendo em vista os limites das organizações existentes e a necessidade das famílias camponesas endividadas, inicialmente em Vitória da Conquista, expandindo-se progressivamente para municípios da região sudoeste. Suas primeiras ações concentraram-se na negociação das dívidas dos pequenos agricultores, resultado de perdas de produção decorrentes de estiagens.

O MPA, assim como um rio, tem muitas nascentes, surgiu em vários lugares do país, na mesma época e pelas mesmas razões, e está sendo construído pela força da luta, pela pressão da base, pela vontade da militância e para mudar a situação vivida pela classe camponesa. (MPA, 2019).

Em 2003, o MPA se organizou no Norte da Bahia, por meio da CPT, estruturando três regionais para melhor atender as associações. A força do movimento cresceu com mobilizações para renegociação de dívidas e participação em eventos regionais, incluindo a III Assembleia Regional da Agricultura Familiar. Ao longo dos anos, as pautas do MPA se ampliaram, incluindo a busca por soberania hídrica e a defesa de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido.

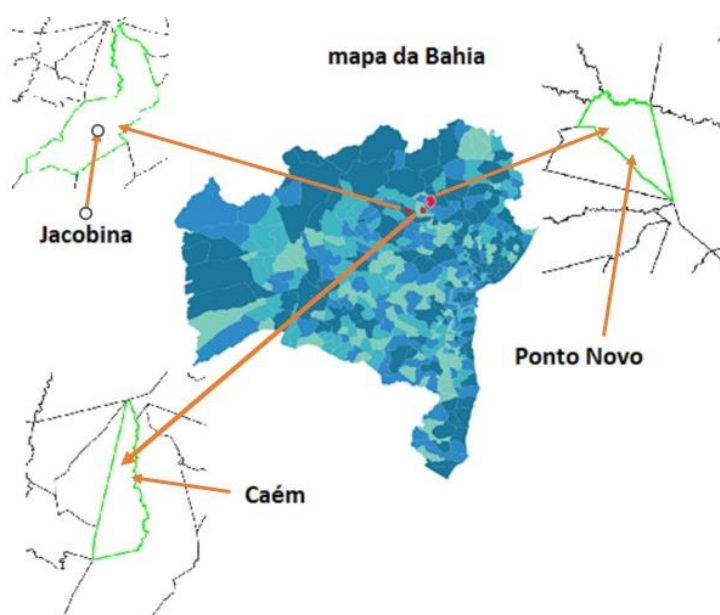
Em 2013, a organização destacou-se na Jornada Nacional por Soberania Alimentar, participando de ações contra a Monsanto e da Audiência Pública do Semiárido. O MPA defende a universalização da política pública para construção de cisternas de produção e consumo humano, priorizando cisternas de placas de cimento em detrimento das de plástico. A luta pela soberania hídrica é central para o MPA, visando garantir água de qualidade para consumo humano, produção de alimentos agroecológicos e desenvolvimento da agricultura familiar, em resistência a grandes projetos hidroelétricos e de irrigação que ameaçam a região do Semiárido. (MPA, 2019).

4 A LUTA DOS/AS CAMPONESES/AS PELO ACESSO À ÁGUA NA REGIÃO DO CENTRO NORTE DA BAHIA: O PROJETO “ÁGUA EM MINHA CASA” NOS MUNICÍPIOS DE CAÉM, JACOBINA E PONTO NOVO

A luta pelo acesso à água é uma das lutas mais intensas enfrentadas pelos/as camponeses/as no semiárido baiano, especialmente na região do Centro Norte. Este capítulo aborda sobre a resistência e a organização dessas comunidades, com foco no projeto "Água em Minha Casa", que tem transformado a vida das famílias nos municípios de Caém, Jacobina e Ponto Novo. Através da organização e luta, as famílias buscam superar as demandas hídricas nas comunidades.

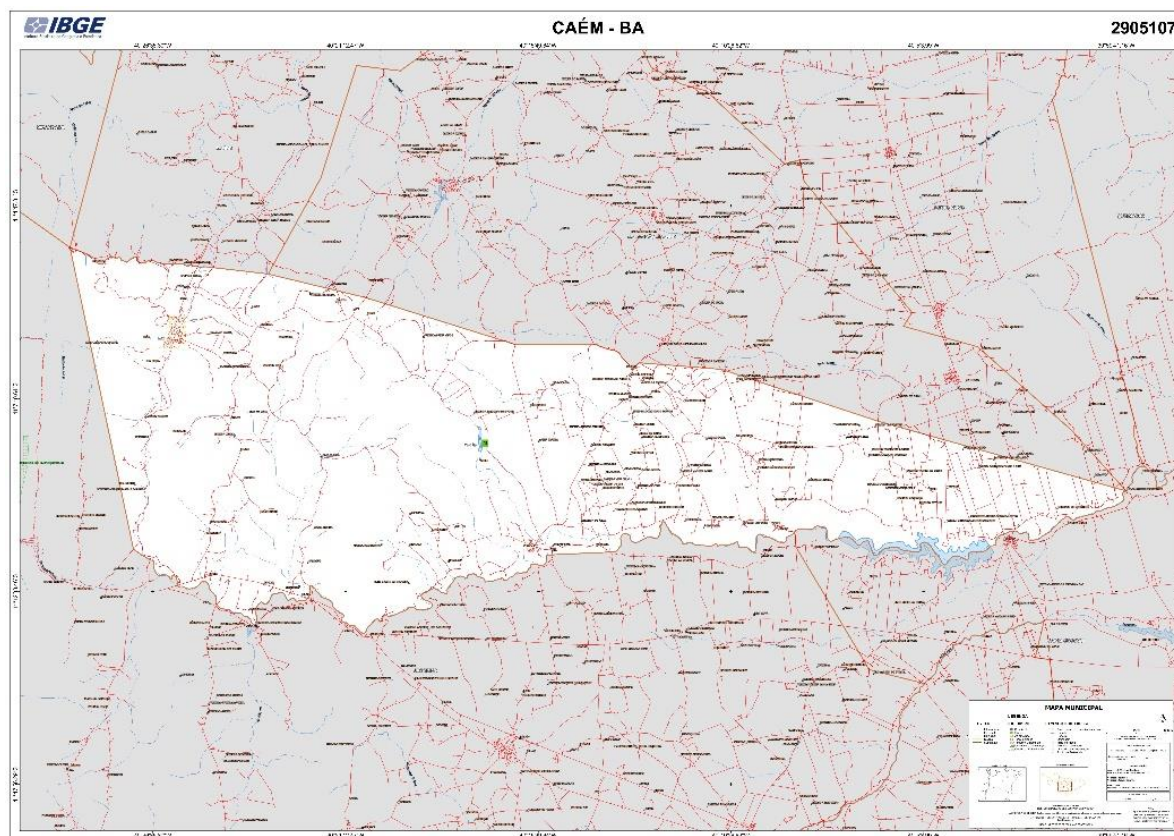
Neste capítulo, serão destacadas as histórias de resistência e as conquistas da comunidade Quilombola Várzea Queimada, em Caém, comunidade Fazenda Várzea Nova, em Jacobina, e do Assentamento Terra Nossa, em Ponto Novo, e a contribuição do MPA para melhorias dos indicadores sociais, com foco no projeto “Água em Minha Casa”. Na oportunidade, serão discutidas as condições socioeconômicas das famílias que participaram do projeto, as fontes de água disponíveis nas localidades, a estrutura fundiária dos/as camponeses/as, e as tecnologias sociais implementadas. Além disso, com base nas informações extraídas dos questionários analisaremos o papel do Estado e por que ainda há falta de água para essas famílias.

Figura 4 - Mapa identificando a localização dos municípios de Jacobina, Caém e Ponto Novo, Bahia



Oliveira (2023).

Figura 5 - Mapa do município de Caém, Bahia



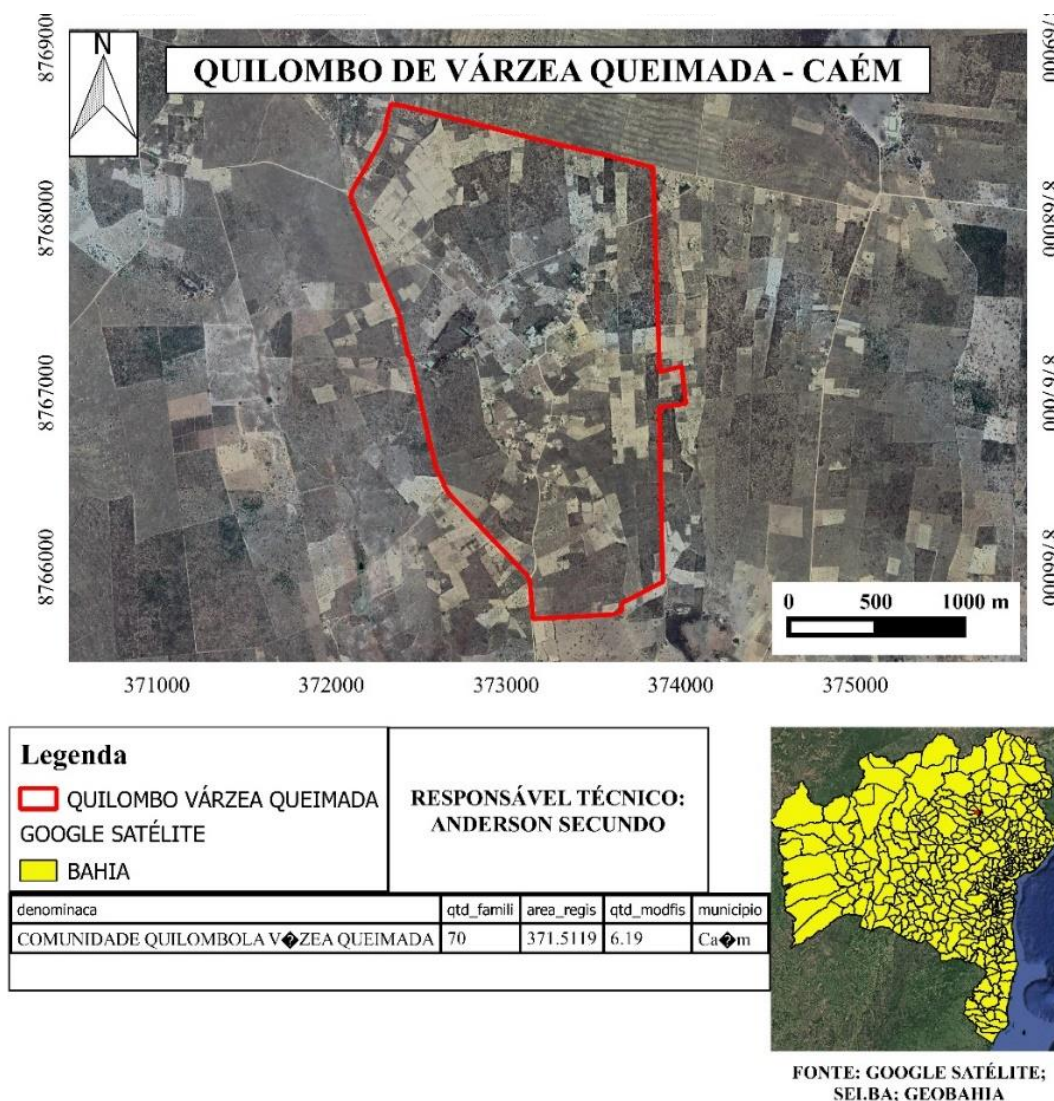
Fonte: IBGE (2023).

Caém, município situado no Estado da Bahia, apresenta uma população de 10.384 habitantes, conforme o Censo do IBGE de 2022. A demografia de Caém é predominantemente rural, com 65% da população vivendo em áreas rurais, enquanto 35% residem em áreas urbanas, de acordo com dados do IBGE de 2010. Ainda de acordo com esses dados, naquele ano, cerca de 3.100 habitantes, ou seja, aproximadamente 30% da população, estava em situação de extrema pobreza.

Em agosto de 2024, Caém registrou um total de 3.971 famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), um aumento significativo em relação à estimativa de 2.083 famílias com perfil CadÚnico em 2010. Entre essas famílias, 432 pertencem a grupos quilombolas, sendo que 353 delas são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). (BRASIL, 2024).

4.1 Comunidade Quilombola de Várzea Queimada - Caém

Figura 6 - Mapa da comunidade Quilombola de Várzea Queimada - Caém



Fonte: Secundo (2024).

Em respeito à caracterização da comunidade de Várzea Queimada, é camponesa e quilombola, geograficamente localizada a 55 km da cidade de Caém, pertencente ao Território de Identidade Piemonte da Diamantina no Semiárido Baiano. Atualmente, a comunidade é composta por 80 famílias camponesas, sendo um total de 400 pessoas que permanecem, mesmo sem condições de qualidade de vida, resistindo no campo e no semiárido. A comunidade enfrenta desafios econômicos significativos, tendo como fonte de renda, agricultura familiar e do Programa bolsa família, umas das razões para a criação da Associação dos Pequenos Agricultores do município de Caém, conhecida como APAMC, pelos moradores no ano de 2011. A associação, é uma entidade civil de abrangência municipal sem fins lucrativos, surgiu

com a finalidade de criar novas formas para a organização das famílias no campo com o objetivo de melhorar a produção agrícola, aumentar a geração de renda e comercializar seus produtos principalmente a mandioca e seus derivados: farinha, goma, beiju e etc. A APAMC, tem administrado atualmente uma unidade de beneficiamento de farinha, projeto este realizado por ONG da Itália. (Santos, 2012).

Em 2012, José Jesus dos Santos se organizou com outras pessoas para escreverem a história da comunidade tendo como objetivo a solicitação do reconhecimento quilombola à Fundação Cultural Palmares. Para isso, ele conduziu entrevistas com moradores fundadores e construiu o relato. Essas contribuições foram fundamentais para a construção do histórico da comunidade. (Santos, 2012).

De acordo com o histórico da Comunidade de Várzea Queimada, "o território desta comunidade foi ocupado no ano de 1885, por negras e negros que foram torturados e explorados no período da escravidão." (Santos, 2012). Como visto, este quilombo é um símbolo da resistência e luta do povo negro na região, representando um legado de sofrimento e injustiça que ainda enfrenta violações de direitos humanos na sociedade contemporânea, exacerbadas pelo capitalismo e pelas ações do Estado Brasileiro.

Nesta pesquisa, foi aplicado um questionário que colabora com o conhecimento da história da comunidade. Abaixo, apresentamos as respostas à pergunta: "Desde que ano sua família vive na comunidade? Conte um pouco da história de sua família." L. J. dos Santos respondeu da seguinte forma:

Minha família participou da formação da comunidade desde 1885 a partir desse período até o ano do meu nascimento em 1965 nunca sair da minha comunidade para morar em outro lugar. Construir família e nela estou morando até hoje. Durante muito tempo passamos por dificuldades e um dos motivos foi a falta de água que era constante, não existia nenhum tipo de reservatório de água na região, nem tanques tinha para armazenar água. Para encontrar água era necessário percorrer uma longa distância até o rio, único lugar que poderia encontrar água, isso quando não estava seco, aí era necessário cavar a areia no meio do rio, uma cacimba para conseguir retirar água. (Santos, 2023).

A família S. J. dos Santos também fez sua contribuição relatando sua história.

Desde de quando nascemos. Porém, quando eu casei em 1989. Migrei para outra comunidade chamada Várzea da Pedra, lá morei apenas por dois anos e voltei para o quilombo. Sou neta dos fundadores Domingos Pereira e Inês Maria de Jesus. (Santos, 2023).

As histórias compartilhadas pelas famílias L. J. dos Santos e S. J. dos Santos demonstra a vivência e a trajetória da comunidade. Relata os desafios, especialmente a escassez de água,

que era uma questão constante e crítica para a sobrevivência e o bem-estar da comunidade. Ressalta a continuidade da herança familiar e a importância das raízes na formação da identidade da família.

Através da organização e luta no MPA, a comunidade de Várzea Queimada foi reconhecida como Quilombola no ano de 2014. Entre as diversas conquistas desta comunidade, como por exemplo, casa de farinha, energia elétrica, um trator com implementos agrícolas, cinco moradias camponesas, emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e a luta por água encanada. Na localidade, há investimento na produção com a construção de galinheiros, chocadeiras e forrageiras. (MPA, 2014). Há iniciativa para construir a unidade de beneficiamento do Ouricuri. Recentemente, a comunidade fez a inauguração do Centro Educacional Infantil Inês Maria de Jesus. Mais uma conquista que fortalece a organização por direitos no campo. São várias conquistas que as famílias obtiveram desde a chegada do MPA em 2004 na comunidade.

A comunidade é pioneira na luta por água encanada, no ano de 2005, as famílias camponesas e quilombolas montaram um acampamento interditando a obra do sistema de abastecimento que seguia da barragem de Pedras Altas a Piaba, reivindicando água encanada para as comunidades camponesas Ribeirinhas do Rio Itapicuru Açú (Micaela, Várzea da Porta, V. da Rancho, V. Grande da Felícia, V. Queimada) no município de Caém e obtiveram êxito. A partir dessa conquista, uma inspiração para a construção do projeto “água em minha casa”, o movimento começou a elaboração deste projeto de água encanada. (Oliveira, A. S. 2018).

Através da luta das famílias no movimento, foram construídas 39 moradias camponesa no município de Caém, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a partir de um convênio firmado entre a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e a Associação dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia (APASBA). Várzea Queimada foi uma das comunidades contempladas.

Os jovens engajados no movimento e na promoção de eventos na comunidade, fortalecem a luta pela permanência no campo. Com isso, desenvolvem diversas atividades culturais, de esporte e lazer. Destacamos aqui, a participação dos jovens da comunidade no projeto Biblioteca sons do sertão, em que fizeram oficinas de produção e edição de áudios. (Sonário do sertão, 2017). Ainda, no ano de 2017, aconteceu a 10ª Edição da Festa do Licuri em Várzea Queimada, demarcando a potencialidade local da produção de Ouricuri/licuri na região. Abaixo, apresentamos algumas fotos que caracterizam a comunidade.

Figura 7 - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) celebrou a Certificação Remanescente de Quilombola da Comunidade de Várzea Queimada.



Fonte: Comunicação MPA-BA (2014).

Figura 8 - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) celebrou a Certificação Remanescente de Quilombola da Comunidade de Várzea Queimada.



Fonte: Comunicação MPA-BA (2014).

Figura 9 - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) celebrou a Certificação Remanescente de Quilombola da Comunidade de Várzea Queimada.



Fonte: Comunicação MPA-BA (2014).

Figura 10 - Ato inaugural e de entrega das chaves das moradias camponesa.



Fonte: Arquivo MPA (2018).

Figura 11 - Ato inaugural e de entrega das chaves das moradias camponesa.



Fonte: Arquivo MPA (2018).

Figura 12 - Seu Joaquim, um dos fundadores da comunidade Quilombola de Várzea Queimada.



Fonte: Arquivo MPA (2012).

Figura 13 - Jovens da comunidade Quilombola de Várzea Queimada enfrente a casa de farinha mecanizada da comunidade.



Fonte: Arquivo MPA (2012).

Figura 14 - Delegação da Via Campesina de nove países – Suíça, Argentina, Peru, Nicarágua, Palestina, Costa Rica, Coreia, Zimbabué e Brasil conhece a casa de farinha mecanizada da comunidade quilombola Várzea Queimada.



Foto: Adilvane Spezia | MPA e Rede Soberania (2018)

Figura 15 - Reunião do MPA na Quilombola de Várzea Queimada.



Fonte: Arquivo MPA (2012).

Figura 16 - Jovens da comunidade Várzea Queimada registram a diversidade sonora do sertão.



Fonte: Arquivo MPA (2017).

Figura 17 - Mulheres quilombolas em oficina aprendendo a fazer biscoitos, sequilhos e etc. derivados da mandioca na casa de farinha do Quilombo de Várzea Queimada, município de Caém/Bahia.



Fonte: Arquivo MPA (2019).

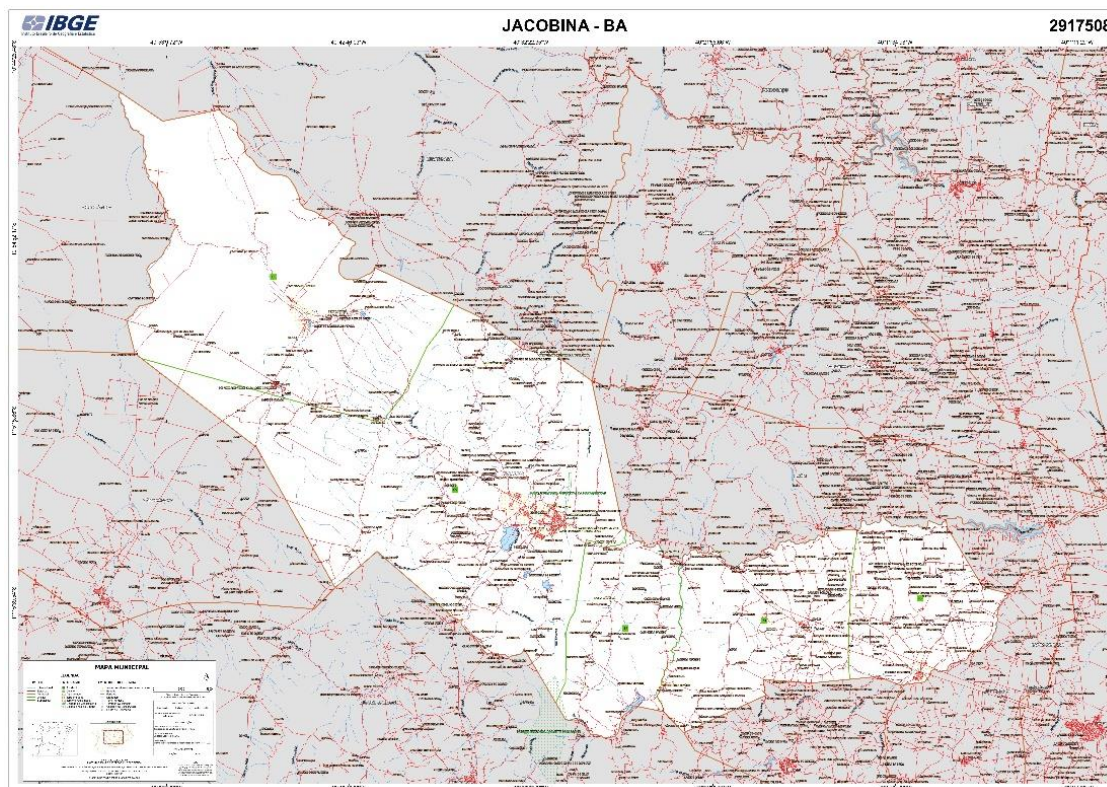
Figura 18 - Mulheres quilombolas em oficina aprendendo a fazer biscoitos, sequilhos e etc. derivados da mandioca na casa de farinha do Quilombo de Várzea Queimada, município de Caém/Bahia.



Fonte: Arquivo MPA (2019).

4.2 Comunidade camponesa Fazenda Várzea Nova, Jacobina

Figura 19 - Mapa do município de Jacobina, Bahia.



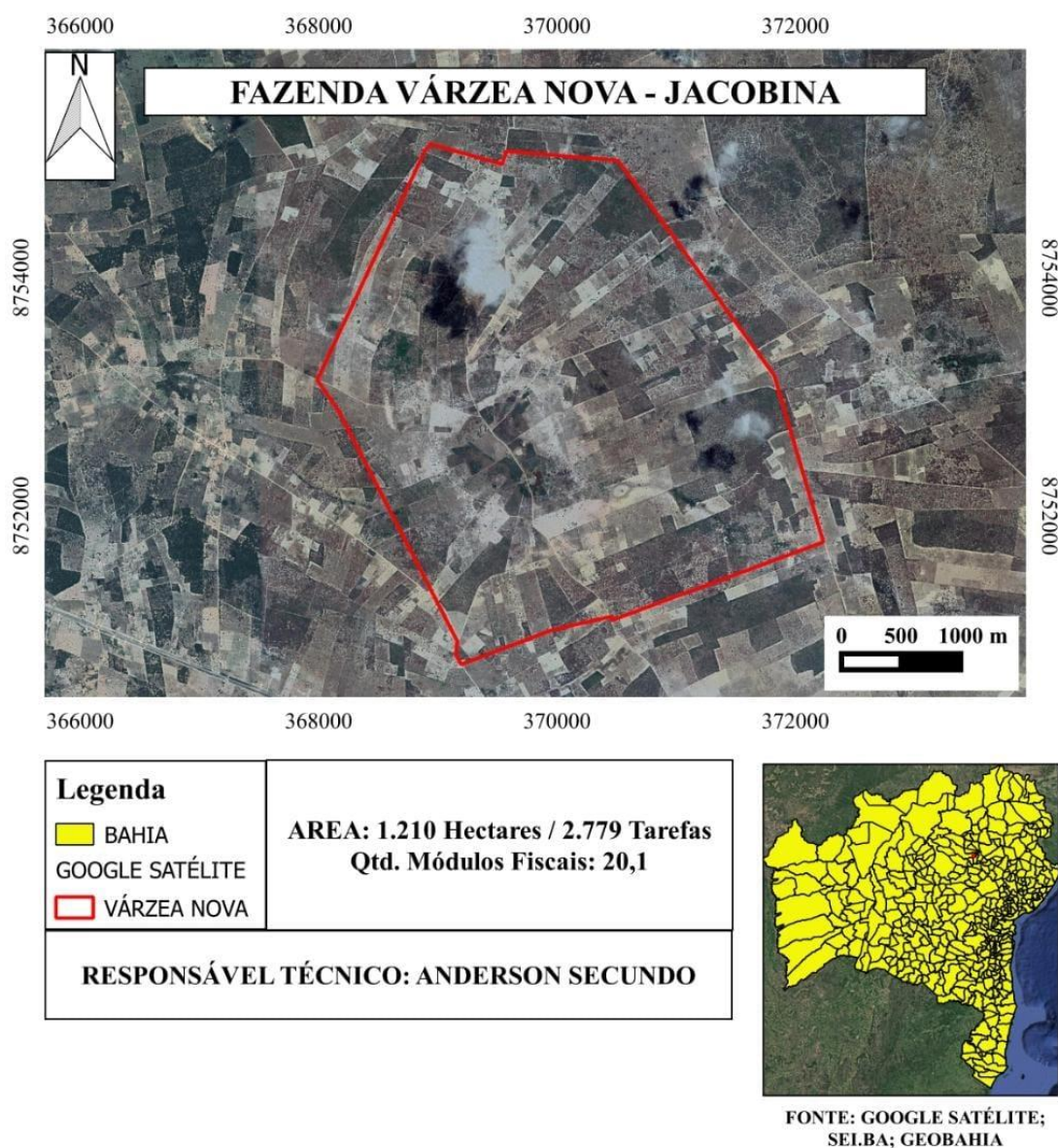
Fonte: IBGE (2023).

O município de Jacobina está situado na região norte da Bahia, cuja vegetação é composta de espécies da caatinga semiárida. Caracteriza-se por índices pluviométricos muito baixos, sendo comum longos períodos de estiagem. De acordo com o censo do IBGE realizado em 2010, a população total de Jacobina era de 79.247 pessoas. Desse total, 55.868 (70%) viviam na zona urbana e 23.379 (30%) na zona rural. O mesmo Censo de 2010 do IBGE revelou que 10.897 pessoas em Jacobina viviam em situação de extrema pobreza. Conforme dados do censo IBGE de 2022, Jacobina é município de médio porte com uma população de aproximadamente 82.590 pessoas.

Segundo o relatório de Programas e ações do MDS, em agosto de 2024, Jacobina contava com 23.955 famílias cadastradas no Cadastro Único, um aumento significativo em comparação à estimativa de 13.264 famílias com perfil cadastral em 2010. O Cadastro Único é um importante instrumento do governo brasileiro que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo o acesso a diversos programas sociais, como o Bolsa Família e a Tarifa Social de Energia Elétrica. (BRASIL, 2024).

Ainda no relatório, ao todo, foram cadastradas 3.978 famílias, das quais 2.731 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Entre os grupos, destacam-se os agricultores familiares com 2.874 famílias cadastradas e 2.006 beneficiárias do PBF. Enquanto, os quilombolas com 1.168 famílias cadastradas, sendo, 802 beneficiárias do PBF. (BRASIL, 2024).

Figura 20 - Mapa da comunidade Fazenda Várzea Nova, Jacobina.



Fonte: Secundo (2024).

A Comunidade Camponesa Fazenda Várzea Nova está localizada, geograficamente, no município de Jacobina – BA, situada, mais precisamente, na microrregião geográfica do Piemonte da Chapada Diamantina. A construção do histórico da Comunidade Fazenda Várzea Nova foi realizada por Érica Anne Oliveira em 2015, como parte das atividades do curso de Licenciatura em História. (Oliveira, É. A.S. 2015).

O nome da comunidade se deve à presença de uma lagoa que abastece de água os moradores e os animais. O primeiro ocupante da área foi João Silva, que, em 1918, buscando terras férteis e abundância de água, migrou da comunidade Água Branca (atualmente conhecida como Esconso, localizada a mais de 30 km da Fazenda Várzea Nova). (Oliveira, É. A.S. 2015). Em 1930, João Silva adquiriu a posse da terra, posteriormente obtendo o título por usucapião. As terras da Fazenda Várzea Nova fazem divisa com a comunidade Baixa do Couro ao sul, Lameiro ao leste, Paudarquinho a oeste e, ao norte, com as comunidades Tamburi e Mandasaia. Após o falecimento de João Silva, a propriedade foi herdada por seus filhos Zeca e Pedro Silva. (Oliveira, É. A.S. 2015).

Figura 21 - Lagoa da comunidade Fazenda Várzea Nova.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 22 - Depois de quatro anos de seca chuva enche umas das principais fontes de

armazenamento de água da comunidade que fica situada na lagoa.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 23 - Chuva enche a lagoa e transborda para estrada vicinal da comunidade Fazenda Várzea Nova.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Esta região, que pertencia à zona rural do distrito de Itapeipú, atualmente faz parte do distrito do Junco e é caracterizada pela agricultura familiar camponesa. Conflitos por terra ocorreram entre as primeiras famílias que habitaram a área, especialmente com a Fazenda Caldeirão, de Artur Boiadeiro e sua família. Segundo um dos entrevistados na ocasião, neto de Zeca Silva, as demarcações de terras eram imprecisas, gerando incertezas sobre os limites das propriedades. (Oliveira, É. A.S. 2015).

Apesar das tentativas de outros de reivindicar as terras de Zeca, ele possuía a escritura e, portanto, a propriedade era legitimamente dele. Zeca herdou mais de 2 mil tarefas de terra (aproximadamente 900 hectares), deixando cerca de 1.700 tarefas como herança, enquanto outra parte foi vendida. Durante os anos 70, diversas pessoas dos municípios da região como Serrolândia e Mundo Novo começaram a adquirir terras de Zeca e Pedro, transformando a Fazenda em uma comunidade. Com a chegada de novas famílias, foram construídos uma igreja católica, uma escola, estradas vicinais e casas de farinha, além de se organizarem na criação de pequenos animais e na diversificação de cultivos, como mandioca, feijão e milho, e na

estocagem de alimentos durante a estiagem, complementando a subsistência com o extrativismo de Ouricuri. (Oliveira, É. A.S. 2015).

A comunidade constituiu a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Várzea Nova, Paudarquinho e Adjacências (AVAP), formalizada em 17 de janeiro de 1994. Esta organização jurídica de direito privado, conforme a Lei 10.825/2003, não possui fins lucrativos e tem caráter assistencial e filantrópico, com duração indeterminada. A sede da AVAP está localizada no município de Jacobina, Estado da Bahia, e sua base territorial abrange as localidades de Várzea Nova, Paudarquinho, Mandassaia, Pau D'Arco, Água Fria, Jurema, Baixa do Couro e Tamburi, todas pertencentes ao município. (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Várzea Nova, Paudarquinho e Adjacências, 1994).

As primeiras reuniões do MPA na comunidade aconteceram no ano de 2002. Desde então, há um grupo de famílias engajadas e que organiza as ações do movimento na comunidade e região. Ao longo desse período, têm sido discutidas as demandas e as ações a serem implementadas para melhorar os indicadores sociais e econômicos locais. Um marco importante ocorreu em 2013, quando a comunidade se mobilizou intensamente para a construção do Plano Camponês local, que visava incluir as demandas das famílias da região. Nesse contexto, foram elaboradas propostas de políticas para fortalecer a agricultura camponesa, desencadeando um processo de luta e debates que buscavam garantir o êxito das ações.

Através da AVAP e do MPA, realiza o acompanhamento aos agricultores familiares para suporte ao acesso às políticas públicas, tais como: Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP, Programa Nacional de Habitação rural - PNHR, Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programas institucionais de comercialização da produção dos agricultores, como PAA e PNAE. Portanto, essas ações e outras tantas necessárias contribuem para superar as dificuldades, promovendo atividades, divulgação e incentivo dos agricultores na inserção destas políticas, na perspectiva da melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social do município.

Atualmente, a comunidade abriga mais de 80 habitantes. Nesta região, as comunidades rurais dependem de políticas compensatórias, como o Programa Bolsa Família, para complementar sua renda. Durante os períodos de estiagem, a renda proveniente da agricultura e da criação de animais se torna escassa, o que agrava ainda mais a situação local. Essa realidade levou algumas famílias e jovens a deixarem a comunidade em busca de melhores condições de vida. No entanto, nos últimos anos, tem-se observado o retorno de vários moradores, que estão empenhados em gerar renda para suas famílias tanto na própria comunidade quanto em

localidades vizinhas.

Através das ações do MPA, as famílias organizadas obtiveram inúmeras conquistas para a comunidade. Entre essas conquistas, destacam-se as renegociações de dívidas, a construção de aproximadamente 200 cisternas para consumo humano atendendo a demanda das famílias e das comunidades circunvizinhas e a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Na localidade já foram construídas 35 cisternas voltadas para a produção e 6 barreiros. Além disso, em Jacobina foram mais de mil famílias foram beneficiadas com água encanada pelo projeto “Água em Minha Casa”, foram construídas 8 unidades habitacionais, cada uma com dimensões de 6m x 9m e aquisição de 01 trator com implementos agrícolas.

O movimento também possibilitou a aquisição de 5 kits de apicultura e 1 unidade de beneficiamento de mel na localidade de Paraíso, além da organização dos produtos dos quintais produtivos, distribuição de sementes crioulas para famílias camponesas, implantação de feira agroecológica.

A comunidade ainda conta com um campo para produção de sementes em processo experimental, bem como o incentivo à produção de mudas de árvores frutíferas e nativas. Recentemente, na comunidade construiu o grupo de produção dos derivados da mandioca do território umbuzeiro. Nos últimos cinco anos, a comunidade tem sido beneficiada pelo Projeto Pró-Semiárido⁵, que visa promover o desenvolvimento sustentável na região.

Para esta pesquisa, cinco famílias participaram respondendo ao questionário. Elas responderam à pergunta: "Desde que ano sua família vive na comunidade? Conte um pouco da história de sua família."

A família de A. B. dos Santos e C. F. da Cruz respondeu à pergunta sobre desde que ano vive na comunidade e compartilhou um pouco da sua história da seguinte forma:

Desde 1993. Nesta data nos casamos e formamos nossa família, hoje com seis pessoas e viemos mora aqui na fazenda Várzea Nova não tínhamos muitos vizinhos aí construímos nossa casa simples sem água encanada, energia apenas uma cisterna pequena abastecida com caminhão pipa. (Santos; Cruz, 2024).

O questionário aplicado para as famílias da comunidade Fazenda Várzea Nova revela a história da família de E. M. Oliveira e M. S. Oliveira moradores identificados no questionário.

⁵ O Governo da Bahia está aplicando R\$ 500 milhões para ajudar 70 mil famílias a conviverem melhor com o semiárido em 32 municípios do sertão baiano. O Projeto Pró-Semiárido é parte integrante de um conjunto de compromissos do Estado para seguir avançando na erradicação da pobreza, levando serviços e investimentos diretamente para a população, a partir de um acordo de empréstimo firmado com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da Organização das Nações Unidas (ONU). (Governo da Bahia, 2024).

A família da matriarca chegou na comunidade em 1978 e ela tinha 9 anos de idade. A família do patriarca chegou no ano de 1981/82. Nos anos 90 os dois resolveram casar e constituir uma família, tiveram 5 filhos, 2 meninas e 3 meninos. De 90 a 95 viveram numa comunidade vizinha chamada Mandasaia e em janeiro de 96 vieram morar na comunidade fazenda da Várzea Nova. Antes não tinha energia e usava candeeiro e lampião, a energia chegou no ano de 2003. A renda da família era proveniente da agricultura, vendia os produtos na feira da cidade de Jacobina, criava gado. A matriarca era professora da comunidade. Chegou água encanada no ano 2012. Vive e reside ainda na localidade. (Oliveira; Oliveira, 2023).

A família Santos Oliveira conta a história de posseiros de terra. Até se casar ambos viviam nas terras de seus pais e ao construir a família foi conseguindo comprar terra, desta forma, foi que eles começaram a morar na comunidade Fazenda Várzea Nova. Já a família de N. S. da Silva e R. J. da Silva contou brevemente sua história:

Nasceu na comunidade e a família migrou em 1994 para mineiros - Goiás, foi a fim de arrumar emprego e voltou 2000 porque não conseguiu o queria. Voltou e construiu a moradia. No ano de 2001 conseguiu construir uma cisterna para paróquia. atualmente 6 membros da família que mora na mesma residência. (Silva; Silva, 2023).

Outras duas famílias responderam ao questionário de que são moradores desde quando nasceram. Ambas, são jovens. No questionário, as famílias destacaram aspectos importantes sobre a vida e a trajetória, destacando suas experiências, desafios e a construção de suas identidades dos moradores da comunidade Fazenda Várzea Nova ao longo do tempo. Abaixo, apresentamos algumas fotos que caracterizam a comunidade.

Figura 24 - Igreja católica e cisterna comunitária.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 25 - Tem mais de 70 anos de construída a primeira casa por João Silvia e comprada por

Manoel Cassimiro.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 26 - Biblioteca comunitária Maria Cândida.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 27 - Abeir coando tapioca.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 28 - Abeir fazendo beiju.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 29 - Crianças estudando na Biblioteca.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 30 - Time de futebol Faz. Várzea Nova.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 31 - Cisterna de Produção e habitação construída. Conquistas através da luta no MPA.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 32 - Criação de galinhas.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 33 - Produção de hortaliças.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 34 - Feira Agroecologia no Distrito do Junco.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 35 - Quintais agroflorestais de frutíferas.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 36 - Roça de mandioca e a árvore nativa Ouricuri.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Figura 37 - Mutirão da construção da cozinha comunitária.



Fonte: MPA Bahia (2022).

Figura 38 - Mulheres fazendo derivados da mandioca na unidade de processamento de alimentos da comunidade fazenda Várzea Nova.



Fonte: Arquivo AVAP (2022).

Figura 39 - Reunião do MPA na comunidade para cadastrar beneficiários das moradias camponesas.



Fonte: Arquivo AVAP (2024).

Figura 40 - Reunião do MPA na comunidade para cadastrar beneficiários das moradias

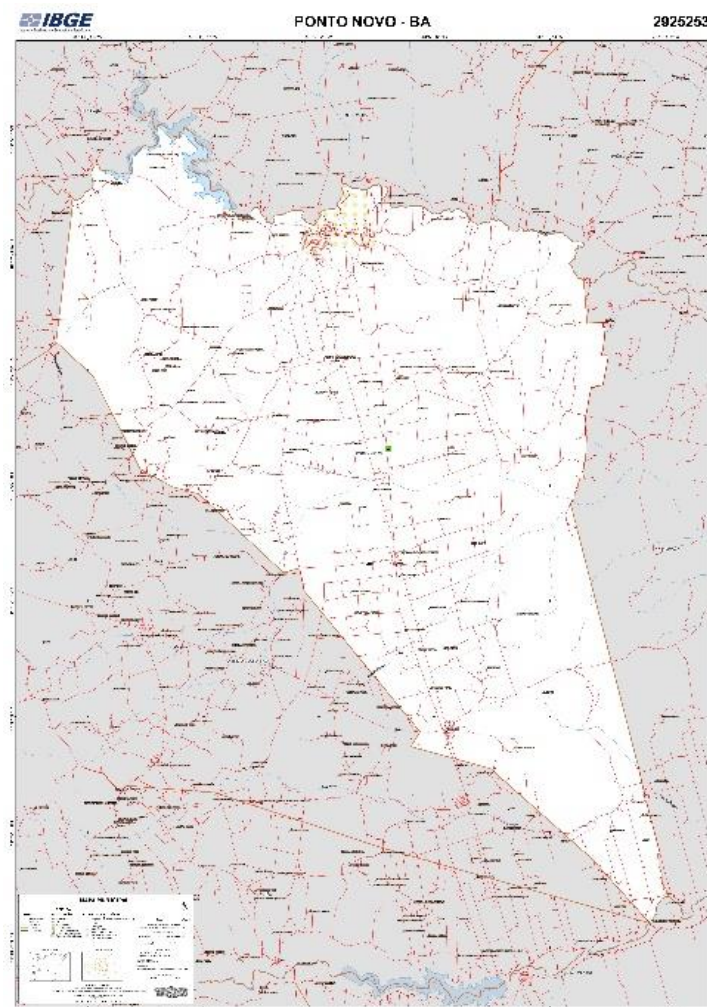
camponesas.



Fonte: Arquivo AVAP (2024).

4.3 Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo/Bahia.

Figura 41 - Mapa do município de Ponto Novo/Bahia.



Fonte: IBGE (2023).

Ponto Novo, um município situado no estado da Bahia, apresenta desafios socioeconômicos significativos. Com uma população estimada em 17.938 habitantes, segundo o IBGE 2022, o município é de Pequeno Porte I⁶, refletindo uma economia limitada e dependente de programas assistenciais. De acordo com o Censo IBGE 2010, são 3.917 pessoas com extrema pobreza.

A distribuição entre a população urbana e rural em Ponto Novo, Bahia, é relevante para a compreensão das dinâmicas locais, com aproximadamente 11.885 habitantes (66%) residindo na área urbana e 6.053 habitantes (34%) na área rural, de acordo com os dados do IBGE 2010. Esses números evidenciam a predominância urbana, mas destacam também a importância da zona rural, que desempenha um papel fundamental, especialmente nas atividades agrícolas e na economia de subsistência do município.

Os dados do Cadastro Único por Grupos Popacionais Tradicionais Específicos evidenciam uma diversidade de grupos familiares que enfrentam diferentes desafios sociais. (BRASIL, 2024). Há poucos assentados da Reforma Agrária registrados como beneficiários deste programa. Só no assentamento Terra Nossa, PAJÉU, foram contempladas 30 famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Embora não haja registros oficiais de acampados no município, sabe-se da existência de dois acampamentos: o Acampamento União, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e o Acampamento Lúcia de Almeida, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocupam parte do perímetro irrigado de Ponto Novo - BA. De acordo com Eulália Oliveira, coordenação do Acampamento União, há mais de 150 famílias do MPA na luta pela terra nesse acampamento e mais 120 famílias do MST.

Segundo Silva (2009, p. 9), a área empresarial do Projeto de Irrigação de Ponto Novo, constitui em 63 lotes licitados via processo de concessão de direito real de uso para fins agrícolas e agropecuários, através de uma licitação na modalidade de concorrência pública.

O Projeto de Irrigação de Ponto Novo possui área total de 3.669 hectares, dos quais 2.570 são irrigáveis e o restante destinado à reserva legal, à preservação permanente e uso comum. Banana, coco, manga, maracujá, melancia, goiaba e abacaxi são as principais culturas do projeto. (Seagri, 2024).

Para isso, foi construída a barragem que impactou as famílias. A obra de construção da barragem e do Perímetro Irrigado no município de Ponto Novo – Bahia, foi um projeto de integração de bacias hidrográficas e de desenvolvimento territorial para a micro e macrorregião.

⁶ Municípios de até 20.000 Hab/5.000 famílias referenciadas.

A hidrografia do município é formada pela bacia Hidrográfica do Itapicuru, cujo principal rio – o rio Itapicuru-Açu – além de separar o município dos municípios de Filadélfia e Pindobaçu, abriga uma grande Barragem: a Barragem de Ponto Novo. (Costa, 2012, p.82).

De acordo com o Mapa de Conflito (2024) da Fiocruz, "o reassentamento absorveu apenas 126 das famílias atingidas, deixando mais de 300 sem alternativa, o que as levou a formar o Acampamento Terra Nossa".

A construção da barragem Ponto Novo afetou 213 famílias espalhadas por quatro municípios nas margens do rio Itapicuru: 23 famílias de Saúde, 88 de Filadélfia, 46 de Pindobaçu e 56 de Ponto Novo. As famílias foram retiradas dos locais a serem inundados e, ou receberam indenizações ou foram realocadas. Dessa forma, 137 famílias de produtores foram realocadas em lotes para a construção da barragem e do perímetro irrigado centrado em lotes empresariais. (Mapa de conflitos, 2024).

O projeto foi realizado em duas etapas, sendo a primeira dividida em duas fases e a segunda planejada para duas fases, mas apenas uma foi realizada. (Silvia, 2008).

Segundo Silva, (2008, p. 252-271), na primeira etapa, foram reassentados aqueles camponeses que tiveram suas propriedades alagadas pelas águas da barragem, com 5 hectares de terra cada um, recebendo assistência técnica, subsídio do estado para utilização da água, cestas básicas enquanto a produção ainda não gerava renda para as famílias, e acesso a transporte escolar, entre outros benefícios, essa fase foi concluída no ano 2000. A segunda fase, no entanto, foi marcada por atrasos e coincidiu com uma mudança de governo em 2006, de modo que em 2007 ainda não estava concluída e os agricultores enfrentaram dificuldades, embora também recebessem assistência básica, como auxílio-alimentação, enquanto não conseguiam gerar sua própria renda através da agricultura. (Silva, 2008).

Segundo Silva, (2008, p. 272-275), na segunda etapa do projeto ocorreu a implantação dos lotes empresariais, em que o Estado da Bahia, concedeu lotes como direito real para fins de produção agrícola e agropecuária através de uma licitação na modalidade de concorrência pública para pessoas jurídica ou física. Paralelo a isso, os posseiros das terras que aguardavam a indenização devido os impactos da barragem e do perímetro, foram desapropriados para implantação de lotes empresariais numa possível expansão do projeto de irrigação. Ou seja, mais de 300 (trezentas) famílias desapropriadas para implantação da 2ª Etapa do projeto. (Silva, 2008).

A análise da situação das famílias afetadas pela construção da barragem Ponto Novo revela os desafios enfrentados por aqueles que aceitaram as indenizações e pelos que foram realocados.

Em 2008, a situação para as famílias era a seguinte: aquelas que aceitaram as indenizações tiveram dificuldades de sobreviver a partir do montante recebido e as que foram absorvidas no perímetro tiveram que se submeter a um meio de organização imposto, que não defendia verdadeiramente seus interesses, após terem sido obrigados a abandonar sua terra e seu modo de produzir para se adaptarem a novas técnicas e concepções de produção. Os trabalhadores relatam que não houve um período de adaptação, com capacitação para lidar com a nova realidade. (Mapa de conflitos, 2024).

Ainda de acordo com Silva (2008), os reassentamentos dos produtores começaram a se organizar para enfrentar o projeto imposto pelo governo do estado da Bahia, desde de 2004. Eles lutavam pela distribuição justa dos lotes improdutivos, que estavam sendo retirados de suas mãos para dar lugar à agricultura empresarial. Apesar das promessas de infraestrutura financiada com recursos públicos, essas não se concretizaram para os moradores de longa data da região. Antes do projeto de irrigação em Ponto Novo, todas as famílias tinham suas próprias terras, mas devido a este projeto, houve a desapropriação de várias pequenas propriedades.

O MPA, que organiza famílias camponesas na Bahia desde 2003 e no Brasil desde 1996, incluiu a luta pela terra em sua ampla agenda de luta no ano de 2008. Isso ocorreu com a ocupação de lotes improdutivos localizados ao lado da BR 407, no perímetro irrigado de Ponto Novo – BA, no dia 11 de junho daquele ano. O MPA retomou lotes improdutivos, envolvendo mais de 150 famílias inscritas para ocupar os lotes e lutar pelo direito à terra. Como resultado desses esforços combinados, surgiu o Acampamento Terra Nossa. Este acampamento reuniu famílias que foram expulsas pelo Perímetro Irrigado, bem como os sem-terra da região. A ocupação ocorreu juntamente com outras famílias que fazem parte do movimento e que estavam lutando por outros direitos básicos, como acesso à água encanada, habitação, energia e agroindústria, entre outras pautas de luta das famílias camponesas. Em 17 de agosto de 2008, a empresa Sítio Barreiras reagiu com desmatamento, aração, queimadas e cercamento da área. Liminares de despejo foram expedidas em 25/07/08 e 22/08/08. (Oliveira, E. S, 2018).

As famílias conseguiram voltar para a área e construíram suas casas, cisterna, cozinha coletiva, plantaram roças de alimentos, filtro coletivo de água, entre outros, que foi destruído após ordens de reintegração de posse no ano de 2011.

Em um documento de 2010, intitulado "Empresa do Agrohídronegócio Causa Destruição Ambiental, Injustiça Social e Lesa a População de Ponto Novo – BA", o movimento apresenta as razões que levaram as famílias camponesas a ocupar o perímetro irrigado de Ponto Novo. Essas razões motivaram, inclusive, a realização de uma audiência com o governo do estado, com o objetivo de viabilizar o assentamento das famílias que lutavam pela terra desde 2008, bem como assegurar o assentamento de pelo menos 80 famílias no perímetro. O projeto

de irrigação, instalado em Ponto Novo por meio de concessões a empresas, gerava altos custos para o governo e já havia se mostrado economicamente inviável.

Uma das empresas beneficiadas dentro do perímetro, a Sítio Barreiras, ocupava uma área inicialmente retomada pelo movimento. A empresa representava um investimento de R\$ 8 milhões financiado pelo Banco do Nordeste (BNB), com apoio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), e possuía licenciamento ambiental que autorizava a ampliação do desmatamento da Caatinga, com aval da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e do Instituto do Meio Ambiente (IMA). Neste documento o movimento termina com a seguinte pergunta: “Se o agronegócio gera riqueza, por que precisa receber investimento do governo federal e estadual?” (MPA, 2010). O movimento também denunciou que a Sítio Barreiras, vinda de outro estado, utilizava o território local para produzir bananas em larga escala, com práticas prejudiciais como o uso intensivo de agrotóxicos e pulverização aérea. Essas práticas contaminam o solo, a água, os lotes vizinhos, onde famílias trabalhavam de forma ecológica, e até mesmo a cidade de Ponto Novo, situada a apenas 2 km da área. A pulverização, realizada principalmente nos finais de semana, dificultava as denúncias e a atuação dos órgãos fiscalizadores, evidenciando um cenário de negligência e desrespeito às comunidades locais. (MPA, 2010).

Em 2011, foi realizada uma audiência com representantes do governo do estado, na qual o movimento apresentou esse documento e identificou outros lotes improdutivos no perímetro irrigado, com a estimativa de assentar cerca de 80 famílias. No entanto, ainda em 2011, ocorreram novos despejos, acompanhados pela destruição dos bens das famílias acampadas. Abaixo algumas ilustrações apresentam a reintegração de posse – despejo das famílias acampadas do acampamento Terra Nossa, Ponto Novo.

Figura 42 - Moradias no primeiro Acampamento Terra Nossa, lote da empresa Sítio Barreiros.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2011).

Figura 43 - Reintegração de posse. Destruição da produção das famílias camponesas pela empresa Sítio Barreiras.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2011).

Figura 44 - Reintegração de posse. Famílias acampadas organizando seus itens para sair da área.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2011).

Figura 45 - Reintegração de posse. Famílias acampadas organizando seus itens para sair da área.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2011).

Figura 46 - Reintegração de posse. Famílias acampadas sendo expulsas da área pela polícia.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2011).

Figura 47 - Reintegração de posse. Famílias acampadas sendo expulsas da área pela polícia.



Fonte: arquivo MPA Bahia (2011).

Após estes e outros episódios de despejos, ficaram temporariamente abrigados em uma escola abandonada, retornaram ao perímetro em outro lote improdutivo destinado ao projeto Cabra Forte em que atualmente as famílias foram assentadas. Resistiram e ficaram abrigados no galpão deste projeto por 7 anos, as 30 famílias foram finalmente assentadas em 2014, conquistando o direito à terra e agora vivendo em suas próprias casas dentro do perímetro. (Oliveira, E. S, 2018). Importante salientar, que a empresa Sítio Barreiras continuou seu projeto de monocultivo de banana no lote em que as famílias fizeram o primeiro acampamento, e recentemente, decretou falência e saiu do perímetro irrigado para outro município no oeste da Bahia. Neste lote, atualmente, residem mais de 150 famílias que formam o Acampamento União.

Essas famílias são exemplos de resistências na conquista da terra e que atualmente moram cada uma em seu lote. Após a conquista da terra, iniciou a luta para a implantação dos lotes irrigados e pela implantação do sistema de água encanada para suas casas e comunidades

circunvizinhas, no Acampamento da Água. No ano de 2019, as 30 famílias assentadas foram contempladas com o sistema de abastecimento de água potável, no Assentamento Terra Nossa no município de Ponto Novo/Bahia.

O Acampamento Terra Nossa, atualmente transformado em assentamento, está localizado na região de Ponto Novo, Bahia. Partindo da cidade de Capim Grosso, deve-se seguir pela BR-407 em direção a Ponto Novo. No quilômetro 60, à margem esquerda da rodovia, encontra-se a entrada principal do assentamento. Sua localização fica a cerca de 5 km do centro de Ponto Novo e a 327 km de Salvador, a capital do estado. Ressalta-se que a área está localizada dentro do Assentamento Pajeú, no município de Caldeirão Grande – BA, sob jurisdição do INCRA.

Com uma área total de 3.211.485,00 m² e abrigando 30 famílias, o Plano Local de Desenvolvimento para o Assentamento Terra Nossa foi elaborado em 2013. O documento resultou de dois meses de intensas discussões com as famílias acampadas, realizadas em diversos encontros e reuniões envolvendo trabalhadores/as, a coordenação e a assessoria técnica do MPA, além do apoio de entidades parceiras. O principal objetivo do plano era apresentar ao governo do estado da Bahia, por meio da Secretaria de Agricultura e da Superintendência de Irrigação, um conjunto de propostas voltadas ao desenvolvimento das terras reivindicadas pelo MPA, situadas no município de Ponto Novo – BA (MPA, 2013). Desde então, o movimento e as famílias seguem firme na luta para que sejam implementadas todas as reivindicações.

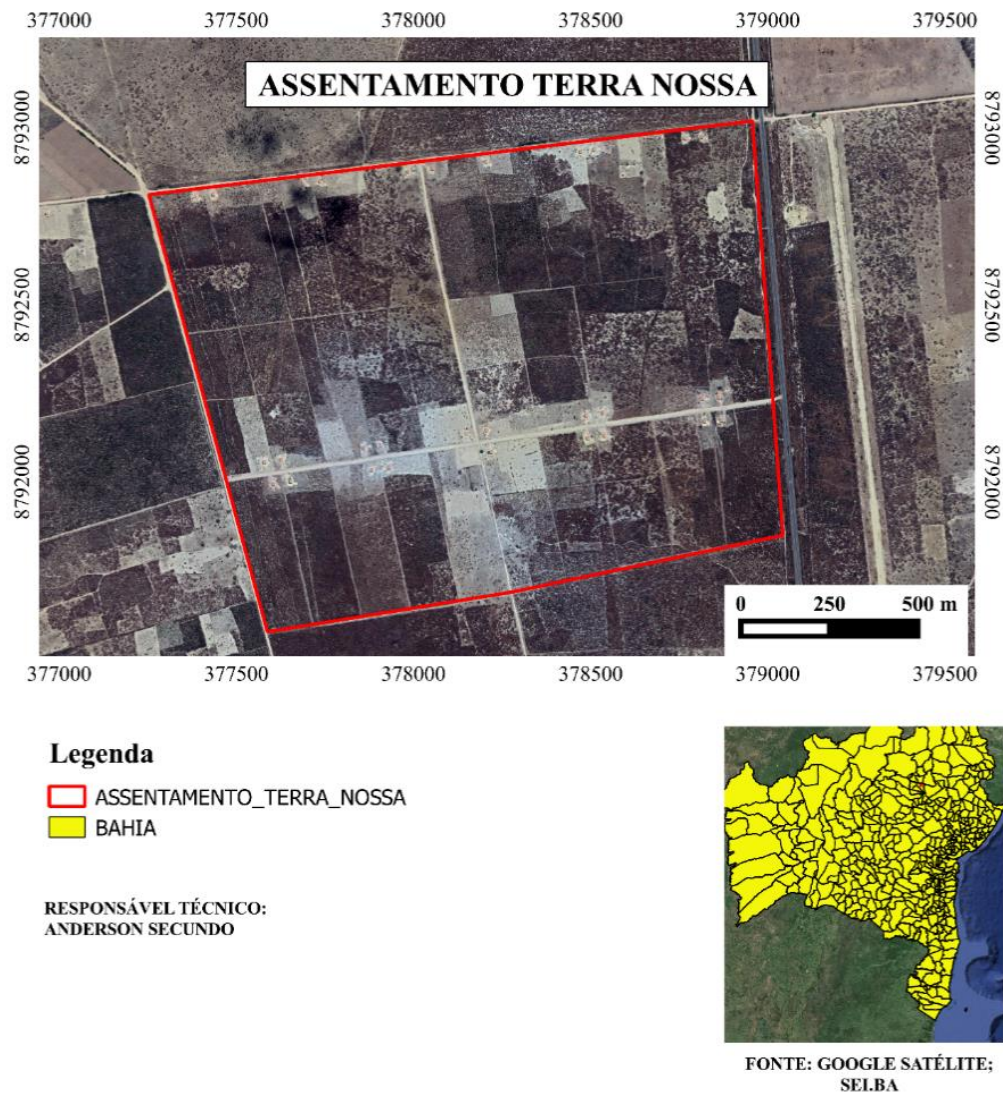
O Plano Local de Desenvolvimento para o Assentamento Terra Nossa apresenta um conjunto de propostas voltadas à organização comunitária, visando à implantação e consolidação de infraestrutura e serviços sociais na área. Os principais eixos incluem: moradia camponesa; saúde; infraestrutura para esporte, cultura e lazer; acesso à água; energia; agroindústria; educação. (MPA, 2013). Além disso, o plano destaca ações voltadas para a organização do espaço, a produção agrícola e pecuária e os seguintes objetivos:

1. Produção de alimentos saudáveis: Garantir uma produção livre de agrotóxicos e transgênicos, baseada nos princípios da agroecologia;
2. Respeito à natureza: Superar a separação entre áreas de produção e preservação estabelecida pela agricultura convencional;
3. Comercialização local e regional: Priorizar mercados próximos, fortalecendo a economia local. (MPA, 2013).

A área total do assentamento, de 320 hectares, e neste plano apresentado ao Governo do Estado está organizado da seguinte forma: 1. Lotes individuais: 192,2 hectares divididos em 31 parcelas individuais de 6,2 hectares irrigados para cada posseiro, com condições estruturais para desenvolver um sistema camponês de produção e garantir qualidade de vida. 2. Áreas

Coletivas: Área de Reserva Legal (RL), Central de Terminação de Cordeiro e Área para construção de estruturas comunitárias. Essas ações e divisões foram planejadas para promover o desenvolvimento sustentável do assentamento, respeitando as especificidades locais e as demandas da comunidade. (MPA, 2013).

Figura 48 - Mapa do Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo/BA



Fonte: Secundo (2024).

Em 2016, o MPA se reuniu com representantes do governo da Bahia para discutir as condições de produção para o Assentamento Terra Nossa/Pajeú. Investimentos foram anunciados através do Bahia Produtiva e Pró-Semiárido, incluindo a instalação da tecnologia Fuse Gate na barragem. Na reunião o MPA apresentou as seguintes demandas:

- a) Viabilizar a concessão de uso de 5 hectares, sendo 3 irrigados por família, dentro da área do distrito em lotes empresariais improdutivos nas

proximidades do Assentamento Pajeú/Terra Nossa. Isso viabiliza as condições objetivas de produção;

b) Beneficiar as famílias Assentadas, especialmente a juventude, no Projeto de Piscicultura a ser conjugado com a implantação do Fusegate;

c) Implantar Agroindústria Polivalente para beneficiamento de frutas do perímetro. O público diretamente envolvido são as famílias Assentadas e os pequenos produtores beneficiários do perímetro;

d) Por fim, anunciar a entrega de um trator de pneus com todos os implementos às 30 famílias do Assentamento Terra Nossa/Pajeú. (MPA, 2016).

Já no ano de 2018, aconteceu a reunião entre o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e representantes do Governo da Bahia aconteceu no escritório da CAR/Pró-Semiárido, em Salvador, no dia 13/12/2018. O encontro teve como objetivo discutir propostas de alterações dos projetos executivos de implantação do sistema irrigado do Perímetro Irrigado de Ponto Novo, com a seguinte pauta: Realocação dos lotes (B1, B2, B3, B4) para a área de pivô central; eliminação da estrada ao lado do dreno 17; garantia de manutenção do galpão e redimensionamento do lote B9; recálculo das áreas dos lotes (B9, B10, B23, B24); outros temas de interesse do MPA. (MPA, 2018).

O coordenador do CAR/Pró-Semiárido, iniciou a reunião contextualizando a situação, falando sobre os seguintes pontos: estudos básicos concluídos para os 120 hectares; equipe técnica multidisciplinar; topografia/demarcação de lotes em andamento; análise de viabilidade do perímetro de irrigação (fase de conclusão); projetos executivos do sistema de irrigação (fase de conclusão).

Além dos pontos da pauta, o MPA fez as seguintes proposições para inclusão e encaminhamentos nesta reunião: disponibilidade de água para irrigação e abastecimento humano; ocupação da área do assentamento União (antigo sítio Barreiras); demarcação de lotes; compromissos e acordos com o Governo do Estado em 2016 que ainda não foram implantados; necessidade de estabelecimento de prazos e metas; proposição de subsídio para o MPA após instalação do sistema irrigado por 1 ano. (MPA, 2018).

Com resultado desta negociação foi firmado um convênio por meio do Pró-Semiárido, projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), mediante acordo de empréstimo entre o Governo da Bahia e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), no ano de 2019. Atualmente, esse projeto ainda não foi concluído.

Nesta pesquisa, seis famílias assentadas do PA Terra Nossa compartilharam suas histórias ao responder à seguinte pergunta do questionário: "Desde que ano sua família vive na

comunidade? Conte um pouco a história de sua família." Das seis, estaremos destacando as respostas de três famílias.

Veja a seguir: A família de P. S. dos Santos e L. da S. dos Santos contou que chegou ao acampamento Terra Nossa e fez parte da luta pela terra.

2008. Nascida e criada em Pindobaçu olhos d'água e Pedro natural de ponto Novo várzea do morro. No surgimento, soube através do rádio, informando que quem quisesse acampar pudesse vim. Imediatamente foram ao encontro dos dirigentes e iniciaram a luta. 12 membros da família. (Santos; Santos, 2023)

A família R. P. Sousa relatou um pouco a história do acampamento, atualmente, assentamento PA Terra Nossa.

O ingresso no MPA, é desde o ano de 2003 com a alfabetização de jovens e adultos e em 2008 na luta pela terra com a ocupação do perímetro irrigado de Ponto Novo. Nesse período se deu a luta pelo acesso a água encanada no assentamento e em outras localidades. Atualmente o assentamento contempla 30 famílias com acesso a água, terra e as condições de trabalhar na terra. (Sousa, 2023).

A família L. S. Andrade e M. M. Silva contou que fez parte da luta pela terra desde os primeiros dias da construção do acampamento.

Desde 2008, quando o acampamento pela terra surgiu eu cheguei com 15 dias que tinha começado. Eu vim do município de Itiúba a pé para ver sobre a terra que tinha ouvido falar em Ponto Novo e já fiquei, fui no mesmo dia fazendo meu barraco e depois fui buscar a família. Com um ano a esposa me chamou para desistir e irmos embora, ela foi e segue e estou até hoje. (Andrade; Silva, 2023).

Essas histórias das famílias do PA Terra Nossa relatam experiências individuais, mas também ilustram a atuação do MPA que luta por justiça social e reforma agrária no Brasil. Elas refletem a luta contínua por direitos à terra, acesso a recursos e a construção de uma vida digna no campo, evidenciando a importância da solidariedade e da organização comunitária na busca por melhorias nas condições de vida. Abaixo, apresentamos algumas fotos que caracterizam a comunidade.

Figura 49 - Moradias comunitárias no Acampamento Terra Nossa.



Fonte: Arquivo MPA BA (2008).

Figura 50 - 1º ano de luta do Acampamento Terra Nossa.



Fonte: Arquivo MPA BA (2009).

Figura 51 - Momento místico no acampamento Terra Nossa.



Fonte: Comunicação MPA-BA (2009).

Figura 52 - Audiência Pública Audiência pública no acampamento Terra Nossa.



Fonte: Comunicação MPA-BA (2010).

Figura 53 - 1ª tentativa de despejo no Acampamento Terra Nossa.



Fonte: Arquivo MPA BA (2010).

Figura 54 - Construção da Biblioteca de bioconstrução do Acampamento Terra Nossa.



Fonte: Arquivo MPA BA (2011).

Figura 55 - Construção do fogão bioconstrução do Acampamento Terra Nossa.



Fonte: Arquivo MPA BA (2011).

Figura 56 - 2º Acampamento da Juventude no Galpão do Projeto Cabra Forte (acampamento Terra Nossa). do MPA Bahia.



Fonte: Arquivo MPA BA (2013).

Figura 57 - Audiência com representantes do governo do Estado no Galpão do Pulmão Verde - Assentamento Terra Nossa.



Fonte: Arquivo MPA BA (2016).

Figura 58 - Audiência com representantes do governo do Estado no Galpão do Pulmão Verde -

Assentamento Terra Nossa.



Fonte: Arquivo MPA BA (2016).

Figura 59 - Mobilização do Acampados Jornada de luta do MPA- BA na Br em Ponto Novo.



Fonte: Arquivo MPA BA (2016).

Figura 60 - Mobilização do Acampados Jornada de luta do MPA- BA na Br em Ponto Novo.



Fonte: Arquivo MPA BA (2016).

Figura 61 - Acampamento da Água no assentamento Terra Nossa.



Fonte: Comunicação MPA-BA (2018).

Figura 62 - Acampamento da Água no assentamento Terra Nossa.



Fonte: Comunicação MPA-BA (2018).

Figura 63 - Famílias do Assentamento Terra Nossa plantando árvore.



Fonte: Arquivo MPA BA (2020)

Figura 64 - Curso de agroecologia - Biopoder Camponês no acampamento Terra Nossa no município de Ponto Novo - BA.



Fonte: Arquivo MPA BA (2023)

4.4 O MPA e a luta pelo acesso à água encanada no semiárido baiano. O Projeto “Água em Minha Casa” na Comunidade Faz. Várzea Nova, Comunidade Quilombola e Assentamento.

Figura 65 - MPA ocupa a Paralela, o coração da capital baiana.

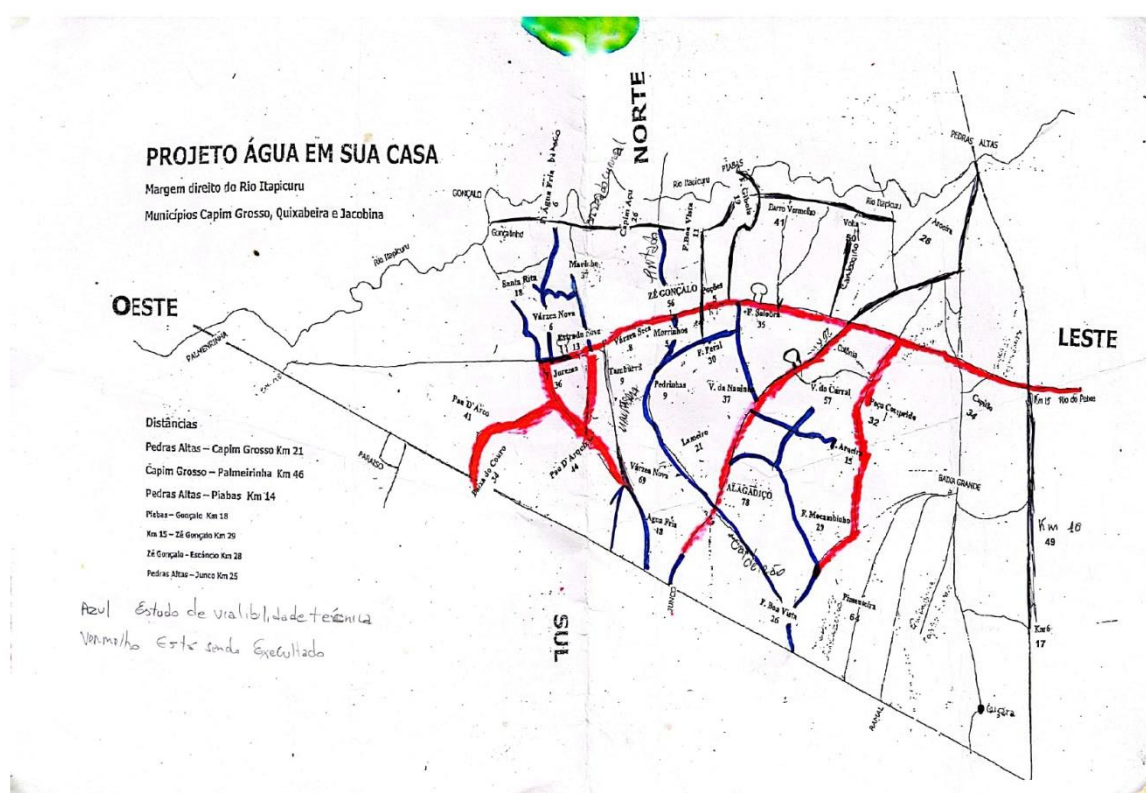


Fonte: Arquivo MPA Bahia (2011).

A luta por água dos camponeses/as no Centro Norte da Bahia se caracteriza como um elemento central para que se garanta a permanência no campo no Semiárido. Desde 2005, famílias camponesas organizadas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA conseguiram, através da luta, garantir o acesso à água encanada nas comunidades rurais difusas. (MPA, 2015).

O Projeto Água em Minha Casa, elaborado pelo MPA, busca garantir a soberania hídrica para as famílias camponesas no semiárido baiano. Através de parceiras com organizações comunitárias, com realizações de várias mobilizações, reuniões comunitárias, audiências públicas e negociações com órgãos governamentais, as famílias estão conseguindo acesso a este recurso hídrico. A participação ativa da comunidade, desde a fase de construção até a execução do projeto, foi fundamental para o sucesso da iniciativa. (Oliveira, É. A. S. 2018).

Figura 66 - Mapa construído pelos militantes do MPA no ano de 2012 da primeira fase do projeto “água em minha casa” que contemplou a comunidade Fazenda Várzea Nova com água.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2012).

Este mapa ilustra a participação ativa da comunidade. A área marcada em vermelho

representa o projeto de viabilidade técnica apresentado pelo governo do estado, enquanto a área em azul indica as regiões identificadas pelo movimento como parte das comunidades que deveriam ser beneficiadas pelo projeto, mas que, na prática, não foram incluídas na execução. Após o monitoramento e fiscalização realizados pela militância do movimento e pelas famílias envolvidas, a obra que estava sendo executada foi paralisada. Em seguida, foi montado o "Acampamento da Água", e a comunidade da Fazenda Várzea Nova, uma das principais comunidades envolvidas na luta pelo fornecimento de água encanada, foi incluída no mapa de execução do projeto.

O "Acampamento da Água" é uma forma de paralisação das obras em andamento, com o objetivo de pressionar o governo a atender às demandas das famílias. Essa estratégia de luta foi utilizada inicialmente no ano de 2005 pelas famílias do município de Caém, durante a paralisação do projeto de abastecimento de água para o povoado de Piabas.

O projeto, que inicialmente levava água da barragem de Pedras Altas para o povoado, não contemplava as famílias camponesas cujas propriedades eram atravessadas pela tubulação. Foi por meio do Acampamento da Água que as famílias exigiram que o governo do Estado incluísse no sistema de abastecimento também as comunidades rurais que precisavam da água. Essa forma de luta foi pioneira e resultou na inclusão da comunidade quilombola de Várzea Queimada e mais quatro comunidades no projeto. Ela teve continuidade e se tornou uma das principais formas de luta utilizadas pelo MPA na região. Dessa forma, tem conseguido contemplar inúmeras famílias, tanto diretamente quanto indiretamente, possibilitando o acesso à água.

Figura 67 - Missa no Acampamento da água no povoado Paudarquinho em Jacobina com Pe.

Luiz Tonetto.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2012).

Segundo Fernandes (2012), “os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra”. Essa modalidade foi amplamente utilizada pelas famílias que lutaram pela terra no acampamento Terra Nossa, sendo uma forma de luta camponesa. Assim como os acampamentos da terra, organizados pelos sem-terra, os acampamentos da água são fruto do trabalho de base do MPA na região, onde as famílias camponesas decidem que querem ter acesso à água de qualidade e tratada. Como resultado destas experiências, elas paralisaram a obra e se acamparam em barracos de lona preta até que o governo do estado atendesse sua demanda. Nesse sentido, os acampamentos da terra e da água cumprem funções semelhantes, incluindo a pressão sobre o governo para garantir seus direitos. O objetivo final é o acesso ao direito à terra e ao direito à água.

Figura 68 - Famílias que lutam por água encanada do Projeto água em minha casa ocupa a Embasa, escritório em Senhor do Bonfim - BA e pressiona para execução do projeto.



Fonte: MPA Bahia (2012).

Como se pode perceber, a participação ativa das famílias camponesas é essencial para garantir o êxito nas reivindicações desses direitos básicos, como o acesso à água potável. Sobre essa questão, destacamos a seguinte resposta fornecida pela coordenadora M. S. Fagundes no questionário:

Na verdade, sobre essa ação do MPA em específico, se não tivéssemos uma visão coletiva e de parceria talvez teria sido mais complexo pois, um de nossos princípios é a construção coletiva das ações e com base real nas pautas levantadas de forma coletiva, comunitária e/ou territorial. Nesse sentido, nossa visão e ações de fiscalização também se deu a partir dos/as próprios beneficiários/as que, com os pés no seu chão e na organicidade do MPA não se deixou vacilar, desde possíveis equívocos durante a construção do projeto até sua execução. Cabe salientar que o processo anterior de organização, formação e participação nas necessárias mobilizações foram fundamentais para a efetivação dessa conquista tão importante. De modo geral, nós da coordenação participamos ativamente, desde os momentos de reuniões, até às negociações em cada fase desse processo. Não há nada solto, sempre existia uma conexão das ações do movimento como um todo com essas pautas constantes em nossa região. (Fagundes, 2023).

Através da luta articulada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), cerca de 5 mil famílias na Região Centro Norte da Bahia já foram beneficiadas com água encanada. Os municípios contemplados incluem Caém, Caldeirão Grande, Capim Grosso, Quixabeira, Jacobina, Itiúba, Senhor do Bonfim, Ponto Novo e São José do Jacuípe. Essas famílias estão distribuídas em aproximadamente 70 comunidades. Entre elas, 143 famílias pertencem à

comunidade quilombola Várzea Queimada, 38 famílias à comunidade Fazenda Várzea Nova e 30 famílias ao assentamento Terra Nossa.

Como resultado dos questionários, nesta seção, as questões tiveram a intencionalidade de saber sobre a participação, as motivações, as sobre as mudanças que teve para as famílias, especialmente, para as mulheres após a conquista da água encanada. Além de compreender a questão a partir dos participantes da pesquisa sobre a contribuição do MPA nesta importante conquista.

Figura 69 - MPA mobiliza e ocupa o Perímetro Irrigado em Ponto Novo reivindicando ao governo do estado o direito à água e a terra.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2009).

Os coordenadores do MPA destacaram como se deu a sua participação e a mobilização dos beneficiários na luta pela água encanada. As comunidades envolvidas já faziam parte do MPA ou se tornaram base do movimento através dessa luta. A contribuição dos beneficiários foi essencial, estando presentes em todas as fases da efetivação, desde mobilizações até audiências públicas. As famílias contribuíram com recursos financeiros, colaboraram na organização dos acampamentos e convidaram outros a se juntarem à luta. Um dos coordenadores relata como se deu essa participação.

Inspirados/as na conquista das comunidades base do MPA no município de Caém, lideranças dos municípios de Capim Grosso, Quixabeira e Jacobina atenderam ao chamado do MPA, do Grupo Água, Saúde e Vida da Paróquia de Capim Grosso a realizarem um mutirão de sensibilização dos moradores de comunidades de uma área que interliga estes três municípios margeando o Rio Itapicuru Mirim e a Barragem de Pedras Altas, muita gente se somou,

mais de 2 mil famílias cadastradas através de reuniões e encontros por proximidade gerando um processo de mobilização e pressão junto aos órgãos do governo do estado com competência para solucionar a demanda (CERB – Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia e EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. com mediação da SIHS – Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento) e depois de um processo intenso de reuniões com representantes em Salvador, na Estação Regional a EMBASA de Senhor do Bonfim e em Capim Grosso, com algumas intervenções com ocupações, acampamentos a conquista foi alcançada e hoje todas as famílias da região desfrutam deste empenho organizativo e autônomo liderado pelo MPA. Eu estive muito ativo em todo o processo, desde a articulação inicial das demais lideranças, por ter liderado a luta vitoriosa do município de Caém. (Silva, 2023).

A contribuição dos beneficiários/base do MPA foi vital para o sucesso das iniciativas em prol do acesso à água. A participação ativa e engajada dessas famílias não apenas fortaleceu a luta pelo projeto "Água em Minha Casa", mas também evidenciou a importância da mobilização comunitária na conquista de direitos básicos. Para uma das coordenadoras do MPA na região:

[...] sua principal contribuição foi se juntar no processo organizativo, pois uma luta como essa não se concretiza estando desorganizados/as. E outra é estar presente nas diversas fases da efetivação, desde mobilizações, não só com a pauta específica da água, mas com a pauta de outras comunidades organizadas no MPA que demandam da mesma coisa ou outras necessárias para desenvolvimento desses locais, mas também em audiências públicas, mesa de negociações, acampamentos de lona em locais estratégicos que dialogavam com a pauta concreta... E assim por diante. (Fagundes, 2023).

As respostas fornecidas pelas famílias indicam uma forte participação e envolvimento das comunidades na luta pela água encanada, destaca a contribuição do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) nas mudanças e melhoria da qualidade de vida. Do mesmo modo que destacam a participação das famílias nas reuniões, assembleias, audiências públicas, mobilizações, acampamentos promovidos pelo movimento e outras organizações locais em torno dessa questão. Todas as respostas foram afirmativas a esse respeito.

O principal motivo foi sem sombra de dúvidas a luta e a resistência do povo junto do movimento social MPA que bateu à porta do Estado e disse, temos direito à água e vamos fazer lutas e mobilizações, acampamento e etc. (Santos, 2023.)

As razões mencionadas para participar das lutas e ações que desencadearam a conquista da água encanada incluem a resistência, organização e luta do MPA, destacando o papel crucial do movimento na articulação e defesa dos direitos básicos das comunidades rurais envolvidas. Além disso, as respostas apontam para a melhoria nas condições de vida após a

implantação do sistema de abastecimento de água. Os participantes da pesquisa destacaram que diminuiu o sofrimento durante períodos de estiagem, a falta de água para animais e uso pessoal. Para Abreu, assentada no PA Terra Nossa, sua vida mudou após a conquista por água encanada. Em suas palavras, “Muitas coisas. Pois antes tinha que pagar carro pipa. Não tinha como plantar nada, e agora fazemos uma horta, saciamos a sede dos animais, temos uma vida mais tranquila.” (Abreu, 2023).

Figura 70 - Na ocupação do escritório da Embasa em Senhor do Bonfim - BA, MPA apresenta o mapa do projeto água em minha casa e pressiona para que todas as famílias sejam atendidas pelo Projeto água em minha casa.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2012).

A população e a sociedade civil se envolveram na luta pela água encanada na Região Centro Norte da Bahia, que teve apoio direto e indireto de diversas entidades parceiras e indivíduos que compreendiam a causa. A população acolheu a luta e demonstrou solidariedade através de visitas, doações e participações ativas. No entanto, houve quem, influenciado pela mídia, visse os ativistas como causadores de desordem. Como pontua uma das lideranças do movimento em sua resposta ao questionário. “Tinham apoio de entidades parceiras assim como de pessoas que eram conhecedoras da causa, mas muitos manipulados pela mídia, viam o povo que faziam a luta como baderneiros”. (Rios, 2023).

Figura 71 - Audiência Pública promovida pela MPA com EBASA E CERB para discutir a

execução do projeto água em minha casa em Jacobina, Bahia.



Fonte: MPA Bahia (2012).

A participação da população e da sociedade civil foi crucial para a conquista alcançada. Houve demonstração de solidariedade de setores organizados, políticos e indivíduos específicos que contribuíram positivamente para o esforço coletivo. No entanto, é importante reconhecer que também houve obstáculos. Alguns colocaram barreiras no caminho por interesses mesquinhos, incluindo o oportunismo eleitoral, especialmente comum em municípios menores. Essas ações foram fortemente combatidas para preservar o verdadeiro mérito da conquista: a organização e mobilização da população. A vitória, portanto, é um testemunho do poder da população organizada.

Houve uma solidariedade importante de setores organizados e até políticos e de pessoas em específico que veio a somar. No entanto, não devemos negar que houve quem colocou pedras no caminho por interesses mesquinhos até os tão comuns nos municípios pequenos, oportunismo eleitoral. Que de nossa parte, foi altamente combatido no sentido de preservar o verdadeiro mérito dessa conquista que é a população organizada. (Fagundes, 2023).

As respostas coletadas revelam uma percepção bastante positiva e impactante por parte das mulheres da família em relação ao acesso à água encanada. A unanimidade nas respostas destaca a transformação significativa que essa conquista trouxe para as suas vidas. Diversos benefícios foram mencionados, tais como o fim das dificuldades relacionadas à obtenção de água, especialmente para uso doméstico. A interrupção da dependência de fontes distantes, como rios a 12 km de distância, é destacada como um alívio, proporcionando mais eficiência nos afazeres diários, como a limpeza e os cuidados domésticos. Além dos ganhos práticos,

como a economia de tempo e esforço antes dedicados à busca por água, algumas respostas ressaltam impactos mais amplos.

Eu avalio que foi uma conquista muito boa. Só pelo direito de fazer os serviços de casa, lavar roupas sem ter que buscar água longe já é uma benção. Às vezes eu uso, no período de muita estiagem, para poder plantar as minhas verduras. (Silva; Silva, 2023).

A resposta enfatiza a importância do acesso à água para tarefa desempenhada, principalmente, pelas mulheres, sugerindo que as famílias utilizam a água encanada para diversas finalidades. A pesquisa indica que o acesso à água encanada não apenas resolveu os desafios imediatos relacionados à obtenção de água, mas também teve impactos mais amplos na saúde e no trabalho doméstico. Além disso, a conquista é percebida como um resultado da luta, refletindo não apenas uma mudança material, mas também um sentimento de protagonismo e realização pessoal. Esta foi uma ação de conquista do direito à água que contou com a participação política dessas mulheres.

Figura 72 - Mulher com uma criança levando água na cabeça para casa situação vivenciada, principalmente, pelas mulheres antes do acesso a água encanada.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2012).

Ainda, no que tange à importância do sistema de abastecimento que possibilita o acesso à água para as famílias, um dos coordenadores relatou que, como resultado, houve a diminuição do êxodo rural devido à falta d'água e à escassez.

De extrema importância muitas famílias iam embora das comunidades pela falta d'água ou frequentava apenas roça, mas não moravam pelas dificuldades de água no dia, a região valorizou o valor dos terrenos no preço de mercado e etc. Muitas famílias não tinham sequer uma cisterna e os que tinham uma de consumo, era insuficiente para armazenar toda a água que consumira durante todo o período de estiagem. Uma cena muito comum era os camponeses levando o gado para beber no rio ou açude mais próximo, geralmente a uma distância em que os animais já retornavam com sede, outra cena marcante era o grupo das mulheres que iam de carroça ou a pé, lavar roupas no rio a uma distância de até 10 quilômetros. Olhando para as necessidades domésticas e agropecuárias, o projeto auxiliou na autonomia das famílias, garantindo que estas pudessem ter animais e algumas plantas e principalmente, proporcionando comodidade para as mulheres por não precisarem ir todos os dias buscar água nos barreiros como era antes. (Oliveira; Secundo, 2023).

De modo geral, a implementação de um sistema de abastecimento de água potável tem um impacto positivo significativo nas famílias beneficiadas. Primeiro, porque as famílias obtêm, com esforço, acesso a um bem natural indispensável à sua existência e, ainda mais, com o tratamento adequado pelos órgãos competentes. Isso melhora a qualidade de vida e a saúde da população, evitando doenças provenientes de água contaminada. Além disso, as famílias não dependiam mais de carros-pipa, tornando-se independentes de políticos que se aproveitavam da situação para trocar água por votos, criando o mecanismo do chamado voto de cabresto.

Figura 73 - Escavação e construção do sistema de abastecimento.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2012).

A qualidade de vida das famílias e comunidades que conquistaram o acesso à água tratada em suas casas se expressa em vários aspectos. Isso inclui a garantia de acesso, a redução da contaminação por parasitas, a redução da penosidade das famílias - especialmente das mulheres - no trabalho da busca de água em açudes ou rios distantes seja com a “lata d’água na cabeça” ou na carroça com jumento. Há a otimização do tempo da família ao evitar os longos percursos diários para buscar água. As mudanças são muitas, incluído, aumento da produção de alimentos e a melhoria da qualidade da alimentação familiar e a elevação da autoestima das comunidades camponesas. É um conjunto de transformações das famílias contempladas com esta ação. Essas ações também têm o potencial de provocar, questionar e viabilizar a soma de mais pessoas e entidades que se solidarizam e se juntam na luta pelos direitos básicos.

4.5 A estrutura fundiária dos/as camponeses/as nas três localidades

No questionário, as famílias responderam à seguinte pergunta: 'A respeito da estrutura fundiária, qual o tamanho da terra em que você e sua família vivem?'. Com isso, procurou-se entender se o tamanho da propriedade influencia o acesso às políticas públicas, especificamente à cisterna de produção, chamada de 'segunda água' pela Articulação do Semiárido (ASA).

O número de famílias que já acessaram a segunda água no Semiárido não é tão modesto, mais de 201 mil, no entanto, só representa 20% da demanda possível, que é de 1 milhão de tecnologias. Esta demanda possível, menor que a apresentada para a primeira água, se explica objetivamente pelo fato de um grande número de famílias no Semiárido serem sem terras, ou, com áreas muito pequenas, insuficientes até mesmo para a construção de uma segunda tecnologia. (ASA Brasil, 2019).

O semiárido destaca pela predominância de pecuária extensiva e atividades agropastoris de subsistência, região principalmente ocupada pela agricultura familiar. Essas atividades, que eram secundárias no processo de industrialização da Bahia, (Oliveira, 2013) ainda são relevantes, pois quase 40% de toda a área dos estabelecimentos agropecuários no semiárido brasileiro, chegando a quase 45% na Bahia, ainda possuem pastagens. (INSA, 2017). A região, historicamente, foi considerada uma região pouco atrativa para o capital, (Oliveira, 2013), em respeito à estrutura fundiária, apesar de algumas reduções na concentração de terras, de acordo com Santos et al. (2020), no artigo "a estrutura fundiária da Bahia apresenta um alto grau de concentração de terras, com base no índice de Gini , ainda é concentrada, e carece de políticas de desenvolvimento rural que considerem suas particularidades e visam aumentar a produtividade dos pequenos agricultores:

O estado da Bahia possui características históricas marcantes quanto à

evolução de sua estrutura fundiária, denotando uma expressiva desigualdade quanto à posse e ao uso de terras para fins agropecuários. Este fato pôde ser confirmado pelo IG terra nos anos de 2006 e 2017 que identificou um alto grau de concentração da terra na maioria dos municípios baianos, apesar de pequena diminuição da concentração de forte a muito forte do ano de 2006 para 2017. (Santos et al., 2020, p. 625).

Quando se trata da desigualdade na distribuição da terra no semiárido baiano, a situação não é diferente da que ocorre no restante do Brasil. Os dados do último censo agropecuário de 2017 demonstram que a estrutura fundiária no Brasil é uma das mais desiguais do mundo, com uma grande concentração de terra em poucas mãos. Aproximadamente 1% dos proprietários de terras possuem mais de 50% das terras agrícolas do país. (Oxfam Brasil, 2023). A maioria dos estabelecimentos agrícolas tem áreas menores, sendo a faixa de 1 a 10 hectares a mais comum, representando 38,2% do total. Os pequenos agricultores, os assentados da reforma agrária e a comunidade quilombola, objeto deste estudo, fazem parte do grupo que possui áreas menores, caracterizando a agricultura camponesa, na qual predominam as pequenas e médias propriedades. (IBGE, 2023).

Nesta pesquisa, procuramos envolver três categorias distintas do campesinato: os quilombolas, os sem-terra/assentados e os pequenos produtores. Os resultados proporcionam uma visão abrangente das práticas agrícolas e do uso da terra nessas comunidades, revelando as diferentes realidades, desafios e o tamanho da terra. Elementos que fornecem informações sobre a estrutura fundiária que caracteriza o campesinato na região. As respostas das 13 famílias revelam que enquanto alguns pequenos agricultores possuem terras em torno de 4-6 hectares, os quilombolas também apresentam variação, possui em média 6 hectares, indicando uma pequena diferença na estrutura fundiária entre as famílias nessas comunidades. As famílias do PA Terra Nossa têm uma distribuição padronizada de 11 hectares para cada família.

Ambas as famílias, inclusive as do assentamento, não possuem um módulo fiscal. A saber, o Módulo Fiscal é uma unidade de medida em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. Ele expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável (EMBRAPA, 2023). Nos municípios de Caém e Jacobina, o módulo fiscal corresponde a 60 hectares, enquanto em Ponto Novo corresponde a 65 hectares.

4.6 Sobre as condições socioeconômicas e tamanho das famílias

A Articulação do Semiárido - ASA Brasil (2019) e o MPA (2019) deixam claro que

quando as famílias camponesas obtêm as tecnologias sociais, como por exemplo, cisternas, melhora a qualidade de vida e diminui os desafios cotidianos de ter água para os gastos diários. Seguindo essa premissa, vê-se que é possível as experiências analisadas mostrar o caminho para a Soberania Hídrica e alimentar.

Do total das 13 famílias que responderam ao questionário, duas famílias são da Comunidade Quilombola de Várzea Queimada – Caém, cinco são da comunidade Fazenda Várzea Nova – Jacobina e seis do Assentamento Terra Nossa – Ponto Novo.

No questionário, as famílias puderam responder à pergunta “qual é a renda mensal da família?” nas opções da múltipla escolha, as opções foram: Zero a R\$ 1.000,00; R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00; R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00; R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00; R\$ 4.001,00 ou mais. Aqui estão algumas observações sobre os resultados:

Dos resultados, 30,8% das famílias que responderam os questionários têm uma renda familiar que não ultrapassa R\$ 1.000,00. 38,5% relataram que a renda mensal não ultrapassa R\$ 2.000,00. 15,4% das famílias informaram ter uma renda entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00. Outros 15,4% disseram que a renda mensal não ultrapassa R\$ 4.000,00. Numa leitura rápida, poderíamos que as dizer as condições socioeconômicas são variáveis. Porém, ao observar os dados sobre quantidade de membros por família, verificamos que existe similaridade. Isso sugere que a grande parcela, parte significativa das famílias entrevistadas está enfrentando desafios econômicos, com algumas enfrentando desafios financeiros mais significativos do que outras, considerados assim, baixa renda.

A combinação de dados sobre renda e tamanho da família é fundamental para uma avaliação completa das condições socioeconômicas das famílias no contexto do projeto de água encanada no semiárido baiano. 23,1% das famílias têm entre 1 e 3 pessoas; 61,5% das famílias têm entre 3 e 5 pessoas; 7,7% das famílias têm entre 5 e 8 pessoas; 7,7% das famílias têm entre 8 e 10 pessoas. A maioria das famílias está na faixa de 3 a 5 pessoas, indicando tamanho médio de membros por famílias. Os dados sugerem uma similaridade nas condições socioeconômicas das famílias atendidas pelo projeto de água encanada, destacando a importância das políticas públicas e sociais neste contexto. Assim como, colabora na construção de estratégias de desenvolvimento que atendam às necessidades específicas dessas comunidades.

4.7 Sobre as fontes de águas nas localidades e em casa

As respostas no questionário para as famílias camponesas indicaram que existem

diversas fontes de água em suas casas e localidades, incluindo água encanada, pequenos açudes, barreiros, tanques, poços e cisternas para captação de água da chuva, cisterna-calçadão e cisternas de enxurradas. Alguns deles também destacaram que, durante longos períodos de estiagem, quando as fontes das famílias e coletivas secam, precisam buscar água no rio. A água potável para consumo é armazenada na cisterna, geralmente com capacidade para 16 mil litros. As respostas à pergunta da pesquisa “Qual é a fonte de água para consumo humano de sua família?” Indicam que mais da metade das famílias, 84,6%, bebem água da cisterna para consumo humano. Enquanto isso, 15,4% sugerem que utilizam duas fontes de água: cisterna e água encanada, especialmente nos períodos de estiagem.

Para a produção de hortaliças, jardins e animais, utilizam a água armazenada nas cisternas-calçadão e cisternas de enxurradas. Para dessedentação animal, utilizam principalmente a água de pequenos açudes e poços. Porém, quando perguntado sobre como armazenar a água para produção e para os animais, as respostas indicaram que 53,8% tem a cisterna de produção, outros 23,1% disseram que utilizam água de Barreiros, enquanto 15,4%, falaram que armazena em Caixa d'água e 15,4% responderam que há outras formas de armazenamento específicas, por exemplo, tanque de lona e baldes.

Outras perguntas respondidas nos questionários foram: na comunidade existe unidade de beneficiamento da produção? Qual? Utiliza de água encanada e/ou outras fontes de armazenamento de água para este fim, quais? Neste bloco, analisaremos a partir da realidade cada localidade, identificamos que na comunidade Fazenda Várzea Nova tem uma cozinha comunitária de beneficiamento da mandioca e na comunidade quilombola de Várzea Queimada tem uma Unidade de beneficiamento de Farinha de mandioca (casa de farinha), em ambas localidades nessas pequenas fábricas utiliza-se da água encanada e armazena água em cisterna para beneficiamento da produção. No assentamento Terra Nossa ainda não tem nenhuma unidade de beneficiamento da produção.

Com base nas respostas das famílias das três localidades (Comunidade Fazenda Várzea Nova, Assentamento Terra Nossa e Comunidade Quilombola de Várzea Queimada), foi feita a seguinte pergunta: 'Quais são as tecnologias sociais que foram implementadas para sua família ou comunidade, que ajudam a amenizar os impactos da estiagem?'. A partir das respostas, podemos destacar que foi identificada uma variedade de tecnologias sociais implementadas para enfrentar os impactos da estiagem em cada localidade, além de verificar o quanto essas tecnologias mudaram radicalmente a vida das pessoas, que atualmente já dispõem de água de qualidade e tratada tanto para o consumo quanto para o uso em atividades domésticas.

A tabela abaixo descreve as fontes de água disponíveis nas localidades, os tipos de

tecnologias e recursos hídricos utilizados, bem como a forma de utilização da água.

TABELA 1 – formas de armazenamento de água das famílias camponesas

Denominação	Tipo de recurso hídrico	Utilização
Água para o uso doméstico	- Cisterna de captação e armazenamento de água da chuva. - Água encanada	- Água potável para beber, cozinhar. - Água para lavar roupas, higienizar a casa e tomar banho.
Água para agricultura e pecuária	- Cisterna de captação e armazenamento de água da chuva, calçadão ou de enxurrada.	Para a produção de alimentos, como frutas e hortaliças, ou para consumo animal.
Água da comunidade	- Pequenos açudes, aguadas, barreiros; - Poços; - Tanques particulares de uso coletivo; - Barragens subterrâneas;	- Água para os animais - Água para as plantações ao redor de casa - Água
Água na região	- Rio Itapicuru Mirim ⁷ ; - Rio Itapicuru Açu ⁸ ; - Nascentes; - Lagoas.	Normalmente, os carros-pipas são abastecidos nos rios e armazenados nas cisternas de produção. Esses recursos hídricos, a água sem tratamento, principalmente, no período de estiagem são fontes para suprir as necessidades dos animais e das plantações ao redor de casa.
Fonte: Elaboração própria com base nas respostas.		

A partir das respostas, podemos concluir que apesar desta variedade de fontes, nos períodos prolongados de estiagem, algumas famílias ainda precisam se deslocar para o rio e outras fontes distantes de sua residência para obter água para as suas demandas hídricas.

As famílias envolvidas nesta pesquisa responderam “por que falta água para as famílias camponesas”, e as respostas demonstram as percepções de cada uma sobre esse tema. As respostas não levam a um conjunto de motivos e razões. A falta de água nesta região pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo o clima seco, pouca chuva/estiagem e ausência de reservatórios, mas, investimentos recentes ajudaram a mitigar os impactos. Os participantes da pesquisa ainda destacam que há falta de interesse político na implementação de infraestrutura hídrica, isso pode ser motivado por questões políticas, econômicas ou de controle.

⁷ É um afluente temporário do Rio Itapicuru, com nascente em Miguel Calmon, também no Piemonte Norte da Chapada Diamantina¹. Em 2012, foi considerado como o segundo rio mais poluído no Brasil.

⁸ É o principal braço formador do Rio Itapicuru. Sua principal nascente se localiza no Piemonte da Chapada Diamantina (região norte da Chapada Diamantina). Seu curso segue no sentido Oeste-Leste, de forma praticamente perene durante o ano todo, fato relativamente raro nesta região.

Dando sequência a esta seção de perguntas do questionário, às famílias responderam à seguinte questão: "Quais são os pontos negativos da estiagem na região?" A resposta obtida indicou que a estiagem na região tem impactos significativos, levando à migração em busca de trabalho em outros estados, como exemplificado pelo caso da família Serafim dos Santos. O patriarca e seus filhos já precisaram ir para São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outras regiões em busca de trabalho e renda devido à estiagem.

De modo geral, as famílias responderam que os pontos negativos do período de estiagem incluem a falta de alimentos para o gado, o que resulta no aumento dos gastos com ração, a falta d'água, além das mortes de animais devido à fome e sede. A estiagem também contribui para o aumento de incêndios. Afeta diretamente a geração de renda das famílias e da região como um todo. A ausência de chuvas compromete o desenvolvimento das plantações, levando à perda de cultivos. Além disso, a dependência de recursos como carros-pipa para o abastecimento de água evidencia a vulnerabilidade das comunidades durante os períodos de estiagem.

Figura 74 - Camponês buscando água no rio Itapicuru-Mirim no longo período de estiagem no ano de 2012. Situação bastante comum antes da execução do projeto água em minha casa.



Fonte: Arquivo MPA Bahia (2012).

Por fim, as famílias responderam às seguintes perguntas: Alguém da sua família ou conhecido viajou para outro estado em busca de trabalho? Quando? Os motivos estão relacionados à estiagem? As respostas indicam que membros de suas famílias ou conhecidos viajaram para outros estados em busca de trabalho e, em vários casos, a decisão foi relacionada

à estiagem e seus impactos. Alguns mencionaram a falta de chuva como motivo para buscar oportunidades de emprego em regiões mais desenvolvidas, destacando a escassez de empregos na região de origem devido à estiagem. A busca por alternativas de renda, a falta de oportunidades locais e a impossibilidade de produzir devido à estiagem foram citadas como razões para essas migrações, evidenciando os desafios econômicos enfrentados pelas comunidades afetadas pela falta de chuva.

No questionário, às famílias e os coordenadores do MPA responderam à pergunta: "Quais são as soluções adequadas para o abastecimento de populações rurais difusas, por meio de um sistema de abastecimento viável que responda às demandas hídricas das famílias camponesas?" As perguntas buscam entender quais tipos de ações hídricas são mais efetivas na realidade do Semiárido, em sua comunidade e região, quais ações garantem o acesso à água com menor impacto ambiental, bem como quais ações apresentam maiores resultados com menor investimento.

O resultado da pesquisa evidencia a diversidade de tecnologias e abordagens consideradas efetivas, desde infraestruturas hídricas para as famílias, como cisternas, que são uma medida efetiva e de baixo impacto ambiental, até outras estruturas de pequeno porte. Também foram mencionadas medidas mais amplas, como a construção de barreiros, poços e barragens. Além disso, o estudo indica que a ampliação do atendimento a um maior número de pessoas está principalmente relacionada ao acesso à água encanada.

Por fim, nesta pesquisa, em que as famílias já têm acesso à água encanada e às tecnologias sociais para armazenamento de água, investigamos se as demandas por água (consumo humano, dessedentação animal, cultivo, uso doméstico, entre outras) já foram todas resolvidas. Se não, ainda falta água para as demandas da família e da comunidade? Apesar de algumas respostas indicarem que as demandas por água estão resolvidas, a maioria destaca a existência de necessidades não atendidas, como a construção de infraestrutura hídrica para produção de alimentos, a construção de poços, e a demanda por cisternas de consumo humano.

As respostas das famílias da Comunidade Fazenda Várzea Nova indicam que, embora exista um certo nível de acesso à água, ainda há demandas não atendidas relacionadas ao uso da água para diversas finalidades. Vamos analisar as principais observações feitas pela família Santos Oliveira:

Para produzir alimento, avaliamos que nossa família precisa perfurar um poço para fazer produção irrigada, pois, quando chove, plantamos e chega de período e não estamos conseguindo colher. A nossa demanda é ter água para produção de alimentos. (Oliveira; Oliveira, 2023).

A resposta à pergunta pela Família Sampaio segue na mesma perspectiva:

Na comunidade falta cisterna de produção, cisterna para consumo humano. Para a família há demanda para construção de um poço, porque quando planta o cultivo e não vai para frente. (Silva; Silvia, 2023).

Como visto, as famílias destacam a necessidade de perfurar um poço para possibilitar a produção irrigada de alimentos. Elas ressaltam que as irregularidades nas chuvas limitam a capacidade de colher os cultivos, indicando a importância da irrigação para garantir a colheita e, portanto, a segurança alimentar. As famílias identificam que, na comunidade, há a falta de cisternas de produção e de cisternas para consumo humano para os novos moradores. As demandas identificadas estão relacionadas principalmente à necessidade de água para a produção irrigada e à falta de infraestrutura adequada, como cisternas, para armazenamento e consumo. A perfuração de poços é sugerida como uma solução para atender a essas demandas e melhorar a produção de alimentos. Dessa forma, as respostas podem orientar futuras intervenções e políticas públicas no sentido de garantir um acesso mais eficiente e sustentável à água na região.

As respostas das famílias do Assentamento Terra Nossa à pergunta sobre as demandas por água indicam que, apesar de algumas famílias considerarem que suas necessidades estão sendo atendidas, há uma percepção geral de que ainda existem desafios e falta de acesso generalizado à água. Vamos analisar as principais observações, a Família Pereira de Sousa destaca que: “Não. Existe ainda um grande número de famílias e localidades à espera ou na luta pelo acesso às políticas que fortalecem a agricultura familiar”. (Sousa, 2023).

A resposta à pergunta pela Família Serafim dos Santos segue enfatizando: “Não. Falta cisterna de produção e infraestruturas de grande porte que supra a necessidade hídrica de animais e plantas por longos períodos, visando a estiagem”. (Santos; Santos, 2023).

A maioria das respostas indica que as demandas por água não estão totalmente resolvidas. Destaca-se que muitas famílias ainda não têm acesso adequado à água. Algumas respostas mencionam explicitamente a falta de acesso à água para o cultivo, indicando que as atividades agrícolas estão sendo afetadas pela escassez hídrica. Essas informações podem orientar esforços para melhorar a infraestrutura hídrica, implementar políticas específicas e promover a segurança hídrica no assentamento e nas comunidades circunvizinhas.

As respostas das famílias da comunidade quilombola também indicam que algumas famílias ainda não têm cisternas para armazenamento de água para o consumo e para a produção. A maioria das respostas indica que ainda existem demandas por acesso a tecnologias

relacionadas à água na comunidade. Entende-se que as necessidades não foram totalmente atendidas e persistem desafios na captação, distribuição e armazenamento de água.

No questionário para os coordenadores do MPA fizemos as seguintes perguntas, nas pautas do MPA nos últimos anos ainda existem demandas por acesso a tecnologias de captação, distribuição e armazenamento de água? O MPA tem feito o levantamento/pauta de demandas por água nas comunidades de V. Queimada, Fazenda V. Nova e Assentamento Ponto Novo? Quais? O levantamento de demandas por água nestas localidades revela uma variedade de necessidades e preocupações. Observe as respostas dos coordenadores do MPA abaixo: “Sim, existem muitas demandas de perfuração e instalação de poços, cisternas de produção e consumo, sistemas de abastecimento de água e construção de barreiros e açudes”. (Rios, 2023).

As respostas dos coordenadores são semelhantes:

Sim. Em Ponto Novo ligada ao acesso a irrigação para produção de alimentos saudáveis e para trabalho de produção de sementes crioulas, visto que tem uma barragem e já tem um Perímetro de Irrigação com necessidade de reestruturação no de seu formato e direcionamento. (Oliveira; Secundo, 2023).

Nos últimos anos, as demandas por acesso a tecnologias de captação, distribuição e armazenamento de água continuam sendo uma prioridade nas pautas do MPA, como revelado pelas respostas obtidas. A luta persiste, com diversas comunidades camponesas se empenhando na busca por soluções que garantam o acesso a água de qualidade para consumo humano e para a produção, especialmente nas regiões semiáridas. Apesar dos avanços alcançados, ainda há muito a ser feito, e muitas comunidades continuam sem acesso adequado a esses recursos essenciais. No entanto, há um sentimento de esperança e mobilização, conforme mais comunidades se inspiram em conquistas anteriores e se unem na luta por seus direitos básicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela melhoria da qualidade de vida no semiárido se apresenta como uma motivação para os camponeses e camponesas, que, diante das adversidades climáticas e do descaso governamental, desenvolveram um plano para conseguir a Soberania Hídrica e Alimentar em suas comunidades e região. Mediado pelo MPA, essas famílias a partir de suas demandas, têm contribuído na elaboração de políticas públicas, como por exemplo, Pró-Semiárido, cujo conteúdo é claramente as propostas formuladas pelo do MPA no Programa Camponês no Estado da Bahia. Tal ação tem alterado a histórica estrutura de poder oligárquico e fazendo enfrentamento aos “determinismos” da fome e sede nesta região.

Nessa perspectiva, os desafios enfrentados demonstram a necessidade de acesso à terra, água e conhecimentos técnicos apropriados sobre o semiárido para viver no campo com qualidade de vida. O programa inclui diversas demandas das famílias, ao longo do trabalho apresentamos, as iniciativas executadas, em andamento e as propostas das comunidades nestes municípios, uma análise a partir das respostas dos questionários e do estudo dos documentos do movimento.

O modo de planejar, construir e usar infra estruturas para armazenamento de água como a construção de cisternas, é um exemplo de como investir em políticas públicas de convivência com o semiárido que atende as necessidades básicas da maioria da população, enquanto, a construção do canal do sertão, é um exemplo de como usar a natureza de acordo com os interesses da oligarquia e do capital e de continuidade ao processo histórico excludente que marginaliza os modos de existir e viver dos povos desta região.

A região do semiárido baiano é predominantemente ocupada pela agricultura familiar, caracterizada pela presença de pequenos agricultores. Apesar de algumas reduções na concentração de terras, a estrutura fundiária ainda é concentrada, carecendo de políticas públicas de distribuição de terras para aumentar a sua produtividade.

A falta de água na região do semiárido baiano é atribuída a diversos fatores, incluindo o clima seco, a estiagem prolongada e a ausência de infraestrutura hídrica adequada nas perspectivas das famílias que responderam ao questionário. Os impactos da estiagem são relevantes e incluem a migração de membros das famílias em busca de trabalho em outras regiões, aumento dos gastos com alimentação para o gado, mortes de animais e perda de plantações, demonstrando a vulnerabilidade das comunidades durante os períodos de seca.

A pesquisa reflete a realidade de acesso à água de aproximadamente 150 famílias, representadas por membros das comunidades Quilombolas de Várzea Queimada – Caém,

Fazenda Várzea Nova – Jacobina, e Assentamento Terra Nossa – Ponto Novo. Onde foi apresentado o cotidiano das famílias para garantir seu direito básico à água.

Como visto, são três localidades em que as famílias camponesas conseguiram o acesso à terra de modo diferente, através do reconhecimento enquanto comunidade quilombola, por meio de documento de compra e venda da terra e mediante ocupação/acampamento em terra da união. São famílias que têm menos de 1 módulo fiscal para viver e que continuam na luta por direitos básicos, com acesso à água, à moradia, à alimentação e a tecnologias que permitam produzir alimentos. Podemos caracterizá-las como sendo exemplos de como o campesinato resiste no seu modo de ser e de viver. São comunidades afetadas pela escassez de investimento que atenda sua demanda hídrica até que através da luta consegue mudar esta realidade, bem como, de inúmeras violações de direitos humanos decorrentes das disputas por terra e água.

Ao abordar as alternativas organizativas das resistências e emancipatórias destes camponeses, faz-se necessário visibilizar as contradições do projeto de desenvolvimento destrutivo do capital nesta região, em que a apropriação das terras e das águas consiste em desencadear processos produtivos para acumulação do capital. No município de Jacobina, Caém e Ponto Novo a mineração, o latifúndio e o agronegócio invadem e dificultam a vida dos camponeses no seu modo de ser e de viver. Ao ocupar o Perímetro Irrigado em Ponto Novo, famílias camponesas re-territorializa em uma terra apropriada pelo agronegócio com a sua produção de frutas para exportação, ao conseguir reconhecimento enquanto comunidade quilombola, famílias camponesas quilombolas em Caém dá passos para demarcação de sua terra, ou seja, é o campesinato se fortalecendo e conquistando frente a ganância do modo de produção vigente.

A análise da luta pelo acesso à água e das demandas hídricas das famílias camponesas, especialmente nas comunidades atendidas pelo projeto “Água em minha casa” do MPA, revela tanto avanços como também desafios. Entre as conquistas já alcançadas, destacam-se a construção de cisternas para consumo humano e produção, além do abastecimento de água potável por meio de adutoras. Incluem a utilização de diversas fontes de água, como pequenos açudes, barreiros, tanques e poços comunitários. Essas estratégias são fundamentais para garantir o abastecimento de água para consumo humano, produção agrícola e dessedentação animal. Nos períodos prolongados de estiagem, algumas famílias ainda enfrentam dificuldades e precisam se deslocar para fontes distantes, como rios, para obter água. Por isso, elas identificaram como demandas a necessidade de novas ligações e a perfuração de poços para irrigação nas unidades familiares de produção, demonstrando que para a produção de alimentos é preciso atender a demanda das famílias por investimentos em tecnologias apropriadas para

armazenamento de água nas comunidades.

A implementação do sistema de abastecimento de água teve um impacto positivo significativo nas comunidades beneficiadas, melhorando a qualidade de vida, reduzindo doenças relacionadas à água contaminada e proporcionando autonomia para as famílias. Além dos benefícios físicos, como acesso à água potável, houve uma transformação social e política, demonstrando o protagonismo das comunidades na busca por direitos básicos. Embora tenha havido avanços, ainda existem demandas não atendidas, como a necessidade de infraestrutura hídrica para produção de alimentos e acesso adequado à água para diversas finalidades. As demandas por acesso à água continuam sendo uma prioridade nas pautas do MPA, refletindo a persistência na luta por soluções que garantam o acesso a água de qualidade para consumo humano e para a produção.

No que diz respeito à soberania alimentar, as iniciativas implementadas incluem a aquisição de tratores com implementos agrícolas, a emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), e a criação de infraestrutura como casas de farinha e cozinhas comunitárias. As demandas em andamento visam fortalecer ainda mais a produção local, com propostas para irrigação, beneficiamento de milho e produção de sementes crioulas. Desta forma, a luta pelo acesso à água e a busca pela soberania alimentar forma a base para a sustentabilidade e a resistência das comunidades camponesas, destacando a importância de políticas públicas que atendam a essas necessidades essenciais.

Com base no estudo dos planos de desenvolvimento locais elaborados para as localidades objeto desta pesquisa, bem como para outras comunidades base do movimento no estado da Bahia, especialmente considerando o plano de desenvolvimento das famílias camponesas do MPA na região, têm sido apresentadas propostas ao governo estadual. Essas iniciativas são acompanhadas por mobilizações e reivindicações voltadas ao atendimento de pautas relacionadas ao acesso à água e à soberania hídrica.

Este estudo oferece subsídios para aqueles interessados em compreender como as famílias camponesas se organizam e lutam por seus direitos. Além disso, contribui para a construção de um plano de desenvolvimento voltado ao campesinato no semiárido baiano, fortalecendo práticas sustentáveis e a autonomia das comunidades.

A análise da história de luta pelo acesso à água, aliada à compreensão das demandas hídricas das famílias camponesas do semiárido baiano, revela o esforço contínuo dessas comunidades em busca de sustentabilidade e soberania alimentar. Essa realidade é especialmente evidente nas comunidades beneficiárias do projeto “Água em Minha Casa”, que trabalham para transformar o acesso à água em um elemento central de seu desenvolvimento e

qualidade de vida.

Portanto, os resultados desta pesquisa residem na compreensão de que a superação dos desafios no semiárido não se limita a fatores climáticos, mas sim à busca por soluções tecnológicas, distribuição justa de recursos e transformações estruturais, demonstrando que é possível não apenas sobreviver, mas ter melhoria nas condições socioeconômicas.

Portanto, é essencial apoiar a agricultura camponesa e implementar políticas que não apenas reconheçam seu papel na segurança alimentar, mas também ajudem a melhorar as condições de vida dos camponeses.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- ABREU, Alesandra de Brito. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em agrária em marcha acelerada. [2020]. **Revista Da ANPEGE**, 16(29), 353–392. <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12434>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- ANDRADE, Lucineide da Silva; SILVA, Manoel Marques da. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.
- ANDRÉA, G. O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “Água para Todos”: uma análise do desenho jurídico-institucional e seu funcionamento | The National Programme of Universalization of Access and Use of Water - "Water for All": an analysis of the legal and institutional design and operation. **Revista Justiça Do Direito**, 31(2), 432-457. <https://doi.org/10.5335/rjd.v31i2.6059>. Acesso em: 22 out. 2023.
- ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. **Programa de formação e mobilização social para a convivência com o Semi-árido**. Recife, 2001.
- ASA BRASIL. **Acesso à água para populações do semiárido**. [2019]. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Várzea Nova, Paudarquinho e Adjacências - AVAP. **Estatuto**. 1994. Não publicado.
- BAÉZ, Fernando. **História da destruição cultural da América Latina**. SP: Nova fronteira, 2010. Introdução.
- BAHIA. Lei no 13.572, de 30 de agosto de 2016. Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**, Salvador. 2016.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. SC: Insular, 2013. Primeira parte.
- BRASIL. **Estatuto da Terra. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Política de Combate à Seca. [2017]**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/combate-a-seca-1>. Acesso em: 03 maio. 2024.
- BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social - MDS. **Relatório de programas e ações**. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Presidente Lula lança programa *Terra da Gente*, para assentar 295 mil famílias até 2026. Disponível em: Portal Gov.br. Acesso em: 18 abr. 2024.

BORJA, Patrícia Campo. LORDELO, Lidianne Mendes Kruschewsky. SANTOS, Juliana Elisa Silva. **Água, cisternas e Semiárido Brasileiro**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. 366p.; il.

CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE. **Diálogo**. Canoas, RS. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo>. Acesso em: 20 nov. 2023

CARDOSO, Ciro Flamarion e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. **História Económica de América Latina, Volume I - Sistemas agrários e história colonial**. BARCELONA (Espanha): Editorial Crítica, 1979. Caps. 1 e 2.

CASTRO, Josué, 1908-1973. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CARVALHO, H. M. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/157094151/MARTINS-Horacio-O-campesinato-contemporaneo-como-modo-de-producao>> acesso em 09 de set. de 2023.

CNN Brasil. Fatos Primeiro: Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/> > acesso em 30 de jan 2024.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-cadernos CES**, v. 164-183, 2012.

COSTA, André Monteiro. Água. In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Ana Keila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2023.

COSTA, Francisco de Assis. CARVALHO, Horacio Martins de. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p.115-122.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). Perspectiva aponta para recuperação de área de arroz e feijão na safra 2023/24. Publicado em: 19 set. 2023, 14h54. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5173-perspectiva-aponta-para-recuperacao-de-area-de-arroz-e-feijao-na-safra-2023-24>. Acesso em: 16 mar. 2024.

DOURADO, José Aparecido Lima. Agrohidronegócio e disputas territoriais no semiárido baiano: notas introdutórias. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 02, n. 2, p. 122-133, jul./dez. [2013]. DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.n1v2p122-133.

FAGUNDES, Marli Souza. **Questionário para os coordenadores/as**. 2023. Questionário não publicado.

FAO. A agricultura irrigada pode contribuir no aumento da produção de alimentos no Brasil. [2018]. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1110333/> Acesso em: 14 de out, 2023.

FAO. Pequenos agricultores familiares produzem mais de um terço dos alimentos no mundo. [2021]. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/fr/c/1397857/> Acesso em: 15 de out, 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p.21-32.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Via Campesina. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p.765-775.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. As raízes da fome e da comida cara, escreve Frei Sérgio Antônio Görgen. **PODER 360**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/economia/as-raizes-da-fome-e-da-comida-cara-escreve-frei-sergio-antonio-gorgen/>. Acesso em: 01 de out. 2023.

GOVERNO DA BAHIA. **Projeto Pró-Semiárido**. Disponível em: <https://www.car.ba.gov.br/projetos/pro-semiarido>. Acesso em: 31 ago. 2024.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003. Acesso em: 29 ago. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> Acesso em 27/11/2023.

INSA - Instituto Nacional do Semiárido (Brasil). **O Semiárido brasileiro**. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>. Acesso em: 12 de nov. 2023.

Instituto Nacional Do Semiárido (Brasil). **Sinopse do censo demográfico para o Semiárido brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2017. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/acervo-livros/198-Sinopse-fazer-censo-Demografo-parana-o-semiarido-brasileiro>. Acesso em 10/10/2023.

IRPAA. Notícias. **Mudanças climáticas e o Semiárido brasileiro.** [2021]. Disponível em: <https://irpaa.org/noticias/2312/mudana-sect-as-clima-iexcl-ticas-e-o-semia-iexcl-rido-brasileiro>. Acesso em 23/08/2023.

LÊNIN, Vladimir Litch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KATZ, Claudio Isaac. **A teoria da dependência 50 anos depois.** Expressão Popular, 2021.

MAB. **Entenda o contexto da luta pela água em Correntina-BA.** [2017]. Disponível em: <https://mab.org.br/2017/11/25/entenda-contexto-da-luta-pela-gua-em-correntina-ba/> Acesso em: 29 de out, 2023.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística.** Brasília: Confea, 2007. 140p. (Pensar Brasil).

MAPA DE CONFLITOS. **BA – Agricultores familiares e ribeirinhos são prejudicados por políticas de recursos hídricos.** Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-agricultores-familiares-e-ribeirinhos-sao-prejudicados-por-politicas-de-recursos-hidricos/>. Acesso em: 24 out. 2023.

MPA. **Ata de reunião do perímetro irrigado de Ponto Novo: propostas de alterações dos projetos executivos de implantação do sistema irrigado.** Salvador, 13 dez. 2018. Ata de reunião.

MPA. **Empresa do agrohídronegócio causa destruição ambiental, injustiça social e lesa a população de Ponto Novo – BA.** Não publicado, 2010

MPA. **Plano Camponês Por Soberania Alimentar e Poder Popular.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MPA. **Plano local de desenvolvimento para o Assentamento Terra Nossa.** Não publicado, 2013.

MPA. **Programa Camponês: Produção de alimento saudável para abastecimento popular e geração de estabilidade econômica e social para o campesinato no estado da Bahia.** Não publicado, 2016.

MPA. **Programa Camponês: Proposta metodológica para construção junto às comunidades.** Não publicado, 2017.

MPA. Artigos. **O preço da comida [2020].** Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/artigos/frei-sergio-o-preco-da-comida/>. Acesso em: 07 set, 2023.

MPA. **O Brasil e a Cúpula Amazônica: Clima, combate à fome e agroecologia. MPA Brasil, 30 de maio de 2023.** Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/o-brasil-e-a-cupula-amazonica-clima-combate-a-fome-e-agroecologia/>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

MPA. **Quem tem sede, tem luta.** Direção: Bruno Pilon; Produção: Bruno Pilon, Érica Anne, Leidiane Santos, Cristiane Lemes. Bahia: 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mEjIs3BTbJw>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** IN: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini vida e obra, 2014, 2a. edição. Introdução, apresentação, Dialética da dependência.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital;** tradução de Rubens Enderle. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Contribuição a crítica da economia política.** Tradução de Florestan Fernandes. – 2 ed. – São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa qualitativa: teoria, planejamento e condução.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MISOCZKY, M. C., & BÖHM, S. (2012). **Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza.** Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300006>> acesso em 07 de fev. de 2024.

MOREIRA, Ruy. **Os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total e a formação do espaço agrário.** 2018.

MST. Notícias. **Enchente atinge plantação de arroz do MST no RS e compromete safra, 2023.** Disponível em: <https://mst.org.br/2023/11/25/enchente-atinge-plantacao-de-arroz-do-mst-no-rs-e-compromete-safra/> Acesso em: 25 de nov, 2023.

OLIVEIRA, É. A. S. **O MPA na luta por água encanada nos municípios baianos de Jacobina, Capim Grosso e Quixabeira.** Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Plena em História - [Universidade Federal da Paraíba], [João Pessoa], 2018.

OLIVEIRA, É. A. S. **Histórico da Comunidade Fazenda Várzea Nova.** 2015. Documento não publicado.

OLIVEIRA, E. S. **Terra Nossa: uma História de luta e conquista do MPA na Bahia no perímetro irrigado de Ponto Novo (2005-2014).** Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Plena em História - [Universidade Federal da Paraíba], [João Pessoa], 2018.

OLIVEIRA, Ebson Danilo dos Santos. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas.** 2023. Questionário não publicado.

OLIVEIRA, Erasmo Marques de; OLIVEIRA, Maria dos Santos. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas.** 2023. Questionário não publicado.

OLIVEIRA, Eulália dos Santos; SECUNDO, Anderson de Sousa. **Questionário para os coordenadores/as.** 2023. Questionário não publicado.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Marilene Santos de. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.

ONU. Número de pessoas afetadas pela fome sobe para 828 milhões em 2021, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/189062-n%C3%BAmero-de-pessoas-afetadas-pela-fome-sobe-para-828-milh%C3%B5es-em-2021> Acesso em: 22 de out, 2023.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014

OXFAM BRASIL. **No Brasil, 1% das propriedades detém metade da área rural**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/no-brasil-1-das-propriedades-detem-metade-da-area-rural/>. Acesso em: 29 maio. 2024.

PAULO NETTO, José 1947. **Introdução aos estudos do método em Marx**. José Paulo Netto. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. Disponível em: SciELO Livros.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano** / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Claudia Freire. – 1. ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RIOS, Edivagno De Matos. **Questionário para os coordenadores/as**. 2023. Questionário não publicado.

SAMPAIO JR., P. A. **Globalização e Reversão Neocolonial: O Impasse Brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Abeir Bispo dos; CRUZ, Carlito Ferreira da. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.

SANTOS, Damásio Bispo dos. Damásio. **Questionário para os coordenadores/as**. 2023. Questionário não publicado.

SANTOS, Geisa Moreira. **Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.

SANTOS, Leonidia Jesus dos. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.

SANTOS, Jose Jesus dos. **Questionário para os coordenadores/as**. 2023. Questionário não publicado.

SANTOS, Pedro Serafim dos; SANTOS, Lindalva da Silva. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.

SANTOS, Sueli Jesus dos. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.

SANTOS, Saiane Moreira dos. **Questionário para os coordenadores/as**. 2023. Questionário não publicado.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes. **A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil**. Revista Eptic, v. 21, n. 1, jan.-abr. 2019.

SANTOS, José Jesus dos. **Histórico da Comunidade de Várzea Queimada, Caém-BA**. Documento elaborado para reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. 2012.

SANTOS, Sara Andrade; GOMES, Andréa da Silva; PIRES, Mônica de Moura; GOMES, Ronaldo Lima. **Estrutura fundiária na Bahia, Brasil: uma análise sob a ótica do índice de Gini**. Sociedade & Natureza, v. 32, p. 614-626, 2020. Recebido: 18 jun. 2019. Aceito: 13 mar. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 327 p.

SEAGRI. **Distrito de Irrigação de Ponto Novo caminha para a sustentabilidade**. [2011]. Disponível em: <<http://cpu002572.ba.gov.br/noticias/2011/08/02/distrito-de-irriga%C3%A7%C3%A3o-de-ponto-novo-caminha-para-sustentabilidade>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SILVA, Leomarcio Araújo da. **Questionário para os coordenadores/as**. 2023. Questionário não publicado.

SILVA, Lindalva Candida Santos da. **Questionário para os coordenadores/as**. 2023. Questionário não publicado.

SILVA, Neide Sampaio da; SILVA, Raulino Jesus da. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas**. 2023. Questionário não publicado.

SILVA, José de Alencar Gomes da. (2011). **Função Social da Propriedade: Teoria e Prática**. Editora ABC.

SILVA, Onildo Araujo da. **"Conflitos agrários, movimentos sociais e a ação de governos neoliberais: o caso do município de Ponto Novo no Estado da Bahia - Brasil"**. Revista Campo-Território, v. 8, n. 15, fev. 2013. DOI: 10.14393/RCT81517651. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/17651>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SILVA, Onildo Araujo da. **Recursos hídricos, ação do estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia - Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2008.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, n. 3, jul./set. 2007. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1042. Acesso em: 02 jun. 2024.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** / Roberto Marinho Alves da. Silva. Brasília, 2012.

SONÁRIO DO SERTÃO. **Sonário do Sertão: biblioteca de sons com acervo registrado durante residência e oficinas de som em territórios do Movimento dos Pequenos Agricultores no sertão da Bahia e Pernambuco.** Disponível em: <https://sonariodosertao.com>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: SciELO. Acesso em: 29 ago. 2024.

SOUSA, Romilson Pereira de. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas.** 2023. Questionário não publicado.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p.641-646.

SVAMPA, Maristela. **“Consenso de los commodities” y lenguagens de valorização em América Latina.** Revista Nueva Sociedad, n 244, 2013.

TEIXEIRA, E. C. **Sociedade Civil e participação cidadã no poder local.** Salvador: UFBA, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Campo-Território: **revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010. DOI: 10.14393/RCT51012042. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em: 28 ago. 2024.

TRASPADINI, Roberta. ANGILELI, Cecilia e MONTIEL, Stella. O Brasil e a produção das cidades: uma leitura interdisciplinar do rural que insiste em brotar no urbano. IN: SUAVE, Angela, DOS SANTOS, Katia, BASTOS, Rodrigo. O urbano em questão. **Reflexões críticas.** SP: liberArs, 2020.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. RJ: **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018.

VERGÉS BARTRA, A. **Con los pies sobre la Tierra: Despojo y resistencia en los territorios.** Universidad Nacional Autónoma de México: México DF, 2015.

VIEIRA, Givalda Bezerra. **Respostas extraídas do Questionário para as famílias camponesas.** 2023. Questionário não publicado.

VERGÉS BARTRA, A. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

WASSERMAN, Claudia. América Latina: dependência X desenvolvimento no pensamento marxista. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História.** Fortaleza, 2009.

ZIBECHI, Raúl. **A Luta pela Terra na América Latina: Desafios e Perspectivas.** Editora DEF. 2012.

APÊNDICE A - PE. LUIZ TONETTO, SEMENTE, PRESENTE

Dedico este trabalho à memória do querido Pe. Luiz Tonetto, um verdadeiro exemplo de dedicação e amor ao próximo. Padre Luiz, deixou seu lar na Itália para servir aos mais necessitados no sertão da Bahia, transformando vidas e semeando esperança por onde passou.

Desde que chegou à Diocese de Bonfim, em 1966, aos 26 anos, Pe. Luiz dedicou sua vida a trabalhar pelas comunidades mais vulneráveis, especialmente nas regiões da Micaela, Barreiro, Santa Cruz e Várzea do Cavalo. Sua atuação foi essencial na luta pela implementação de um sistema de abastecimento de água que beneficiou inúmeras famílias, garantindo a qualidade de vida e a dignidade que tanto defendia.

Eu já andava aqui na comunidade região da Micaela, do Barreiro e da Santa Cruz e da Várzea do Cavalo, então essas regiões a gente visitava. Sabendo que o governo havia proposto de realizar a implementação de um sistema de abastecimento de água de Pedras Altas para Piabas. De Pedras Altas, essa barragem foi criada justamente com um mais, uma oportunidade para dá subsistência para o povo que morasse na região, garantindo qualidade seja para o abastecimento de água potável como havia também o projeto de irrigação, ainda bem que esse projeto de irrigação não aconteceu, seria um crime, usar a água para o agronegócio deixando o povo morrendo de sede, então por isso, então nós levantamos a questão da ampliação deste sistema de abastecimento de água para as comunidades rurais que se encontra no caminho de Pedras Altas até Piabas. É fizemos todo um, um trabalho de conscientização (...). Tonetto, 2013).

Através de seu trabalho incansável e de sua liderança inspiradora, Pe. Luiz foi um verdadeiro farol de justiça e solidariedade, levantando questões fundamentais para o bem-estar das comunidades rurais. Ele acreditava que a água, fonte de vida, deveria servir ao povo e não aos interesses do agronegócio.

Pe. Luiz Tonetto faleceu em 10 de outubro 2023, aos 83 anos, mas sua semente permanece presente em todos nós. Este trabalho é um tributo à sua memória, à sua luta e ao legado de amor e justiça que ele nos deixou.

APÊNDICE B - HORÁCIO MARTINS DE CARVALHO, SEMENTE, PRESENTE

Horácio Martins de Carvalho faleceu em 16 de março de 2024, deixou um legado de coragem e conhecimento, inspirando todos nós a continuar a luta pela Reforma Agrária no Brasil, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Tive a honra de participar na construção do curso "Dinâmicas e Perspectivas do Campesinato na Bahia", em 2014, onde o professor Horácio Martins compartilhou conosco sua vasta sabedoria e compromisso com a causa camponesa. Nesse contexto, ele nos apresentou o livro "Os Novos Camponeses" de Armando Bartra Vergés, uma obra que simboliza a força e a resistência dos camponeses na América Latina.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS COORDENADORES/AS

Este foi o questionário que teve por objetivo a coleta de informações dos/as coordenadores/as do MPA sobre a luta pelo acesso à água e a soberania hídrica das famílias camponesas no semiárido baiano, região Centro Norte.

Os camponeses e a luta pela água no semiárido baiano

<https://docs.google.com/forms/u/2/d/1wVU5WwMwFzKM1Cx34711...>

Os camponeses e a luta pela água no semiárido baiano

Este é um formulário que tem por objetivo a coleta de informações dos/as coordenadores/as do MPA sobre a luta pelo acesso à água e a soberania hídrica das famílias camponesas no semiárido baiano, região Centro Norte. Este processo compreende a pesquisa que tem por título *OS CAMPONESES E A LUTA PELA ÁGUA NO SEMIÁRIDO BAIANO* que está sendo desenvolvida pela mestranda Érica Anne dos Santos Oliveira, orientanda do Dr. prof. Paulo Alentejano no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho". Instituto De Políticas Públicas e Relações Internacionais – Unesp.

Sobre a PESQUISA

Tem-se como fonte propulsora para realização desta pesquisa identificar as demandas hídricas das comunidades camponesas do semiárido baiano atendidas pelo sistema de abastecimento de água (água encanada) através das lutas promovidas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA no Centro Norte da Bahia. Num universo de mais de 50 comunidades camponesas atendidas, estaremos fazendo a pesquisa em três, na comunidade quilombola Várzea Queimada, Caém; comunidade Fazenda Várzea Nova, Jacobina; e Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo.

Análise de conteúdo (análise das falas das pessoas inseridas neste contexto) – A partir do questionário para os/as coordenadores/as do MPA na região Centro Norte conseguiremos obter informações sobre a atuação do movimento referente ao acesso à água e atendimento da demanda hídrica das famílias camponesas, bem como, conhecer à fundo o plano desenvolvimento do campesinato no semiárido baiano.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Quantidade de famílias por localidade?

3. Nome completo *

4. Função *

5. Período de atuação no MPA *

6. Onde mora *

7. Conte como as famílias camponesas do MPA caminham em busca da soberania *
hídrica e alimentar no semiárido baiano?

8. O MPA junto com outras organizações comunitárias, elaborou o Projeto Água em Minha Casa e fiscalizou a sua implementação? Me conte como se deu e a sua colaboração? *

9. Quantas comunidades já foram contempladas com água encanada na Região Centro Norte da Bahia? *

10. Quantas famílias já foram contempladas com água encanada na Região Centro Norte da Bahia? *

11. Como foi a contribuição dos beneficiários/base do MPA? *

12. Como foi o envolvimento da população/sociedade civil? *

13. Quais os reflexos deste projeto para a população (saúde, condição social) e para o meio ambiente? *

14. Quais as ações de luta e mobilização o MPA realizou para que o projeto Água em Minha Casa fosse concretizado? *

15. Houve a participação dos Poder Executivo e Legislativo dos municípios na implementação do projeto? *

16. Como foi a participação do MPA na execução do projeto? *

17. Como o MPA atuou para garantir a participação e fiscalização sobre a execução? *

18. Como você avalia o processo de elaboração do Projeto água em minha? *

19. Qual a importância do Projeto de água para as famílias camponesas? *

20. Nas pautas do MPA nos últimos anos ainda existem demandas por acesso a tecnologias de captação, distribuição e armazenamento de água? *

21. O MPA tem o levantamento/pauta de demandas por água nas comunidades de V. Queimada, Fazenda V. Nova e Assentamento Ponto Novo? Quais? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA AS FAMÍLIAS CAMPONESAS

Este foi o questionário que teve por objetivo a coleta de informações sobre a luta pelo acesso à água pelas famílias camponesas atendidas pelo Projeto Água em Minha Casa e que fazem parte do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA.

Os camponeses e a luta pela água no semiárido baiano

<https://docs.google.com/forms/u/2/d/16s008s9DVS6u1jOdoY510zcb7...>

Os camponeses e a luta pela água no semiárido baiano

Este é um formulário que tem por objetivo a coleta de informações sobre a luta pelo acesso à água pelas famílias camponesas atendidas pelo Projeto *Água em Minha Casa* e que fazem parte do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA. Este processo compreende a pesquisa que tem por título **OS CAMPONESES E A LUTA PELA ÁGUA NO SEMIÁRIDO BAIANO** que está sendo desenvolvida pela mestranda Érica Anne dos Santos Oliveira, orientanda do Dr. prof. Paulo Alentejano no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. Instituto De Políticas Públicas e Relações Internacionais – Unesp.

Sobre a PESQUISA

Tem-se como fonte propulsora para realização desta pesquisa identificar as demandas hídricas das comunidades camponesas do semiárido baiano atendidas pelo sistema de abastecimento de água (água encanada) através das lutas promovidas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA no Centro Norte da Bahia. Num universo de mais de 50 comunidades camponesas atendidas, estaremos fazendo a pesquisa em três localidades, na comunidade quilombola Várzea Queimada, Caém; comunidade Fazenda Várzea Nova, Jacobina; e Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo.

Análise de conteúdo (análise das falas das pessoas inseridas neste contexto) – a partir do questionário para as famílias nas três comunidades conseguiremos obter informações e opiniões sobre as mudanças na comunidade e região após a conquista da água encanada referente ao acesso à água e atendimento da demanda hídrica da família e comunidade.

Quais são os critérios para escolha da família - morador da comunidade/assentamento antes da execução do projeto; famílias contempladas pelo sistema de abastecimento de água (água encanada).

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

Informações gerais sobre os membros das comunidades, localização e área

Essa seção deve ser preenchida com o nome dos/as agricultores/as, incluindo todos os membros das famílias. Procurar-se-á valorizar o depoimento de todos os membros, estimulando a participação de mulheres e jovens e anotando, por ocasião da entrevista, a idade e o tempo de residência na localidade.

2. Nome do responsável pela coleta de informações

3. E-mail:

4. Telefone para contato:

5. Nomes dos entrevistados/as:

6. Nome da comunidade onde residem:

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Comunidade Quilombola de Várzea Queimada - Caém
- ☐ Comunidade Fazenda Várzea Nova - Jacobina
- ☐ Assentamento Terra Nossa - Ponto Novo

7. Desde que ano sua família vive na comunidade? conte um pouco a história de sua família

8. Quantas famílias residem na localidade?

9. Endereço completo:

10. Quantas pessoas mora na casa da família?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ entre 1 e 3 pessoas
- ☐ entre 3 e 5 pessoas
- ☐ entre 5 e 8 pessoas
- ☐ entre 8 e 10 pessoas

11. Qual é a renda mensal da família?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Zero a R\$ 1.000,00
- ☐ R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
- ☐ R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
- ☐ R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00
- ☐ R\$ 4.001,00 ou mais

O MPA e a luta pelo acesso à água no semiárido

A luta por água dos camponeses/as no Centro Norte da Bahia se caracteriza como um elemento central para que se garanta a permanência no campo no Semiárido. Desde de 2005, famílias camponesas organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA conseguiram, através da luta, garantir o acesso à água encanada na região.

MPA ocupa a Paralela, o coração da capital Baiana.



12. Você ou alguém de sua família participou de alguma reunião, assembleia, audiência pública, mobilização, acampamento referente a luta pela água encanada?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

13. Conhece alguém que participou?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

14. Sua família foi contemplada com água encanada? Qual o ano?

15. Na avaliação de sua família qual foi o principal motivo para que a água encanada chegasse a sua residência?

16. O que mudou para você e sua família após a implantação do sistema de abastecimento de água/água encanada em sua casa?

17. Como as mulheres da família avaliam o acesso à água encanada?

Camponeses/as no semiárido - Discutir a falta de água no semiárido baiano.

A disponibilidade hídrica, a qualidade da água, as dificuldades do acesso a água e as demandas hídrica das famílias camponesas.

18. Quais são as fontes de água na sua comunidade e na sua casa?

19. Qual é a fonte de água para consumo humano de sua família?

20. Você e sua família irriga algum cultivo?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

21. Na comunidade existe unidade de beneficiamento da produção? qual? utiliza de água encanada e/ou outras fontes de armazenamento de água para este fim, quais?

22. Como armazena a água para produção e para os animais?

23. Você utiliza a água encanada para quais finalidades?

24. DEMANDA DE ÁGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.

O número de famílias que já acessou a segunda água no Semiárido não é tão modesto, mais de 201 mil, no entanto, só representa 20% da demanda possível, que é de 1 milhão de tecnologias. Esta demanda possível, menor que a apresentada para a primeira água, se explica objetivamente pelo fato de um grande número de famílias no Semiárido serem sem terras, ou, com áreas muito pequenas, insuficientes até mesmo para a construção de uma segunda tecnologia. (ASA, 2019). A respeito à estrutura fundiária, qual tamanho da terra em que você vive e sua família?

25. Por que falta água nesta região e quais os motivos?

26. Quais os pontos negativos da estiagem na região? *

27. Alguém da sua família ou conhecido viajou para outro Estado em busca de trabalho? *
Quando? Os motivos estão relacionados ao fator estiagem?

Contextualizar a seca e o papel do Estado.

28. Quais são as tecnologias sociais que foram implementadas para sua família ou comunidade que amenizam os impactos da estiagem?

29. Quais são as políticas públicas que contribuem para as famílias no período de estiagem?

30. Você já foi contemplado com alguma ação do governo em virtude da seca?

Abastecimento das populações rurais no semiárido.

Soluções adequadas para o abastecimento de populações rurais difusas, por um sistema de abastecimento viável que responda as demandas hídricas das famílias camponesa.

31. Quais os tipos de ações hídricas são mais efetivos na realidade do Semiárido na sua comunidade e região?

32. Quais garantem o acesso à água gerando menor impacto ambiental?

33. Quais ações ampliam o leque de pessoas atendidas diretamente?

34. Quais apresentam maiores resultados com menor investimento?

35. As demandas por água (consumo humano, dessedentação animal, para o cultivo, para uso doméstico, entre outras) já estão todas resolvidas? se não, ainda falta água quais demandas?

36. Ainda existem demandas por acesso a tecnologias de captação, distribuição e armazenamento de água na sua comunidade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários